



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

Brasília – DF
2020

Relatório de Gestão do exercício de 2020 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 84, de 2020, e da Decisão Normativa TCU nº 187, de 2020.

Consolidação das informações sobre o Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

LISTA DE SIGLAS

Aproge – Assessoria de Projetos e Gestão	Deapa – Departamento de Apoio Parlamentar	EC – Emenda Constitucional	PPA – Plano Plurianual
ASGP-PLP – Associação dos Secretários-Gerais de Paramentos de Língua Portuguesa	Decom – Departamento de Comissões	e-Democracia – Portal criado para ampliar a participação social no processo legislativo	Prosat – Programa de Saúde no Trabalho
CamaraNet – Portal Corporativo da Câmara dos Deputados na Intranet	Defin – Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade	E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados	RAE – Reunião de Avaliação Estratégica
CD – Câmara dos Deputados	Demed – Departamento Médico	<i>e-Pub – Electronic Publication</i>	RP – Restos a Pagar
Ceap – Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar	Demap – Departamento de Material e Patrimônio	FM – Frequência Modulada	RPNP – Restos a Pagar Não Processados
Cefor – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento	Depes – Departamento de Pessoal	GDF – Governo do Distrito Federal	RPP – Restos a Pagar Processados
Ceti – Comitê Estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação	Depol – Departamento de Polícia Legislativa	GND – Grupo de Natureza de Despesa	SAAN – Setor de Armazenamento e Abastecimento
CGE – Comitê de Gestão Estratégica	Derpd – Departamento de Relações Públicas e Detaq – Departamento de Taquigrafia	GRU – Guia de Recolhimento da União	Secin – Secretaria de Controle Interno
CGU – Controladoria-Geral da União	Detec – Departamento Técnico	Habit – Sistema de Habitação	Secom – Secretaria de Comunicação Social
CID – Classificação Internacional de Doenças	DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Infoleg – Informações Legislativas	SGM – Secretaria-Geral da Mesa
CNE – Cargo de Natureza Especial	DG – Diretoria-Geral	IPC – Instituto de Previdência dos Congressistas	Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Conle – Consultoria Legislativa	Dileg – Diretoria Legislativa	IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo	Sicod – Sistema de Controle de Débitos
Conof – Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira	Dirad – Diretoria Administrativa	LAI – Lei de Acesso à Informação	Sigmat – Sistema de Gestão de Material e Serviços
Coped – Comissão Permanente de CPF – Cadastro de Pessoas Físicas	Direx – Diretoria Executiva	Libras – Língua Brasileira de Sinais	Sileg – Sistema de Informação Legislativa
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito	Ditec – Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação	LOA – Lei Orçamentária Anual	Siorc – Sistema de Gestão Orçamentária
Covid-19 – Doença causada pelo coronavírus	DRH – Diretoria de Recursos Humanos	MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	SPMID – Secretário de Participação, Interação e Mídias Sociais
CSG – Comitê Setorial de Gestão	EAD – Educação a Distância	MOB – Projeto Mobilidade Sustentável	SPIUnet – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
Ctran – Coordenação de Transportes	EcoCâmara – Comitê de Gestão Ambiental	MPT – Ministério Público do Trabalho	SP – Secretário Parlamentar
DataCâmara – Serviço de Análise de Dados para Gestão	EVC – Escola Virtual da Cidadania	PAD – Processo Administrativo Disciplinar	SQS – Superquadra Sul
		PCA – Prestação de Contas Anual	SPU – Secretaria do Patrimônio da União
		PEC – Projeto de Emenda Constitucional	SC – Secretário de Comunicação Social
		PL – Projeto de lei	SQN – Superquadra Norte
		PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável	STN – Secretária do Tesouro Nacional



ST – Secretário de Transparência

STN – Secretária do Tesouro Nacional

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

Taxi Leg – Sistema de Agenciamento de
Transporte por meio de aplicativo

TCE – Tomada de Contas Especial

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologia da Informação e
Comunicação

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UF – Unidade da Federação

UIP – União Interparlamentar



SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	3
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	6
1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	7
1.1 Finalidade e Competências	7
1.2 Estrutura Organizacional.....	7
1.3 Planejamento Estratégico	10
1.4 Cooperação Técnica	15
2 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES.....	17
2.1 Governança no Parlamento	17
2.2 Estrutura de Governança	18
2.3 Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos.....	22
2.4 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	22
2.5 Atividades do Sistema de Correição	26
2.6 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário.....	29
2.7 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados Alcançados	29
3 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	30
3.1 Gestão Orçamentária e Financeira	30
3.2 Gestão de Pessoas.....	35
3.3 Gestão do Patrimônio, Infraestrutura, Compras e Contratações Públicas..	46
3.4 Gestão da Tecnologia da Informação	57
3.5 Gestão da informação.....	62
3.6 Sustentabilidade na Câmara	68
3.7 Acessibilidade na Câmara	72
4 ATIVIDADE LEGISLATIVA.....	76
5 PARTICIPAÇÃO, INTERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA ATIVIDADE LEGISLATIVA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	81
6 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO.....	91
6.1 Resumo do Processo para determinar a Materialidade das Informações constantes do Relatório de Gestão de 2020	91
6.2 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	91
6.3 Tratamento de Recomendações da Unidade de Auditoria Interna	92
7 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	93
8 ANEXOS E APÊNDICES	99
8.1 Declaração de Integridade do Relato Integrado	99



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara dos Deputados, no cumprimento do seu dever de prestar contas, conforme o art. 70 da Constituição Federal, apresenta seu Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2020, que contém a síntese dos resultados das ações empreendidas no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais, bem como evidenciar a regular aplicação dos recursos públicos. O ano de 2020 foi marcado por enormes desafios para o Brasil e o mundo, em razão da pandemia causada pela Covid-19. Essa crise de saúde pública de dimensões internacionais impôs restrições que comprometeram o funcionamento das instituições. No âmbito do Parlamento, espaço vocacionado à interação e participação dos cidadãos, em sua pluralidade de interesses, o impacto do distanciamento social se torna ainda maior, uma vez que a interação entre representantes e representados é uma característica indissociável das atividades de uma Casa Legislativa. Não obstante, a Câmara dos Deputados envidou esforços para viabilizar a continuidade de suas atividades essenciais, preservando, ao mesmo tempo, a segurança das pessoas. Ainda no mês de março, foi aprovada a Resolução nº 14, de 2020, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota, medida excepcional destinada a viabilizar o funcionamento do Plenário durante a emergência de saúde pública. Assim, foi possível, mesmo à distância, discutir e aprovar matérias de alta relevância, como a referente ao Auxílio Emergencial e Orçamento de Guerra (EC nº 106, de 2020), que impactou diretamente a vida de milhões de brasileiros. A solução digital do Plenário Virtual da Câmara dos Deputados foi reconhecida internacionalmente e inspirou soluções similares em outros países. Os servidores da Casa desempenharam papel essencial nesse contexto. Nas áreas de apoio técnico-administrativo e técnico-legislativo, a gestão direcionou recursos e esforços para o desenvolvimento de soluções voltadas à minimização dos impactos negativos da crise nos processos de trabalho. Além de ações para o robustecimento da segurança digital e a mitigação dos riscos oriundos da migração para o modelo de trabalho

remoto de parte substancial de servidores e colaboradores, buscou-se dar especial atenção aos instrumentos de interação com a sociedade, garantindo a diversidade de canais e o alcance das informações sobre o processo legislativo. A gestão deu continuidade, também, ao extenso trabalho de formulação da proposta de Reforma Administrativa da Casa, que visa à otimização e automatização dos processos de trabalho; à integração dos sistemas de informações; ao uso eficiente de ferramentas de comunicação e à atualização da estrutura organizacional. Diversas outras iniciativas foram realizadas no exercício de 2020, as quais serão detalhadas ao longo deste relatório, com o objetivo de apresentar à sociedade brasileira uma síntese dos principais resultados alcançados no exercício, bem como os desafios esperados para o próximo ano. Dentre esses desafios para 2021, destaca-se a necessidade de superar obstáculos impostos pela crise de saúde pública que subsistirá ao longo do ano, no intuito de garantir espaço para a discussão, votação e aprovação de matérias essenciais para a recuperação econômica, o desenvolvimento sustentável do país e a melhoria das condições de vida de todos os brasileiros. Por fim, DECLARO que as informações constantes deste Relatório de Gestão são íntegras, conforme atesta o Comitê de Gestão Estratégica (CGE) na “Declaração de Integridade do Relatório Integrado”.

Arthur Lira
Presidente

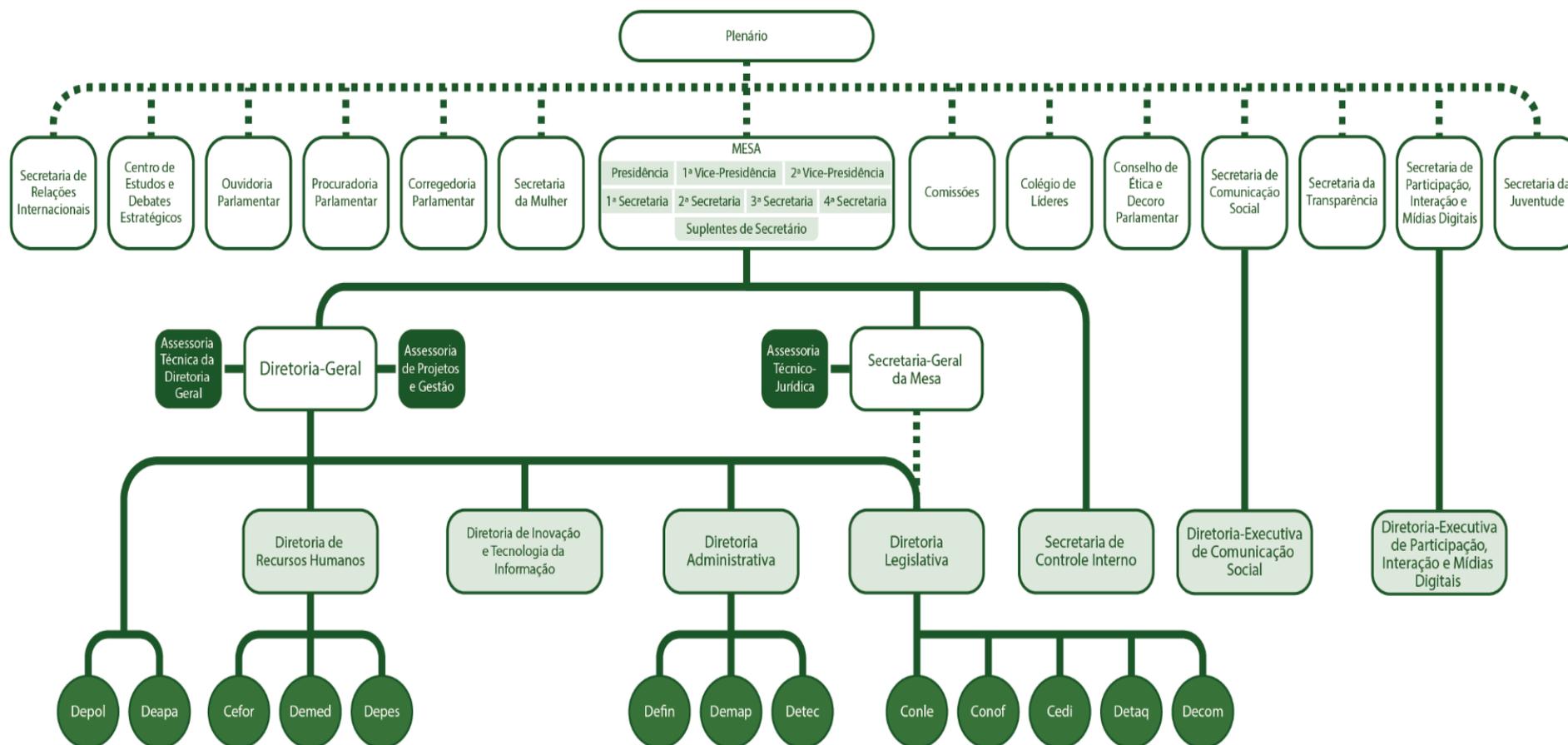
1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 Finalidade e Competências

A Câmara dos Deputados é composta de representantes do povo, eleitos para uma legislatura (4 anos), pelo sistema proporcional, em cada estado da federação e no Distrito Federal. As competências desta Casa legislativa, estabelecidas na Constituição Federal, abrangem três funções primordiais: representar o povo brasileiro (art. 45), elaborar proposições legislativas (art. 48) e fiscalizar os atos do Poder Executivo na aplicação dos recursos públicos (arts. 49 a 51 e art. 70).

1.2 Estrutura Organizacional

As funções constitucionais da Câmara dos Deputados são exercidas diretamente pelos parlamentares, com o suporte de estrutura técnico-administrativa e técnico-legislativa. Essas estruturas técnicas são diretamente subordinadas à Mesa, órgão político-institucional que exerce a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos, cujos titulares são parlamentares, eleitos entre os pares, para mandato de dois anos. A direção da estrutura técnico-administrativa e técnico-legislativa subdivide-se, respectivamente, em Diretoria-Geral (DG) e Secretaria-Geral da Mesa (SGM), ambas situadas no mesmo nível hierárquico. A DG é departamentalizada, de maneira funcional, em diretorias, assessorias, consultorias, departamentos, centros e coordenações, enquanto a SGM é estruturada em assessorias e coordenações. A representação gráfica dessa estrutura é apresentada na próxima página e também pode ser consultada em detalhes no [portal da Câmara](#).



Mesa (2019 -2020)

A Mesa dirige os trabalhos legislativos e os serviços administrativos. Seus titulares são eleitos, entre os deputados, para mandato de dois anos. Compõe-se da Presidência, duas vice-presidências, quatro secretarias, quatro suplências e órgãos auxiliares. Cabe ressaltar que a titular da Primeira-Secretaria, como superintendente dos serviços administrativos, é responsável por monitorar se as diretrizes da Mesa estão sendo observadas, direcionando a gestão. A competência dos membros da Mesa foi fixada pelo [Ato da Mesa nº 95, de 2013](#) e sua composição ao final do ano de 2020 era a seguinte:



1.3 Planejamento Estratégico

As Casas Legislativas, no que tange aos aspectos de governança e gestão, são instituições *sui generis*. O planejamento estratégico é um instrumento essencial para a administração da Câmara dos Deputados, que ajuda a definir prioridades, alocar recursos e garantir que todos os colaboradores estejam trabalhando em uma única direção. Contudo, não inclui as atividades de caráter político-legislativo e partidário, que são exercidas pelos deputados e organizadas por colegiados como a Mesa e o Colégio de Líderes. Por suas características próprias, a atividade política não se submete à lógica administrativa comum, desenvolvida nas empresas e em instituições públicas do Poder Executivo. Cada deputado é autônomo e independente para definir como desempenhará seu mandato, prestando contas principalmente para o eleitor e o partido político ao qual está vinculado. Além disso, outros atores políticos externos à Câmara dos Deputados interagem intensamente nos processos de trabalho, modificando a dinâmica e o resultado das ações. O foco do planejamento estratégico é, portanto, a constante evolução das capacidades institucionais, a fim de oferecer aos deputados meios para exercer plenamente os seus mandatos, atender aos anseios da sociedade e colaborar para o desenvolvimento nacional, de modo a garantir e fortalecer a democracia brasileira. A seguir, são apresentadas a missão, a visão de futuro e os valores da Câmara dos Deputados.

Missão

Representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, com o propósito de promover a democracia e o desenvolvimento nacional com justiça social.

Visão

Consolidar-se como o centro de debates dos grandes temas nacionais, moderno, transparente e com ampla participação dos cidadãos.

Valores

Ética, busca pela excelência, independência do Poder Legislativo, legalidade, pluralismo e responsabilidade social.

Principais processos de trabalho na Câmara dos Deputados

Para a realização da missão institucional, desempenha-se uma série de processos de trabalho chamados de macroprocessos finalísticos, pois impactam a sociedade diretamente, vinculam-se à atuação parlamentar e constituem a razão de ser da Câmara dos Deputados. São eles:

- Elaborar diplomas legais;
- Fiscalizar os seus atos e dos demais Poderes;
- Representar o povo brasileiro.

Os macroprocessos finalísticos, acrescidos dos macroprocessos de governança e gestão, de processo legislativo, de relacionamento institucional, de pessoas e de infraestrutura, fazem parte da [Arquitetura de Processos de Trabalho da Câmara dos Deputados](#). Com a reforma administrativa em curso, os principais processos de trabalho poderão ser reorganizados. O quadro apresentado na próxima página os descreve e apresenta suas respectivas atividades, produtos, insumos, responsáveis e clientes.

Macroprocessos	Descrição	Atividades relacionadas	Produtos	Participação na receita	Insumos	Responsáveis	Clientes
Elaborar diplomas legais (emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual, lei do plano plurianual, decretos legislativos, resoluções).	Apreciação e eventual alteração do ordenamento jurídico que rege a sociedade brasileira.	Propositura, discussão e deliberação de matérias legislativas. Promulgação de matérias legislativas específicas e remessa de proposições aprovadas ao Senado Federal ou ao Poder Executivo. Apreciação de vetos (sessões do Congresso Nacional).	Proposições. Debate; apreciação; diploma legal.	Não se aplica.	Apoio técnico-legislativo, jurídico-regimental e constitucional, administração material, logística e operacional das atividades parlamentares.	Mesa; Plenário; Colégio de Líderes; comissões; deputados.	Sociedade; Senado; TCU; Poder Executivo; Poder Judiciário.
Fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes.	Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, mediante controle externo e sistema de controle interno de cada Poder; fiscalização dos atos do presidente e vice-presidente da República, dos ministros de Estado, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, do procurador-geral da República e do advogado-geral da União que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade.	Sustação dos atos normativos dos demais poderes que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; julgamento das contas prestadas pelo presidente da República e apreciação dos relatórios sobre a execução dos planos de governo; fiscalização e controle dos atos dos demais poderes, incluídos os da administração indireta.	Relatórios finais de fiscalização e controle, relatórios finais de CPI, planos de execução e proposições relacionadas.	Não se aplica	Apoio técnico-legislativo e administração material, logística e operacional para identificação e formulação de proposições relativas à fiscalização e ao controle. Parecer técnico sobre as contas do Poder Executivo, elaborado pelo Tribunal de Contas da União.	Mesa; Plenário; comissões; deputados.	Sociedade; Ministério Público; Poder Judiciário; Tribunal de Contas da União.
Representar o povo brasileiro.	Exercício da soberania popular, trazendo ao Parlamento as reivindicações da sociedade brasileira.	Ações de interação com a sociedade (visitas às bases eleitorais, participação em eventos, recepção de autoridades e de representantes da sociedade organizada, fóruns e debates em ambiente digital, divulgação da atuação parlamentar, etc.). Inclusão de temas relevantes para a sociedade nos debates e na agenda legislativa.	Discursos e pronunciamentos, proposições legislativas, audiências públicas e comissão geral.	Não se aplica.	Apoio técnico-legislativo e secretariado parlamentar com vistas a ampliar o acesso dos cidadãos aos seus representantes.	Plenário; Mesa; Colégio de Líderes; comissões; deputados.	Sociedade; República.

Descrição sintética dos objetivos do exercício

Para a Administração da Câmara dos Deputados, 2020 foi um ano de desafios e aprendizado. Os objetivos inicialmente definidos para o exercício foram revistos diante do cenário imposto pela pandemia da Covid-19, quando o foco da gestão passou a ser o enfrentamento da crise e a manutenção dos serviços essenciais da Casa. Dado este contexto e as iniciativas que já vinham sendo tomadas no exercício anterior, foram direcionados esforços e recursos no sentido de aperfeiçoar e finalizar a proposta da reforma administrativa interna. Destacam-se ações como a realização de estudos e levantamentos sobre o teletrabalho, a identificação de processos e a avaliação de sua contribuição para a missão institucional, a avaliação de serviços e o redesenho organizacional. A mencionada proposta foi apresentada no final do ano, acompanhada de uma série de normativos basilares que serão avaliados pelas instâncias decisórias – Mesa Diretora e Plenário. Os norteadores para o desenvolvimento desse trabalho foram os seguintes: eficiência e modernização da instituição; aperfeiçoamento da atividade legislativa; valorização e potencialização da força de trabalho; autonomia administrativa e aperfeiçoamento dos serviços voltados aos gabinetes parlamentares. Na sequência, é apresentado quadro com a estratégia da Câmara dos Deputados, ([Ato da Mesa nº 250, de 2018](#)), para o período 2012-2023.

	MISSÃO	Representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, com o propósito de promover a democracia e o desenvolvimento nacional com justiça social.
	VISÃO	Consolidar-se como o centro de debates dos grandes temas nacionais, moderno, transparente e com ampla participação dos cidadãos.
	VALORES	Ética; Busca pela excelência; Independência do Poder Legislativo; Legalidade; Pluralismo e Responsabilidade Social.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

LINHAS DE ATUAÇÃO

1. Sintonia

Ampliar a sintonia da agenda do Legislativo com os anseios da sociedade.

- 1.1** Captar os anseios dos cidadãos e dos segmentos da sociedade organizada;
- 1.2** Sistematizar o uso institucional das mídias sociais e tecnologias para compreender os interesses do cidadão.

2. Transparência

Ampliar a transparência das atividades e informações da Câmara dos Deputados e das políticas públicas.

- 2.1** Facilitar o acesso da sociedade às informações em linguagem clara e de forma inclusiva;
- 2.2** Promover a transparência ativa e o controle social;
- 2.3** Ampliar a divulgação da atividade parlamentar e das ações institucionais em diferentes plataformas.

3. Interação

Fortalecer a participação da sociedade nos processos legislativo e de fiscalização e controle.

- 3.1** Aperfeiçoar os meios para que os cidadãos possam interagir com a Câmara dos Deputados;
- 3.2** Aprimorar os instrumentos de manifestação e participação da sociedade no processo legislativo de forma a qualificar e fortalecer a democracia representativa.

4. Qualidade das Leis

Melhorar a qualidade das leis e do ordenamento jurídico brasileiro.

- 4.1** Aprimorar os mecanismos de sistematização e publicação de diplomas legais de forma a subsidiar a consolidação e revisão de normas;
- 4.2** Desenvolver meios que possibilitem a avaliação da necessidade, viabilidade e potenciais impactos associados à implementação das leis;
- 4.3** Desenvolver instrumentos que aprimorem o processo legislativo e que permitam aferir o resultado e avaliar a aplicação das leis.

5. Fiscalização

Aprimorar a avaliação e a fiscalização das políticas públicas e das ações do Estado.

- 5.1** Desenvolver mecanismos de avaliação e fiscalização de forma a contribuir para a ciência e a efetividade das ações do Estado;
- 5.2** Melhorar a integração da Câmara dos Deputados com cidadãos, órgãos governamentais e com a sociedade organizada;
- 5.3** Promover ações que estimulem o uso adequado de recursos públicos;
- 5.4** Desenvolver instrumentos de Inteligência Legislativa para aperfeiçoar a atribuição constitucional de fiscalização e controle.



6. Cidadania

Fomentar a educação pública e a cidadania ativa

- 6.1** Favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, a legislação vigente, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados;
- 6.2** Desenvolver e aperfeiçoar programas institucionais de educação política para os públicos interno e externo;
- 6.3** Cooperar com o sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento do tema cidadania ativa;
- 6.4** Aperfeiçoar práticas de cidadania no âmbito interno;
- 6.5** Fortalecer a preservação e a divulgação da memória do Legislativo.



7. Gestão

Aperfeiçoar a gestão da Câmara dos Deputados

- 7.1** Aprimorar a governança, o processo decisório, as práticas de gestão e a cooperação entre as áreas;
- 7.2** Aprimorar a gestão da informação e intensificar a aplicação de práticas de gestão do conhecimento;
- 7.3** Assegurar a infraestrutura adequada e continuidade dos serviços, com foco em acessibilidade, sustentabilidade e segurança das pessoas, da informação e do patrimônio;
- 7.4** Promover a gestão de pessoas baseada em efetividade, ética, cooperação, desenvolvimento contínuo, equidade, mérito, responsabilidade socioambiental e saúde integral;
- 7.5** Melhorar a ciência administrativa, a qualidade do gasto e a utilização dos recursos;
- 7.6** Ampliar o compartilhamento de serviços entre a Câmara e o Senado e a cooperação com parlamentos;
- 7.7** Fomentar a inovação no Poder Legislativo.

Desafio do planejamento estratégico

O ano de 2020 foi complexo para a condução das ações estratégicas da Casa. Além dos desafios já impostos pela reforma administrativa em curso desde 2019, a pandemia desencadeada pela Covid-19, a partir do mês de março, forçou a adoção de uma série de medidas emergenciais e a priorização de ações que visassem garantir o funcionamento da Câmara dos Deputados, respeitando as medidas sanitárias e as restrições impostas pelo isolamento social. Parte significativa dos esforços da Casa foram direcionados para garantir que as votações das matérias legislativas ocorressem de forma virtual, sem que houvesse um hiato na atuação parlamentar. Os projetos estratégicos em curso desde 2019 tiveram suas ações suspensas ou reduzidas, para permitir que essas demandas emergentes pudessem ser atendidas. Também, foram direcionadas ações para que o Plenário da Casa pudesse operar de forma virtual, com as votações ocorrendo à distância com o uso de tecnologia. Além disso, foram priorizadas as iniciativas que visavam garantir a interação com a sociedade e aprimorar a disponibilidade de ferramentas tecnológicas para os gabinetes dos parlamentares e para as lideranças partidárias.

Resultados do planejamento estratégico

O planejamento estratégico da Câmara dos Deputados pode ser entendido como um conjunto de balizas que delimita o campo de atuação das ações de melhoria organizacional a serem implementadas durante o ciclo de gestão estratégica. Está estruturado em diretrizes e linhas de atuação. Sua implementação se dá por meio de projetos estratégicos, que são acompanhados pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE). A atividade-fim da Câmara dos Deputados integra, no âmbito do Plano Plurianual 2020-2023 ([Lei nº 13.971, de 2019](#)), o Programa 0553 – Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados, classificado como Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, cujas ações orçamentárias estão relacionadas à gestão da atuação governamental. No âmbito setorial, é possível observar o uso de indicadores temáticos, como os utilizados para aferir o desempenho do [Plano de Logística Sustentável](#), que visa a adoção de práticas de sustentabilidade que integram ações transversais relacionadas à infraestrutura, logística e responsabilidade social. Por fim, considerando os objetivos do exercício, novas iniciativas foram adiadas para o próximo exercício e o portfólio de projetos corporativos, definido para o período de 2019-2020, foi mantido sem alterações. Os projetos em curso apresentaram as seguintes entregas:

✓ i9 Gestão (Câmara de Inovação)

Fomentar a inovação na Câmara dos Deputados, conectando pessoas, desenvolvendo capacidades e promovendo a construção de soluções transversais para desafios institucionais que contribuam para o alcance da sua visão de futuro.

Entrega: Rede de Inovação (Rede I9-C).

✓ Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)

Implantar a Gestão de Continuidade de Negócios na Câmara dos Deputados.

Entregas: Proposta de Metodologia e de Política de GCN.

✓ Gestão de Custos para Decisão

Sistema de apropriação de custos voltado para o aperfeiçoamento do processo decisório, especialmente com vistas a escolha de alternativas de ação e apuração de custos de unidades administrativas.

Entregas: As ações do projeto foram parcialmente suspensas devido à concentração da equipe nos esforços de adequação à pandemia. Entretanto, no que foi possível avançar, foram identificados os itens de custos a serem considerados para acompanhamento e iniciou-se a discussão de proposta de regulamentação.

✓ Infoleg – Autenticador

Desenvolver um novo sistema autenticador para possibilitar o envio (apresentação), o recebimento e a numeração automáticos de proposições e demais documentos legislativos, considerando a utilização de assinatura digital e o armazenamento e versionamento de documentos em repositório específico para gestão de documentos.

Entrega: Implantação assistida do sistema.

✓ Virada Digital

Com base em diagnóstico, o Projeto Virada Digital entregará para a Câmara dos Deputados um novo Portal. A sociedade foi convidada a participar, por meio da realização de concurso (desafio.leg) para o leiaute do novo Portal.

Entregas: páginas de Agenda, Enquetes, páginas específicas das comissões e banco de imagens.

✓ Índice de Transparência dos Portais Legislativos

Em conjunto com o Senado Federal, foi constituído um grupo de trabalho para elaborar um índice de avaliação da aderência dos portais às normas e boas práticas de transparência. O índice ITpL, em fase final de sistematização, será disponibilizado a todas as Casas Legislativas do país no decorrer de 2021.

1.4 Cooperação Técnica

A Câmara dos Deputados promove o intercâmbio de experiências e boas práticas de governança, gestão, apoio à atividade parlamentar, transparência e prestação de contas com parlamentos nacionais e estrangeiros e organismos multilaterais. Nesse sentido, a cooperação técnica é uma importante ferramenta para a Câmara dos Deputados compreender o ambiente externo, a partir da realização de atividades que possibilitam o debate, a discussão e o amadurecimento desses temas, tanto em suas dependências como por meio da participação em fóruns, encontros e outros eventos de treinamento e/ou capacitação, dando visibilidade aos trabalhos técnicos de excelência desenvolvidos por esta Casa. Embora muitas atividades da Câmara dos Deputados tenham sido fortemente impactadas pela pandemia da Covid-19 em 2020, ainda foi possível realizar as ações a seguir em âmbito nacional e internacional.

Ações Nacionais



Open Government Partnership (OGP)

Parceria do Congresso Nacional com a OGP para desenvolver ações que promovam boas práticas de parlamento aberto. Coube à Câmara dos Deputados coordenar a implementação do Compromisso 7, do 4º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto (2019-2020), cujos marcos foram finalizados em novembro de 2020. O Compromisso teve como foco incrementar a transparência para aumentar a participação social no processo legislativo.

Ações Internacionais



Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP)

A ASG-PLP é a entidade de cooperação técnica entre os parlamentos de língua portuguesa, criada em 1998. Em 2020 a associação esteve bastante ativa e realizou os seguintes eventos, todos virtuais: "I Webinar da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP): Os Parlamentos de Língua Portuguesa em tempos de pandemia"; "I Encontro Virtual dos Quadros de Comunicação Social"; "XXI Encontro Virtual dos Secretários-Gerais"; "Visitas Virtuais nos Parlamentos da ASG-PLP"; "Plano de Capacitação Parlamentar: Mesa Redonda sobre o Protocolo Parlamentar"; "XV Encontro dos Quadros de Informática". Além dos referidos eventos, a Câmara dos Deputados elaborou e encaminhou aos parlamentos da ASG-PLP uma compilação de todas as medidas adotadas pela Casa no enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Global Legislative Openness Week

GLOW

Do inglês *Global Legislative Openness Week*, a Semana Global de Parlamento Aberto é um evento realizado pelo consórcio global sobre Parlamento Aberto - *OPEN*, que tem entre seus integrantes o ParlAméricas, a Rede Latino-Americana de Transparência Legislativa e a Fundação Westminster para Democracia. Na Semana Global de Parlamento Aberto, realizada em outubro de 2020, a Câmara dos Deputados participou do Webinar: Iniciativas da Câmara dos Deputados do Brasil para participação e interação digital no contexto da Covid-19, e lançou um vídeo sobre os marcos do Compromisso 7, do 4º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto (2019-2020).

OCDE

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

A sigla OCDE vem de Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, órgão internacional composto por 37 países que se dedicam à pesquisa e a estudos para melhorar políticas públicas, além de promover iniciativas de governo aberto. Nesse sentido, a Câmara dos Deputados participou do III Encontro Regional da Rede da OCDE sobre Governo Aberto e Inovador na América Latina e Caribe.

União Interparlamentar(UIP)

UIP

A União Interparlamentar (UIP) é uma organização internacional dos parlamentos de Estados soberanos, criada em 1889, cujo objetivo é promover contatos multilaterais entre seus parlamentares e disponibilizar para seus membros informações relevantes sobre o funcionamento dos Parlamentos. Em 2020 a Câmara dos Deputados foi convidada para participar de um estudo de caso com o tema: Participação e Interação com a Sociedade na Câmara dos Deputados. As informações repassadas foram inseridas no *Global Parliamentary Report da UIP*. Além disso, elaborou e encaminhou à UIP uma compilação de todas as medidas adotadas pela Casa no enfrentamento da pandemia da Covid-19.

2 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES

2.1 Governança no Parlamento

O funcionamento da governança da Câmara dos Deputados, conforme detalhado na figura abaixo, divide-se em dois níveis: **Governança político-legislativa**, que se refere ao processo político-democrático da interação entre parlamentares e entre os parlamentares e os cidadãos, no exercício das funções constitucionais de "Representar", "Elaborar Leis" e "Fiscalizar"; e **Governança administrativa**, que diz respeito aos processos de governança relacionados à gestão dos serviços prestados pela Câmara, com vistas a garantir os serviços necessários à plena execução do

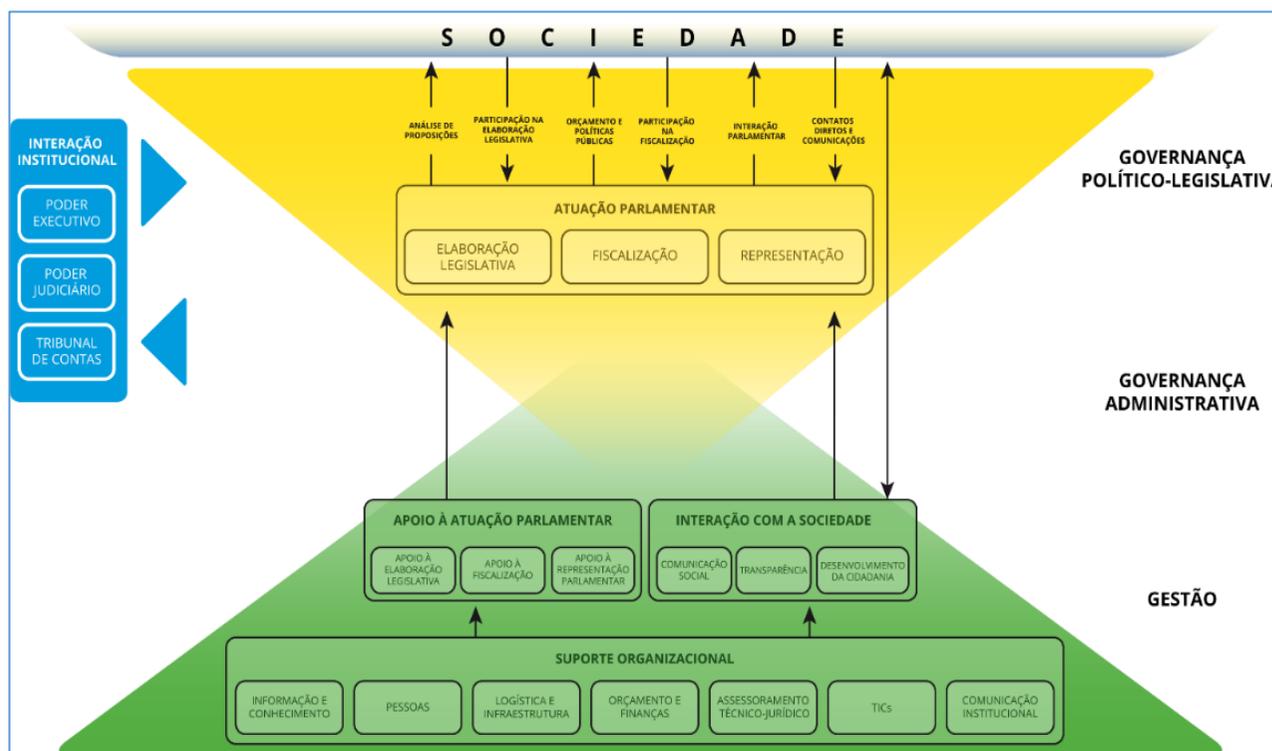
processo político-democrático e prestar serviços de logística, infraestrutura e informação a parlamentares e cidadãos.

Governança político-legislativa

A governança político-legislativa se estabelece pela relação entre os parlamentares, e entre eles e os cidadãos. A diversidade de partidos e inclinações políticas dos parlamentares é reflexo da diversidade de opiniões de seus eleitores. Ao longo da legislatura (período de quatro anos em que ocorrem as atividades legislativas), os cidadãos avaliam as decisões tomadas pelos parlamentares. Essa forma de governança é típica de parlamentos.

Governança administrativa

A governança é a combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração para informar, dirigir, avaliar e monitorar as atividades da Câmara. As decisões que tocam o funcionamento da Casa são típicas da governança administrativa. A governança administrativa da Câmara dos Deputados visa manter o funcionamento dos serviços da Casa, para que os parlamentares possam exercer suas funções de mandato e para garantir que os cidadãos tenham acesso às informações de que necessitam sobre o processo legislativo e sobre a atuação de seus representantes. A Mesa estabelece diretrizes para a atuação das unidades administrativas e aprova o Planejamento Estratégico da Casa.



Fonte: Modelo de Governança e Gestão de Casas Legislativas adaptado pelo Comitê de Gestão Estratégica da Câmara dos Deputados.

2.2 Estrutura de Governança

CONFORMIDADE LEGAL

Ato da Mesa nº [245, de 2018](#).

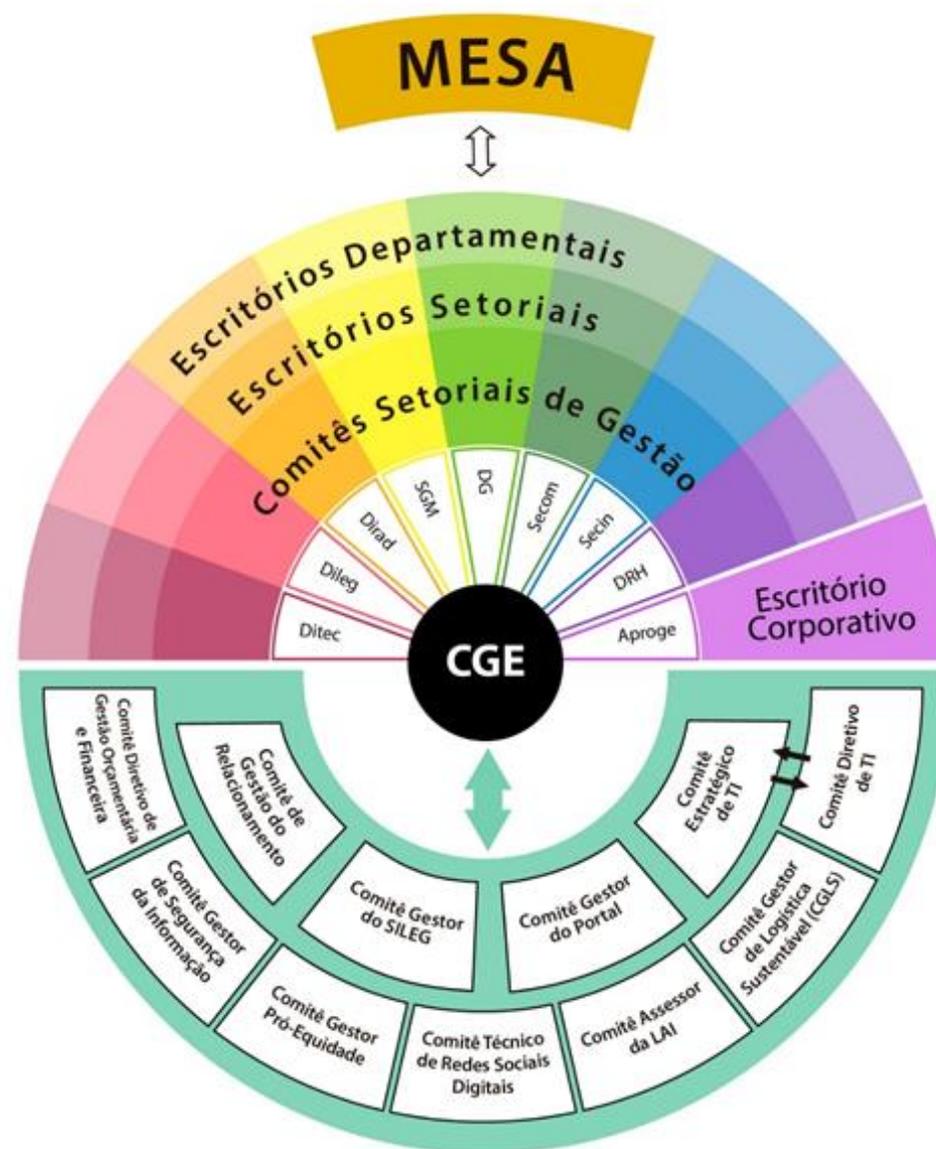
Atos do Presidente do CGE nºs: [1](#), [2](#), [3](#) e [4](#) de 2018 e; nºs [1](#) e [2](#), de 2019.

Portaria DG nº [86, de 2019](#).

A estrutura de governança da Câmara dos Deputados busca garantir o alcance dos objetivos estratégicos definidos. O modelo de Governança está sob revisão, de forma que seja atualizado à luz das premissas da proposta de reforma administrativa em elaboração. Mais informações sobre a governança podem ser consultadas no [portal da Câmara](#).

Comitê de Gestão Estratégica (CGE)

O Comitê de Gestão Estratégica (CGE) é a instância deliberativa superior às áreas técnico-administrativa e técnico-legislativa em matérias de gestão estratégica e governança. A esse colegiado, diretamente subordinado à Mesa, vinculam-se os Comitês Setoriais de Gestão e os Comitês Temáticos, conforme demonstrado na figura ao lado. Seguindo as diretrizes da Mesa, a estratégia é definida no âmbito do CGE e desdobrada nos níveis setoriais com o apoio dos Comitês Setoriais. Há um contínuo processo de alinhamento de decisões entre a Mesa e o CGE, que é assessorado pelo Escritório Corporativo, nos termos do Ato da Mesa nº 245, de 2018. Em seguida, apresenta-se a relação dos órgãos que compõem o CGE, suas principais competências e titulares responsáveis em 31/12/2020.



Diretoria-Geral (DG)

Planeja, coordena, orienta, dirige e controla as atividades administrativas da Câmara dos Deputados, de acordo com as deliberações da Mesa.

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida Diretor-Geral

Mauro Limeira Mena Barreto Diretor-Geral Adjunto

Secretaria-Geral da Mesa (SGM)

Assessora a Mesa da Câmara dos Deputados nos trabalhos legislativos e a Presidência, no desempenho de suas atribuições regimentais e constitucionais; dirige, coordena e orienta todas as atividades legislativas da Câmara dos Deputados.

Leonardo Augusto de A. Barbosa Secretário-Geral da Mesa

Égio Almeida Andrade SGM Adjunto de Plenário

Roberto Carlos Martins Pontes SGM Adjunto de Coordenação Técnico-Jurídica

Virgínia Queiroz Alves SGM Adjunta de Planejamento da Atividade Legislativa

Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge)

Promove, planeja, coordena e orienta, assessorando o Diretor-Geral, a implementação da melhoria contínua da gestão por meio do planejamento estratégico institucional, da governança corporativa, da gestão de projetos e da gestão de processos; planeja e coordena ações de cooperação técnica.

Antonio Carvalho e Silva Neto Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão

Diretoria de Recursos Humanos (DRH)

Planeja, dirige e controla as atividades inerentes à gestão de pessoas da Câmara; zela pelo cumprimento das diretrizes e programas da política de pessoal.

Milton Pereira da Silva Filho Diretor de Recursos Humanos

Diretoria Administrativa (Dirad)

Planeja, coordena, orienta e dirige as atividades relativas a orçamento, finanças, contabilidade, material, patrimônio, comunicações (protocolo, correspondências, captação audiovisual, etc.), transporte, espaços físicos, segurança do trabalho, alimentação, serviços gerais, obras e manutenção das instalações e equipamentos, proporcionando o suporte para a atividade administrativa e legislativa.

Rômulo de Sousa Mesquita Diretor Administrativo

Diretoria Legislativa (Dileg)

Planeja, coordena e dirige as atividades de apoio aos trabalhos legislativos, incluindo a consultoria e o assessoramento técnico e institucional, os trabalhos das comissões, o processo de produção e arquivo da documentação legislativa e o acompanhamento taquigráfico dos discursos e debates.

Afrísio de Souza Vieira Lima Filho Diretor Legislativo

Diretoria Executiva de Comunicação Social (Direx-Secom)

Divulga as atividades da Câmara dos Deputados; gerencia os veículos de comunicação da Casa (TV, Rádio, Agência de Notícias e Jornal da Câmara); gerencia o trabalho de assessoria de imprensa; e promove ações de relações públicas e divulgação institucional que aproximem o Poder Legislativo da sociedade.

David Miranda Silva Almeida

1º de janeiro a 26 de julho

Diretor-Executivo de Comunicação Social

Cláudio Roberto de Araújo

27 de julho a 22 de setembro

Diretor-Executivo de Comunicação Social Interino

Aline Moraes Machado

23 de setembro a 31 de dezembro

Diretora-Executiva de Comunicação Social

Diretoria de Inovação e Tecnologia de Informação (Ditec)

Conduz os assuntos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e provê as soluções e serviços dessa natureza para apoio ao processo legislativo, à atuação parlamentar e ao cidadão; fomenta e provê a inovação de TIC; gere ações associadas à governança de TIC de acordo com o modelo de governança de TIC e o modelo de governança institucional.

Sebastião Neiva Filho

Diretor de Inovação e Tecnologia de Informação

Secretaria de Controle Interno (Secin)

Exerce o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, além de efetuar a verificação e a avaliação dos resultados obtidos pelos administradores públicos, no âmbito da Câmara dos Deputados, observados os princípios definidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988 (CF).

João Luiz Pereira Marciano Secretário de Controle Interno

Comitês Setoriais de Gestão (CSGs)

O nível setorial de governança é composto por oito Comitês Setoriais de Gestão (CSGs) e seus respectivos Escritórios Setoriais. Os CSGs orientam e acompanham o processo de gestão estratégica da respectiva diretoria ou secretaria. Cada Comitê Setorial é formado pelos titulares dos departamentos ou unidades administrativas diretamente subordinadas. Os CSGs coordenam a execução setorial dos trabalhos administrativos e técnico-legislativos, sendo responsáveis por alinhar e priorizar iniciativas no seu âmbito de atuação. Os Escritórios Setoriais têm como função principal prestar assessoria e consultoria aos Comitês a que se vinculam, atuando de forma alinhada com as metodologias e orientações do Escritório Corporativo.

Comitês temáticos

Além do Comitê de Gestão Estratégica e Comitês Setoriais, compõem o modelo de governança da Câmara dos Deputados os Comitês Temáticos, que são colegiados temporários que se reúnem periodicamente para deliberar ou se manifestar sobre temas multidisciplinares que impactam a estratégia da Câmara e que dependem de decisões e ações conjuntas de diferentes unidades administrativas. Em 2020, vigoravam os Comitês Temáticos descritos no quadro de normativos na página a seguir.

LEGISLAÇÃO – COMITÊS TEMÁTICOS

Ato da Mesa nº [245, de 2018](#).
 Ato do Presidente do CGE nº [1, de 2019](#).
 Comitê Gestor do Portal: [Portarias nºs. 123, de 2004; 97, de 2016](#);
 Comitê Gestor do Sileg: [Portaria SGM nº 1, de 2012](#);
 Comitê Gestor da Segurança da Informação: [AM nº 47, de 2012](#) e [407, de 2013](#);
 Comitê Assessor da LAI: [Portaria nº 101, de 2013](#);
 Comitê Gestor do Relacionamento: [Portaria nº 111, de 2013](#);
 Comitê Estratégico e Comitê Diretivo de TI: [Portaria nº 406, de 2013](#);
 Comitê Gestor do Pró-Equidade: [Portaria nº 79, de 2014](#);
 Comitê Diretivo de Gestão Orçamentária e Financeira: [Portaria nº 16, de 2017](#);
 Comitê Gestor de Logística Sustentável: [Portaria nº 53, de 2018](#);
 Comitê Técnico de Redes Sociais Digitais: [APCGE nºs 4, de 2018](#); [1, de 2019](#).

Principais ações e resultados dos Comitês Temáticos em 2020

No espaço da proposta de reforma administrativa em elaboração, o papel dos Comitês Temáticos está sendo revisto. Nesse sentido, à luz das premissas dessa reestruturação, alguns desses Comitês estão em processo de extinção, seja por terem cumprido sua missão ou pelo fato de suas atribuições temporárias estarem sendo incorporadas aos processos de trabalho das Unidades relacionadas aos temas. No ano de 2020, em que pese o impacto da Pandemia na atuação dessas instâncias, há que se destacar alguns resultados do período:

Comitê Gestor do Portal (CGP)

- Atuou em parceria com a equipe do Projeto Corporativo Virada Digital, na reformulação da arquitetura e layout do Portal da Câmara. Em 2021, um novo modelo de governança dos portais será submetido à aprovação da Mesa e as atribuições e composição do colegiado serão redimensionadas ao novo contexto.

Comitê Gestor do Relacionamento (CGR)

- Elaborou a prospecção de solução tecnológica para a implementação do Novo Sistema Informatizado de Gestão do Relacionamento. Participou do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração das minutas de normativos internos sobre a Lei Geral de Proteção de Dados- LGPD na Câmara. Atuou na melhoria de processos de atendimento a sugestões legislativas e no levantamento de requisitos para atendimento a demandas de estados e municípios, via Coordenação de Rede Legislativa de Rádio e TV digital. Dentre os desafios para o próximo ano, destaca-se o aprimoramento dos processos de monitoramento de resultados e interação com as equipes de triagem e atendimento.

Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI)

- O Comitê concluiu o levantamento de informações a respeito dos dados pessoais, como forma de subsidiar as decisões e o planejamento para adaptar a Casa à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. Participou do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração das minutas para os normativos internos sobre o tema na Câmara (Ato da Mesa nº 152, de 2020, e Portaria nº 321, de 2020). O principal desafio do Comitê no próximo ano será a implementação da estratégia de Transformação Digital da Câmara dos Deputados.

Comitê Técnico de Redes Sociais Digitais (CTR)

O Comitê orientou os gestores das contas em redes sociais sobre as limitações de conteúdo em face das eleições municipais; aprovou a abertura de conta institucional da Câmara dos Deputados na plataforma TikTok e, no âmbito das Comissões, definiu o cronograma de ações de avaliação e controle das contas. O colegiado tem como principal desafio a definição do procedimento relativo ao acordo de cooperação para compartilhamento de postagens de instituições privadas nas redes sociais da Câmara.

2.3 Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos

O [Ato da Mesa nº 233, de 2018](#) estabelece a Política de Gestão de Riscos da Câmara dos Deputados, que tem como princípios a eficiência e a redução de incertezas para a tomada de decisões. No ano de 2020, além das ações regulares de identificação, monitoramento e tratamento de riscos adotadas pelas diversas unidades da Casa, foram direcionados esforços, no nível corporativo, para elaboração da Declaração de Apetite a Riscos da Câmara dos Deputados e revisão da Metodologia Corporativa, para adequação às diretrizes do novo normativo. Nesse sentido, uma equipe formada por servidores das diversas áreas da Casa realizou estudos para subsidiar o Comitê de Gestão Estratégica na elaboração da declaração, que está em fase de revisão final para que seja submetida à aprovação do Colegiado. A referida declaração busca refletir a cultura de riscos da organização e nortear o planejamento estratégico e seus desdobramentos nos planos táticos e operacionais. Representa, ainda, um importante indicador de monitoramento da gestão, favorecendo a alocação racionalizada de recursos, a conformidade e a definição de responsabilidades.

2.4 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

CONFORMIDADE LEGAL

[Constituição Federal 1988, arts. 37, 73 e 74](#)

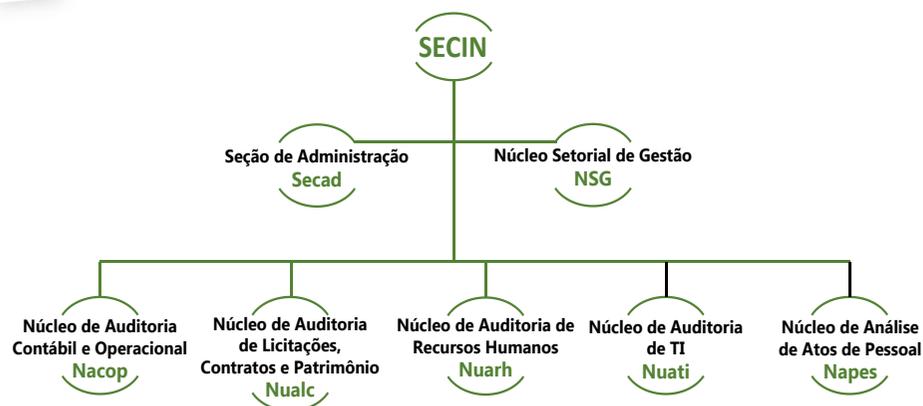
Resoluções CD n°s: [20, de 1971](#), [17, de 1989](#) (art. 265), e [69, de 1994](#).

Atos da Mesa n°s: [46, de 2012](#), [133, de 2016](#), e [233, de 2018](#).

A [Secretaria de Controle Interno \(Secin\)](#) é responsável pelo acompanhamento e fiscalização das ações de gestão e de governança da Casa, no tocante aos aspectos financeiros, tecnológicos, de recursos humanos e operacionais. Trata-se da área de auditoria interna, com visão baseada em riscos.

Estrutura da unidade de Auditoria Interna

A Secin é uma unidade de assessoramento diretamente subordinada à Mesa, à qual compete a direção dos órgãos que integram a estrutura administrativa desta Casa Legislativa, em conformidade com o Regimento Interno. O art. 4º da Resolução nº 69, de 1994, dispõe que o Secretário de Controle Interno será nomeado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, após escolha pelo voto da maioria absoluta dos membros da Mesa, dentre servidores públicos de carreira técnica ou profissional da Câmara dos Deputados que atendam aos requisitos previstos no art. 73 da Constituição Federal. Para cumprir sua função institucional, a Secin conta atualmente com a seguinte estrutura administrativa:



Forma de atuação da Auditoria Interna

A auditoria interna realizada pela Secin é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria estabelecida para aumentar e proteger o valor organizacional da Câmara dos Deputados. O propósito, a autoridade, a responsabilidade, o escopo e as formas de atuação da Secin encontram-se descritos no [Estatuto da Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados](#). O Estatuto contém, ainda, o Código de Ética da Secin, que estabelece os princípios e valores que devem pautar os trabalhos desenvolvidos na Secretaria e nortear o comportamento profissional dos seus servidores. O escopo da atividade de auditoria interna engloba a consultoria, o exame e a avaliação da adequação e da eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos da gestão com vistas a auxiliar a Câmara dos Deputados a realizar a estratégia definida. A atuação da auditoria concretiza-se por meio das ações de controle que englobam avaliação, consultoria, levantamento, inspeção e auditoria de gestão, bem como as ações obrigatórias de: análise de atos de pessoal, análise de Tomada de Contas Especial (TCE) e análise do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), sem prejuízo de outras ações previstas em lei e normativos aplicáveis, bem como demandas da Mesa em áreas de competência da Secretaria. As ações planejadas são consubstanciadas no Plano Anual de Controle Interno (Paci), que é submetido previamente à revisão e

aprovação da Mesa. O documento contém informações preliminares sobre as ações de controle planejadas: justificativas, objetivos, escopo e prazos de execução. Após aprovado pela Mesa, o Paci é publicado no boletim administrativo para conhecimento geral da Casa.

Gestão de riscos e/ou controles

O gerenciamento de riscos consiste em um processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, a fim de fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização. As boas práticas de governança convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses, preservando e otimizando o valor da instituição. O órgão de controle interno exerce um papel fundamental no sentido de promover o ajuste entre os objetivos estabelecidos pela alta gestão e os controles internos definidos pelas áreas nos processos de trabalho. O papel da auditoria no processo de gerenciamento de riscos da Casa envolve auditar os principais controles, fornecendo avaliação quanto ao gerenciamento dos riscos relevantes. Os resultados das ações de controle são formalmente comunicados aos gestores por meio de relatórios técnicos, nos quais são apresentados os objetivos, o escopo e suas limitações, a metodologia utilizada e as conclusões da Secin. Nos casos de avaliação, também são apresentadas as questões de auditoria, os pontos de controle e as recomendações pertinentes. O relatório pode incluir a resposta do auditado e a ação corretiva tomada ou a ser tomada (plano de ação) para mitigar os riscos identificados pelos auditores. As recomendações expedidas são monitoradas sistematicamente. Caso ocorra a baixa de uma recomendação, cujos riscos ainda se mantenham relevantes, tal situação é previamente relatada à alta administração e as informações pertinentes são incluídas no Relatório de Auditoria de Gestão (RAG).

Execução do Plano Anual de Controle Interno (Paci) de 2020

Premissas, restrições e riscos associados

Para uma atuação tempestiva e coordenada com a gestão, as ações desenvolvidas pela Secin precisam ser priorizadas. Assim, a premissa para a inclusão no Paci de determinado processo de trabalho ou assunto leva em consideração a avaliação de riscos, que compreende a análise da materialidade, relevância e criticidade dos processos auditáveis, buscando o alinhamento entre as atividades da Secin, a estratégia e o direcionamento da Casa. Todas as ações do Paci são aprovadas pela Mesa da Câmara dos Deputados antes de entrarem em execução. As maiores restrições à execução do Paci referem-se à limitação dos recursos para a execução das tarefas e à diversidade dos processos de trabalho executados na Câmara dos Deputados, que possui a complexidade de uma cidade de médio porte, tendo em vista que, em dias de votação, circulam na Casa mais de 30 mil pessoas. Em se tratando de auditorias, o maior risco associado é o de que a conclusão ou opinião do auditor possa ser inadequada. Na Secin, busca-se mitigar tal risco por meio da manutenção de uma equipe capacitada e atualizada em termos de conhecimentos e técnicas. Atualmente, cada servidor da Secin precisa comprovar a frequência a 60 horas anuais de capacitação ([Ordem de Serviço n° 2, de 10/7/2019](#)). Além disso, as conclusões das ações de controle são precedidas de reuniões com os gestores envolvidos, a fim de que quaisquer esclarecimentos possam ser prestados antes da emissão do relatório final.

Principais números de auditoria interna

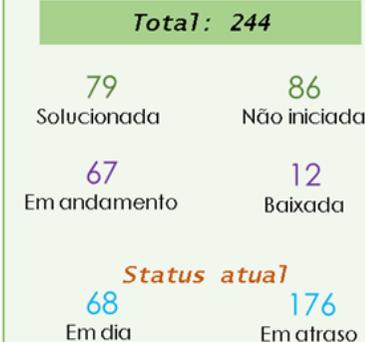
Ações de controle eletivas



Ações de controle obrigatórias



Situação das recomendações expedidas de 2016 a 2020



Tipos de Atos de Pessoal analisados



Outras ações e resultados em destaque

Além das ações planejadas para o Paci e daquelas que são incluídas extemporaneamente, por demanda da gestão ou do TCU, vale mencionar as seguintes ações realizadas em 2020:

- (a) revisão da biblioteca de riscos – ação realizada a partir da identificação dos processos de cada uma das áreas auditáveis, bem como dos principais riscos associados. A ação tem por objetivo alinhar o entendimento da gestão e o da Secin a respeito dos processos de trabalho realizados e dos riscos, a fim de ampliar e melhorar seu gerenciamento;
- (b) conclusão do projeto setorial Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM, sigla, em inglês) teve por objetivo alinhar a Secin às melhores práticas de auditoria na área pública, por meio da avaliação sistemática de sua capacidade de atuação e da busca do atingimento de padrões técnicos de qualidade adotados internacionalmente;
- (c) conclusão do projeto setorial Avaliação Contínua, que visou o desenvolvimento de uma metodologia e a implantação de rotinas iniciais com base na análise de dados extraídos dos sistemas informacionais, proporcionando uma verificação tempestiva da execução das atividades do processo auditável;
- (d) realização do II Concurso de Boas Práticas de Gestão da Câmara dos Deputados, promovido pela Secin com patrocínio da Primeira-Secretaria, e em parceria com a Diretoria-Geral, com a finalidade de estimular, reconhecer e premiar iniciativas na Câmara dos Deputados, realizadas no contexto organizacional vivenciado durante a pandemia da Covid-19, que promovessem a transparência ativa ou passiva, práticas setoriais ou corporativas de gestão de riscos, o fortalecimento dos controles internos da gestão, a inovação em processos e a inovação tecnológica. Buscou-se, em 2020, premiar as propostas de projeto decorrentes da experiência de *home office*.

- (e) levantamento realizado em colaboração com o Departamento de Material e Patrimônio, com a finalidade de identificar os processos de trabalho e os riscos a eles associados, de modo a permitir trabalhar com mais eficiência e economicidade.
- (f) certificação pela regularidade dos demonstrativos contábeis da Câmara dos Deputados do ano de 2019, identificando pontos de melhoria na explicitação das informações contábeis, mas sem emitir qualquer recomendação à gestão da Casa.

Principais desafios

A adaptação ao novo modelo de auditoria de gestão, preconizado a partir da IN n. 84, de 2020, do TCU, implicará a alteração de rotinas de trabalho já consolidadas. Logo, o objetivo da ação de controle passa a ser o de expressar opinião sobre a adequabilidade dos demonstrativos contábeis, em todos os aspectos relevantes, quanto à situação patrimonial, financeira e orçamentária, de acordo com a Lei 4.320, de 1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as demais normas contábeis e orçamentárias aplicáveis, e sobre a conformidade das transações correlatas. Além dessa análise das contas financeiras, será necessário proceder à avaliação sistemática de informações fornecidas pela gestão à medida que forem inseridas no portal da Câmara. Outro desafio é o desenvolvimento de trilhas de auditoria, conforme proposto no projeto setorial Avaliação Contínua, com o uso de tecnologias de inteligência artificial e *data analytics*, que favoreçam o monitoramento automatizado dos processos auditáveis, a fim de identificar os riscos mais significativos e direcionar o planejamento das ações de controle, bem como a adoção de controles e práticas mais eficientes.

2.5 Atividades do Sistema de Correição

A Comissão Permanente de Disciplina (Coped), órgão administrativamente vinculado à Diretoria-Geral, tem como competência apurar, com exclusividade, a responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar (PAD), nos termos da [Lei nº 8.112, de 1990](#).

Eventos apurados

O quadro a seguir apresenta uma comparação da distribuição temática dos processos administrativos disciplinares (PAD) entre os anos de 2020 e 2019. Em 2020, 47 (quarenta e sete) PADs foram tramitados, representando uma redução de 23% em relação ao ano anterior.

	2019	2020		2019	2020
Valimento de cargo público	3	2	Descumprimento de dever funcional e/ou infração à proibição	12	8
Desvios de recursos orçamentários na área de saúde	5	1	Crime contra a Administração Pública	1	1
Registro de frequência	11	9	Ausência de contraprestação laboral	10	13
Programa de Assistência e Educação Pré-Escolar (PAE)	3	0	Nepotismo	0	1
Manifestação de apreço/desapreço	3	1	Acumulação ilegal de cargos	4	4
Improbidade administrativa	2	2	Abandono de cargo e/ou inassiduidade habitual	2	2
Gerência/Administração de sociedade privada	4	2			
Falta de urbanidade	1	1	TOTAL DE PADS MOVIMENTADOS	61	47

Fonte: Sistema CPD

Os dados indicam ainda uma concentração de PADs sobre os temas “ausência de contraprestação laboral”, “descumprimento de dever funcional e/ou infração à

proibição” e “registro de frequência” que representaram mais de 63,8% dos processos com tramitação em 2020.

CONFORMIDADE LEGAL

[Constituição Federal 1988](#)

Leis nºs [8.112, de 1990](#), e [9.784, de 1999](#).

Resoluções CD nºs [20, de 1971](#), e [14, de 2012](#).

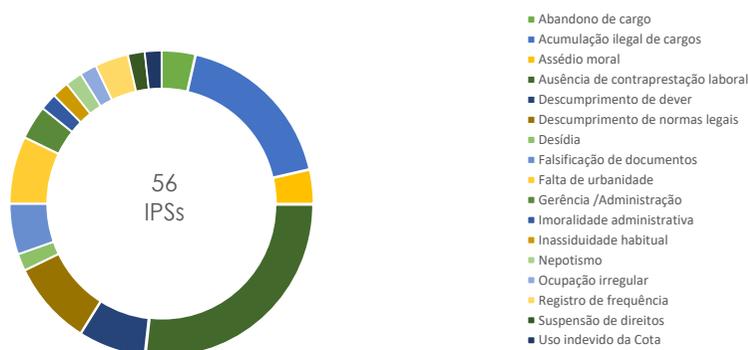
Portarias DG nº [12, de 2016](#), e [124, de 2020](#).

Principais ações e resultados

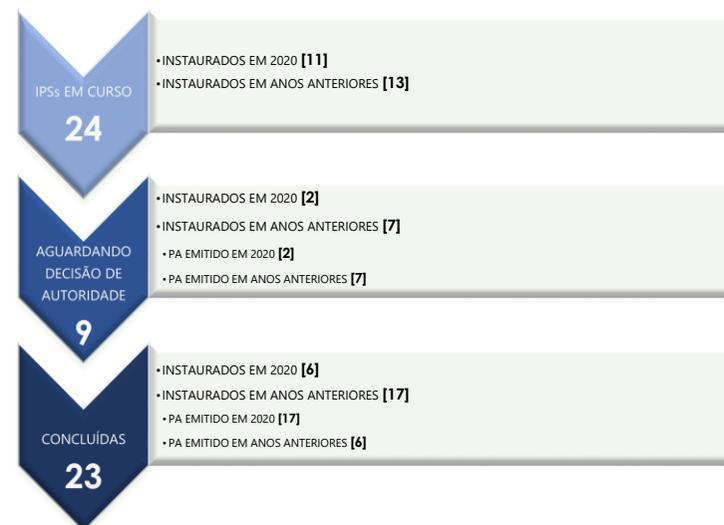
Foi publicada a [Portaria DG nº 124, de 2020](#), que regulamentou no âmbito da Câmara dos Deputados o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), aplicável a infrações disciplinares de menor potencial ofensivo. Por meio do TAC, o servidor assume a responsabilidade pela irregularidade a que deu causa e compromete-se a ajustar sua conduta. Durante o ano de 2020, foi editada a [Medida Provisória nº 928, de 2020](#), que vigorou de 23 de março até 31 de julho de 2020, para suspender os prazos processuais em desfavor dos acusados e os prazos prescricionais no âmbito dos processos administrativos disciplinares, conforme regulamentado nos termos do Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 93, de 2020. Durante a vigência dessa Medida Provisória, foi vedada a produção de elementos probatórios de contraditório imediato, contudo as comissões continuaram os seus trabalhos de produção de elementos probatórios cujo contraditório pudesse ser exercido a qualquer tempo da instrução processual, tais como: a requisição e juntada aos autos de informações documentais. Os processos de investigações preliminares sumárias seguiram o trâmite normal, conforme resultado apresentados no próximo tópico.

Investigações Preliminares Sumárias

As Investigações Preliminares Sumárias (IPS), nos termos da Portaria DG n. 12, de 2016, são procedimentos disciplinares instaurados para coletar elementos para fins de verificação quanto ao cabimento de instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar em decorrência do teor de denúncias anônimas, representações ou de notícias de fatos disciplinares. Apresenta-se no quadro abaixo o quantitativo de 56 IPSs no ano de 2020, cujos dados indicam uma concentração sobre os temas “ausência de contraprestação laboral”, “acumulação ilegal de cargos” e “descumprimento de normas legais e regulamentares”. Essas investigações sobre os referidos temas representaram mais de 53% dos processos tramitados em 2020.



Infer-se do quadro abaixo, que foram instauradas 19 novas IPSs em 2020 detalhadas nas fases de “aguardando a decisão da autoridade” e “concluídos”. Além disso, foram produzidos 25 pareceres de admissibilidade (PA) pela Comissão Permanente de Disciplina.

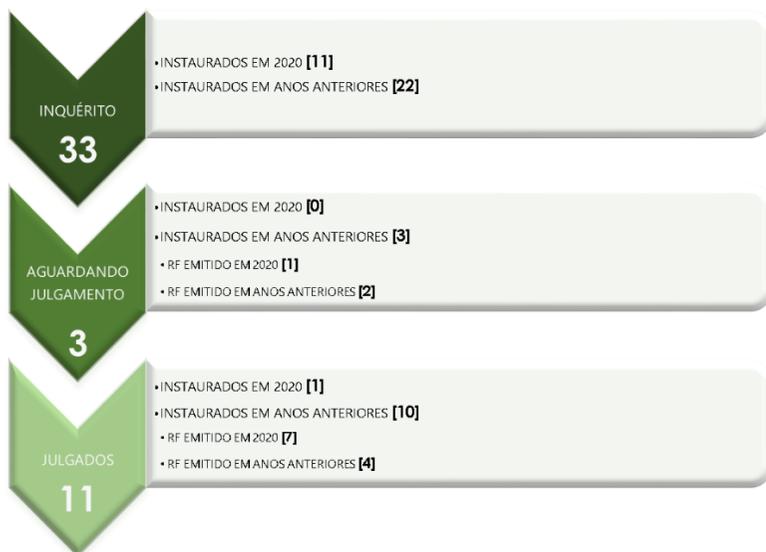


Fonte: Sistema CPD.

Note-se que, na fase concluídas, do total de 23 IPSs, em 12 casos a autoridade instauradora manifestou-se pelo arquivamento, em 10 casos pela abertura de processo disciplinar e em 1 caso pela celebração de termo de ajustamento de conduta.

Processo Administrativo Disciplinar (PAD)

O quadro a seguir sintetiza a movimentação processual no fluxo processual de cada PAD estabelecido no Título V, Capítulo III, da [Lei nº 8.112, de 1990](#). Ressalte-se que o ato de julgamento é de competência do titular da Diretoria Geral, da Primeira Secretária ou da Presidência da Câmara dos Deputados, conforme regramento estabelecido no art. 141, da [Lei nº 8.112, de 1990](#), combinado com o art. 147, inciso XXX, da [Resolução nº 20, de 1971](#). Desse modo, infer-se no gráfico a seguir que foram instaurados 12 novos PADs e que as comissões processantes emitiram 8 relatórios finais (RF) em 2020.



Fonte: Sistema CPD.

A figura a seguir apresenta informações acerca dos resultados da aplicação de penalidades, prescrições e absolvições nos processos julgados em 2020. O somatório dos totais de penalidades aplicadas, absolvições e prescrições pode não corresponder ao total de processos julgados no ano, haja vista existir a possibilidade de, em um único processo, constarem dois ou mais acusados.



Fonte: Sistema CPD.

Principais desafios

A permanência de um número relativamente elevado de novas denúncias impõe à Comissão Permanente de Disciplina, como desafio de curto prazo, a consolidação e o fortalecimento dos trabalhos de apuração preliminar, de modo a subsidiar não só o juízo de admissibilidade da autoridade instauradora, mas também os trabalhos das comissões processantes no âmbito dos processos administrativos disciplinares propriamente ditos, reduzindo o seu tempo de duração. Em 2020, foi imposta a necessidade de aprimoramento da gestão de prescrições processuais em razão das variáveis de contexto que marcaram esse exercício, tais como: o alongamento da duração dos PADs sobrestados e o significativo aumento da média de PADs em curso em face da autorização de novos PADs. É premente buscar soluções mais efetivas, mediante a aplicação do TAC, de modo a evitar a instauração de PADs.

2.6 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário

Em 2020, houve a instauração de 3 Tomadas de Contas Especial pelas Portarias DG nºs [51](#), [69](#) e [207](#), todas de 2020, das quais duas já foram remetidas ao Tribunal de Contas da União.



Medidas adotadas em caso de dano ao erário - 2020

	Quantidade de registros no SICOD	Percentual
Débitos objeto de cobrança administrativa	744	100%
Débitos regularizados	404	54%
Débitos não regularizados dispensados de TCE por não atingirem o valor mínimo estabelecido na IN 71/2012 do TCU	334	45%
Débitos enviados para apuração em TCE (Processo 340.050/2019)	6*	1%

***Nota:** Sistema de Controle de Débitos (SICOD). Das 3 TCEs instauradas em 2020, duas tiveram seus débitos enviados para apuração no ano de 2019 (Processo 100.901/2017 – 41 débitos; e Processo 288.995/2019 – 26 débitos).

2.7 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados Alcançados

O monitoramento e avaliação do desempenho e dos riscos da gestão são competência do CGE, no contexto corporativo (detalhadas no [Ato da Mesa nº 245, de 2018](#), art. 12), e dos comitês setoriais de gestão da Casa, no contexto setorial. Esse acompanhamento é realizado nas Reuniões de Avaliação Estratégica (RAEs) realizadas nas esferas corporativa e setorial, conforme regras dispostas no [Ato do Presidente do CGE nº 3, de 2018](#).

Análise de dados e organização de informações gerenciais

A Portaria DG nº 166, de 2016, estruturou o processo de trabalho de análise de dados para um efetivo suporte ao processo decisório e acompanhamento do desempenho da gestão, denominado DataCâmara. A partir de então, as diversas áreas da Casa vêm desenvolvendo painéis de monitoramento de seus resultados, com a utilização de ferramenta de inteligência de negócios (*business intelligence*). Em 2020, a infraestrutura de TI desse serviço de análise de dados e informações passou por extensivo processo de reestruturação, com migração de dados para nova plataforma institucional. A mudança teve como objetivo garantir a continuidade das atividades da área, bem como prover ambiente mais seguro e estável aos painéis usados pela alta administração no monitoramento da gestão.

3 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

3.1 Gestão Orçamentária e Financeira

CONFORMIDADE LEGAL

[Constituição Federal de 1988](#)

[Lei Complementar nº 101, de 2000 \(LRF\)](#)

[Lei nº 13.971, de 2019 \(PPA 2020/2023\)](#)

[Lei nº 13.898, de 2019 \(LDO/2020\)](#)

[Lei nº 13.978, de 2020 \(LOA/2020\)](#)

Neste item são apresentados os principais números e informações sobre a gestão orçamentária e financeira na Câmara dos Deputados.

Cumprimento do limite de despesas estabelecido pelo Novo Regime Fiscal

Segundo o Novo Regime Fiscal (NRF) instituído pela [Emenda Constitucional nº 95, de 2016](#), o limite financeiro de despesas primárias de cada órgão equivale ao montante de despesas primárias pagas pelo órgão no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos, corrigido anualmente pelo IPCA acumulado no período de 12 meses encerrado em junho do exercício anterior. A Câmara dos Deputados vem pagando suas despesas em montante consideravelmente inferior ao limite estabelecido pelo NRF. Vale lembrar que o órgão, além de cumprir com rigor o teto

de gastos, em nenhum dos exercícios financeiros permitidos utilizou a margem de compensação admitida na EC nº 95, de 2016. A tabela a seguir compara a despesa paga pela instituição no período de 2016 a 2020 com o percentual estabelecido pelo NRF.

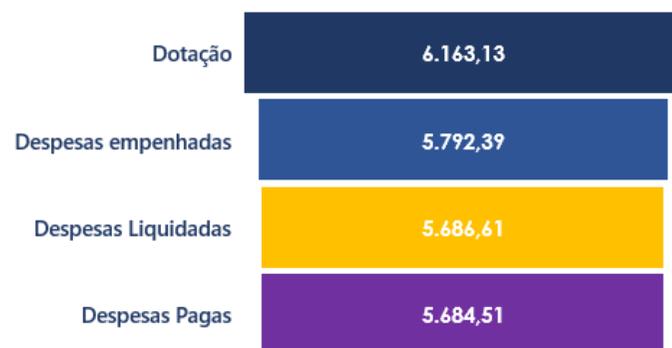
Ano	Teto de Gastos (NRF)	Pagamento Efetivo CD	% NRF IPCA (Jul a Jun)	% NRF Acumulado	% Pago pela CD	Diferença (R\$)
2016	5.067.248.626	5.067.248.626	-	-	-	-
2017	5.432.090.527	5.127.663.002	7,2%	7,2%	1,19%	304.427.525
2018	5.595.053.243	5.289.359.953	3,0%	10,42%	4,38%	305.693.290
2019	5.840.676.080	5.639.802.249	4,39%	15,26%	11,30%	200.873.831
2020	6.037.506.864	5.489.418.761	3,37%	19,15%	8,33%	548.088.103

Percebe-se que, em 2017, o órgão pagou 1,19% acima do montante pago em 2016 – ano-base do NRF –, e que o percentual previsto pela EC nº 95, de 2016, foi de 7,2%. Em 2018, o pagamento totalizou 4,38%, substancialmente aquém do limite autorizado de 10,42%. Em 2019, o pagamento total foi de 11,30% sobre o do ano-base, ainda aquém do percentual permitido de 15,26%. Em 2020, os pagamentos totalizaram 8,33% acima dos efetuados no ano-base, ante um limite autorizado de 19,15%. Em números absolutos no quadriênio 2017-2020, o montante economizado totalizou R\$ 1,36 bilhão. Sendo assim, a instituição vem mantendo com rigor o nível de pagamentos de despesas em patamar abaixo do teto anual de gastos. Além disso, a Câmara destinou R\$ 150 milhões do Orçamento para o Ministério da Saúde, com o propósito de contribuir com o Governo Federal para ações de combate à pandemia provocada pela Covid-19, mediante abertura de crédito extraordinário, objeto da [Medida Provisória nº 967, de 2020](#).

Perfil do gasto

A Lei Orçamentária Anual de 2020 – LOA 2020, consignou à Câmara dos Deputados dotação orçamentária de R\$ 6.265,13 milhões. Após as alterações orçamentárias de 2020, a dotação global para esse exercício passou a R\$ 6.163,13 milhões, dos quais foram pagos R\$ 5.684,51 milhões, o que equivale a 92,2% do autorizado na LOA/2020.

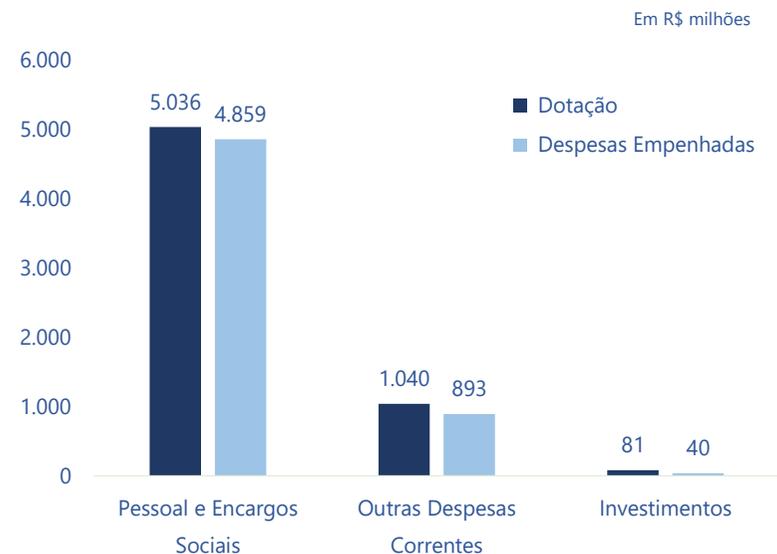
Execução orçamentária em 2020 – R\$ milhões



Despesas por grupo

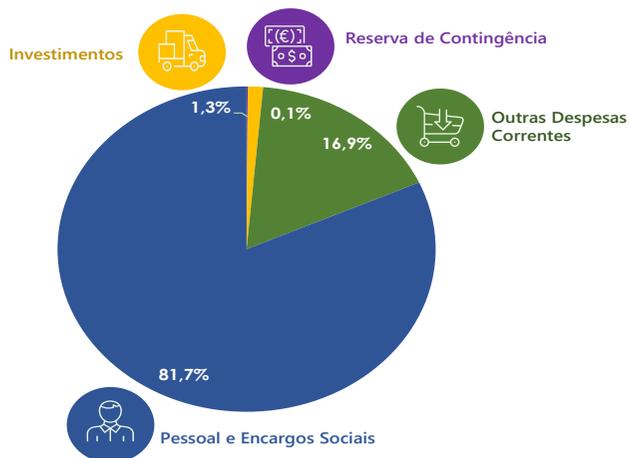
Em 2020, o orçamento da Câmara dos Deputados foi de R\$ 6.163,13 milhões. Destes, R\$ 5.035,78 milhões foram destinados a “Pessoal e Encargos Sociais”, R\$ 1.039,81 milhões a “Outras Despesas Correntes” (custeio) e R\$ 81,33 milhões a “Investimentos” (capital), conforme gráfico a seguir. Durante a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, R\$ 6,21 milhões foram destinados à reserva de contingência para o atendimento de riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme disposto no art. 5º, III, *b*, da Lei de Responsabilidade Fiscal ([LRF – LCP nº 101, de 2000](#)) e no art. 13 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020.

Dotação x Despesas Empenhadas



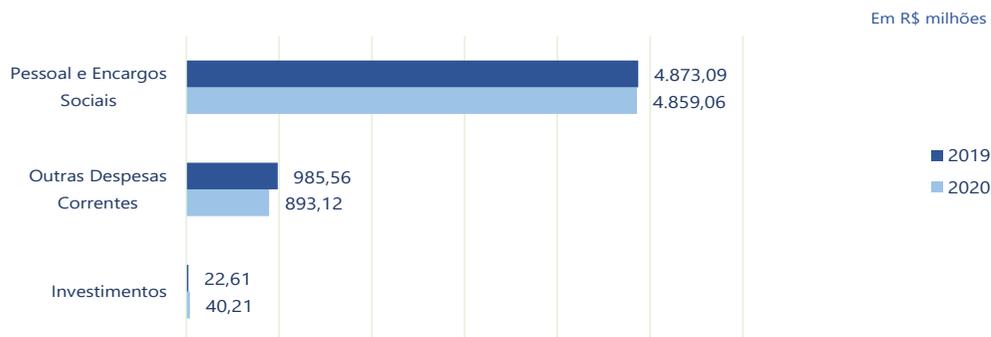
Observando-se a execução de cada Grupo de Natureza de Despesa (GND) conforme a dotação autorizada, verificou-se que 96,5% das despesas de “Pessoal e Encargos Sociais” (GND 1) foram empenhadas, enquanto “Outras Despesas Correntes” (GND 3) tiveram 85,9% das despesas empenhadas e em “Investimentos” (GND 4) empenharam-se 49,4% da dotação autorizada. A baixa execução orçamentária das despesas discricionárias se deve, em grande parte, às determinações relacionadas ao isolamento social no contexto da pandemia da Covid-19 e guarda relação com as medidas de restrição orçamentária adotadas pela Casa. Quanto à distribuição da dotação por GND, constatou-se que as despesas com pessoal continuam sendo responsáveis pela maior fatia do orçamento da Câmara, respondendo por 81,7% do total. Por sua vez, a dotação autorizada final para despesas correntes representou 16,9% do total, enquanto a dotação final para investimentos foi de 1,3% do total. Finalmente, 0,1% da dotação foi destinada à reserva de contingência.

Dotação por GND



No gráfico abaixo, acerca das despesas empenhadas, 83,9% do total corresponde a GND 1, contemplando os maiores gastos do órgão: pessoal ativo, aposentadorias, pensões e encargos sociais. A execução de GND 3 representa 15,4% do total das despesas empenhadas e sofreu uma diminuição de 9,4% se comparado ao exercício de 2019.

Despesas executadas 2019 x 2020

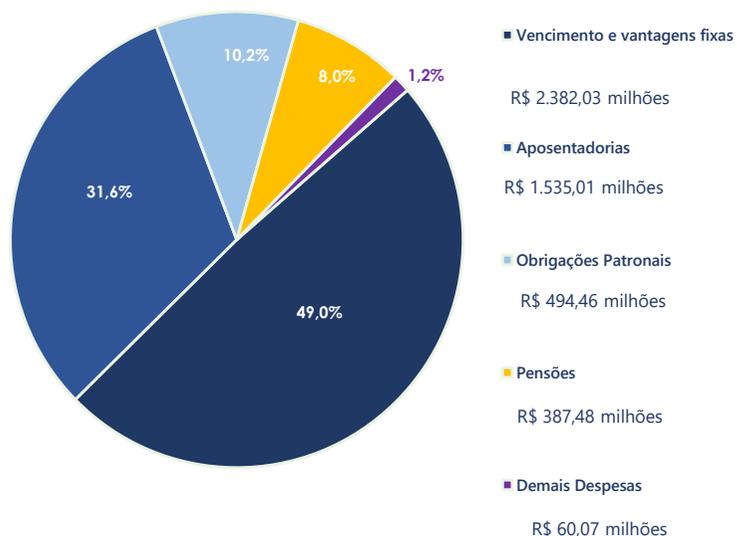


Há que se registrar que, no mês de março de 2020, a Câmara adotou medidas de prevenção à infecção e à propagação do Covid-19 que incluíram a suspensão de algumas atividades da Casa. Na sequência, em abril de 2020, em decorrência da decretação do estado de calamidade pública e no intuito de mitigar os efeitos negativos da pandemia, a Presidência da Câmara dos Deputados, por meio do Memorando nº 59, de 2020, determinou medidas diversas de redução de despesas na Casa, entre as quais a readequação dos contratos vigentes e a racionalização dos serviços prestados. Para ilustrar a economia alcançada apresentamos o gráfico a seguir contendo alguns itens de despesa.

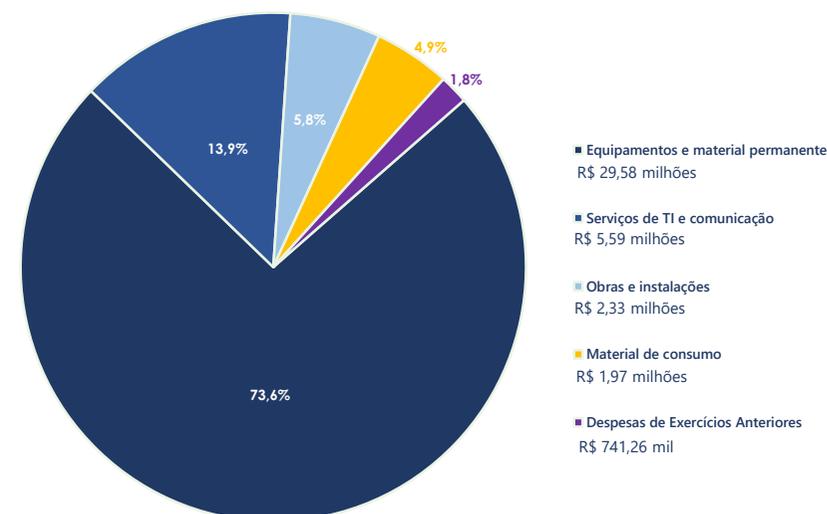


Elemento de despesa

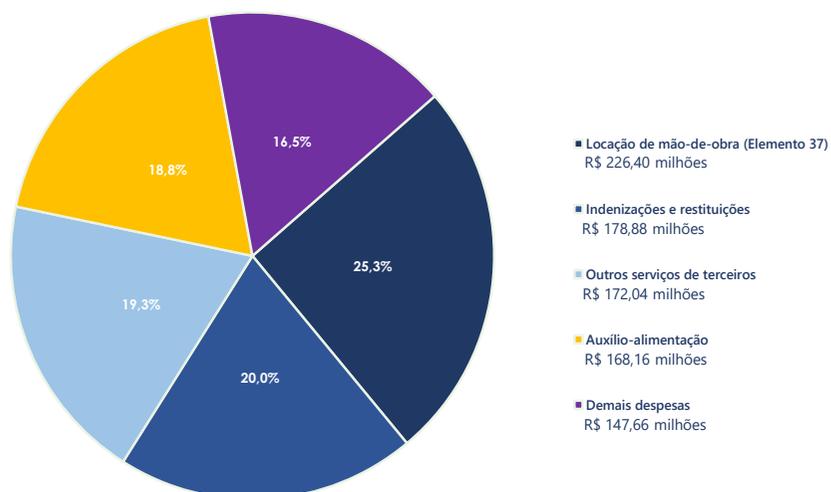
Pessoal



Investimentos



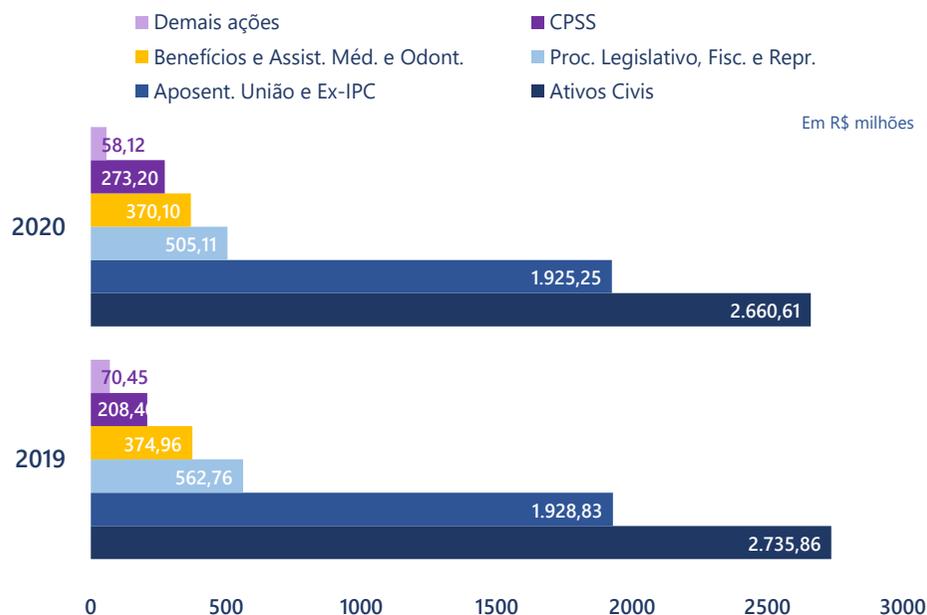
Custeio



Execução orçamentária dos principais programas/projetos/ações

No gráfico a seguir, observa-se que a maior parte das despesas executadas em 2020 foi concentrada nas ações que abrangem gastos com pessoal: a) R\$ 2.660,61 milhões com "Ativos Civis"; e b) R\$ 1.925,25 milhões com "Aposentadorias e Pensões da União" e "Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC". Também merecem destaque as despesas com a ação "Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política", da ordem de R\$ 505,11 milhões, que asseguram a manutenção do órgão e o desempenho das atividades finalísticas da Casa, bem como os "Benefícios Obrigatórios" e "Assistência Médica e Odontológica", que respondem por R\$ 370,10 milhões das despesas, seguidos pela "Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais" (CPSS), cuja execução foi R\$ 273,20 milhões. As demais ações somaram R\$ 58,12 milhões.

Execução orçamentária por ação – 2019 x 2020



Comparando-se o ano de 2020 com 2019, percebe-se que a ação “Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política” foi a mais impactada no último exercício, no que tange à execução. Essa ação engloba grande parte das despesas de custeio, mas houve uma redução de 10,2% (R\$ 57,65 milhões), devido a decisão da Administração da Casa de contenção de gastos e implantação do trabalho remoto. Além disso, há, ainda, o considerável aumento de 31,1% na execução orçamentária da ação CPSS, de 2019 para 2020, em função da majoração da alíquota da contribuição previdenciária dos servidores públicos e patronal da União, prevista no [art. 11 da EC nº 103, de 2019](#), que passou a vigorar a partir de 1º de março de 2020.

Principais desafios

A [EC nº 95, de 2016](#), que instituiu o Novo Regime Fiscal, tem feito com que órgãos e entidades se empenhem em aprimorar sua gestão, na busca por eficiência e transparência, a fim de adequar suas despesas ao limite constitucional. No caso da Câmara, em 2020, o GND 1 equivaleu a aproximadamente 84% da execução orçamentária do órgão. Esse percentual foi superior ao do ano de 2019, não em razão do aumento da despesa com pessoal em 2020, pois essa despesa foi inferior, mas em razão da significativa redução percentual das demais despesas no ano de 2020, notadamente as discricionárias. Não obstante, a representatividade da despesa do GND 1 indica que um dos principais desafios para a Câmara dos Deputados continuará sendo administrar a despesa com pessoal e encargos sociais (GND 1) frente aos demais gastos contemplados nos GNDs 3 e 4. Isso porque as aposentadorias e as pensões, a serem concedidas nos próximos exercícios financeiros, permanecerão gerando despesa para o órgão, o que continuará requerendo critérios rigorosos para eventual aumento dessa despesa, a exemplo da reposição de servidores com a realização de concursos públicos.

3.2 Gestão de Pessoas

Esse título traz informações acerca das estratégias adotadas, principais ações e resultados, formas de controle e números sobre a gestão de pessoas na Câmara dos Deputados, de forma a possibilitar a visualização do panorama da área. Mais informações poderão ser consultadas no [portal da Câmara](#).

Panorama de pessoal na Câmara dos Deputados em 31/12/2020

MEMBROS DO PODER E AGENTES POLÍTICOS

499	Deputados titulares em exercício
14	Deputados suplentes em exercício



FORÇA DE TRABALHO 14.114 servidores ativos

Servidores ocupantes de cargo efetivo (cargos efetivos) ¹	2.746	→ 68
Cargos de Natureza Especial (CNEs) ²	1.793	
Secretários parlamentares (SPs) ³	9.575	



Notas

- 1- Destinam-se à prestação de serviços envolvendo, entre outras ações, supervisão, coordenação, orientação ou execução de tarefas de apoio ao desenvolvimento de trabalhos legislativos, políticos e administrativos (Plano de carreira – [Lei nº 12.777/2012](#)). Do total, há um servidor na condição de excedente.
- 2- Destinam-se à prestação de serviços de assessoramento aos órgãos ligados à Mesa, às Lideranças e aos órgãos administrativos da Casa ([Resolução CD nº 1/2007](#)).
- 3- Destinam-se à prestação de serviços de secretaria, assistência e assessoramento direto e exclusivo nos gabinetes dos deputados ([Ato da Mesa nº 72/1997](#)).
- 4- Na página de transparência da Câmara dos Deputados ([Recursos Humanos](#)) podem ser obtidas mais informações sobre aposentadorias, como a média de idade para aposentadorias.

CONFORMIDADE LEGAL

[Constituição Federal de 1988.](#)

Leis nºs: [8.112, de 1990](#); [9.506, de 1997](#); [12.777, de 2012](#).
Resoluções CD nºs: [39, de 1982](#); [17, de 1989](#); [28, de 1998](#); [1, de 2007](#).
Atos da Mesa nºs: [72, de 1997](#); [76, 2013](#); [131, de 2016](#).
Portarias nºs [70, de 1997](#); [166, de 2007](#); [145, de 2008](#).

3.314	Servidores efetivos inativos
473	Deputados aposentados
34	Aposentadorias em 2020 (servidores efetivos)
456	Servidores efetivos aptos a se aposentarem nos próximos 3 anos ⁴

895
cargos efetivos vagos ou 24,6% do total (3.640).⁵

253
jovens pró-adolescentes.⁶

Pessoal de apoio das atividades-meio⁷

3.792 Postos de serviço terceirizados

41
Estagiários universitários distribuídos em áreas meio e fim⁸

5- Mais informações acerca dos [cargos vagos](#) estão no portal da Câmara dos Deputados.

6- [Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente \(Pró-Adolescente\) \(Lei nº 10.097/2000\)](#).

7- As principais informações relativas a cada um dos [contratos \(bem como suas cópias integrais digitalizadas\)](#) e [relação sobre os prestadores de serviços terceirizados](#) encontram-se disponibilizadas no portal da transparência da Câmara dos Deputados. O número 3.792 retrata a quantidade de postos terceirizados autorizados, ocupados ou não.

8- Informações adicionais sobre estágio universitário ([Ato da Mesa nº 81/2013](#)) podem ser obtidas no portal da Câmara dos Deputados.

Outros números da força de trabalho

QUANTIDADE DE SERVIDORES POR SEXO E RAÇA/COR

	Efetivos		Comissionados (CNE e SP)	
	♂	♀	♂	♀
Amarela	15	17	38	50
Branca	476	369	2.965	2.559
Indígena	3	2	16	18
Parda	275	182	1.782	1.540
Preta	41	20	419	274
Não Informado	823	523	925	782
Total	1.633	1.113	6.145	5.223

SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA

	Efetivos	Comissionados (CNE e SP)
	18-24	0
25-30	16	1.333
31-40	733	3.245
41-50	912	2.852
51-60	922	2.154
61-70	150	902
71-80	13	184
81+	0	21



Servidores efetivos por escolaridade

Servidores comissionados por escolaridade (CNE e SP)

Pós doutorado	3	
Doutorado completo	114	16
Mestrado completo	360	101
Especialização completa	1.707	353
Especialização incompleta		15
Superior completo	382	4.969
Superior Incompleto	7	1.549
Ensino médio completo	129	3.597
Ensino médio incompleto	5	200
Ensino fundamental completo	14	369
Ensino fundamental incompleto	7	138
Sem registro	18	61

Evolução do quadro de pessoal - cargos ocupados



Detalhamento da despesa de pessoal



Despesas de pessoal em 2020

R\$ 4,86 bilhões



Membros do Poder Legislativo

R\$ 0,27
bilhão



Servidores efetivos

R\$ 1,53
bilhão



Servidores comissionados

R\$ 1,13
bilhão



Inativos

R\$ 1,54
bilhão

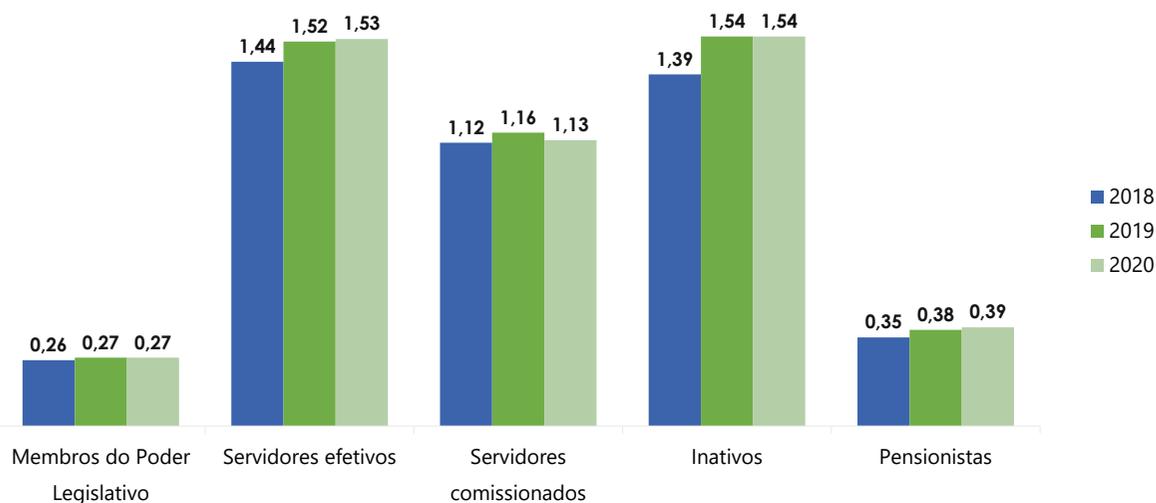


Pensionistas

R\$ 0,39
bilhão



Evolução da despesa (em bilhões)



Auxílios, benefícios assistenciais e previdenciários em 2020

R\$ 376,74 milhões



Evolução da despesa (R\$ em milhões)

Despesa	2020	2019	2018
Assistência médica e odontológica	169,48	179,86	122,75
Auxílio-alimentação	168,17	163,84	180,87
Assistência pré-escolar	30,00	28,61	29,64
Auxílio-moradia	6,65	7,74	7,86
Auxílio-funeral/auxílio-natalidade	2,14	1,98	1,67
Auxílio-transporte	0,30	0,68	0,86
Total	376,74	382,71	343,65

Fonte: Tesouro Gerencial.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público conforme a legislação federal vigente. A alocação dos servidores ocupantes de cargo efetivo é regida pelo [Ato da Mesa nº 131, de 2016](#), o qual considera a adequação do perfil individual às tarefas executadas e a melhor distribuição da força de trabalho entre as áreas da Casa. Em relação à alocação, a Câmara também mantém um serviço voltado ao atendimento de servidores que busquem uma nova tarefa ou local de trabalho. Tendo em vista as dificuldades no recrutamento de novos servidores, a Câmara, a fim de minimizar os riscos relacionados ao funcionamento de diversos setores, buscou fomentar programas para auxiliar gestores e servidores em processos de planejamento, melhoria e reorganização de processos, desenvolvimento de projetos, inovação e saúde, a exemplo do Programa de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho, do Programa de Valorização do Servidor e do Programa de Educação Continuada em Gestão.

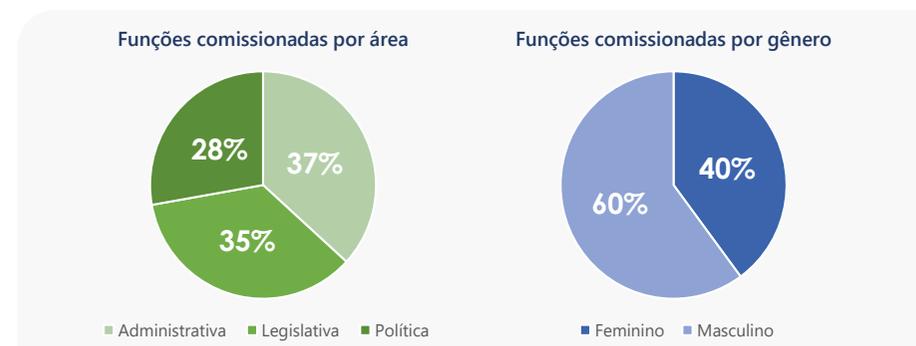
Avaliação de desempenho, carreira e remuneração

Em 2020, 1.084 servidores foram avaliados. 75 tornaram-se estáveis e, por motivos de desempenho insuficiente, apenas 1 servidor não obteve progressão funcional. A carreira legislativa contempla também funções comissionadas, que são ocupadas exclusivamente por servidores efetivos. Na Câmara, existem funções comissionadas gerenciais e de assessoria. Os quadros ao lado ilustram o padrão inicial e final das carreiras e a distribuição das funções por área de atuação (administrativa, política e legislativa) e por gênero. Mais informações quanto à remuneração e ao quantitativo de funções podem ser obtidas no [portal da Câmara](#).

CARGO	Vencimentos + vantagens fixas	
	Padrão inicial	Último padrão
Analista legislativo	R\$ 24.716,88	R\$ 31.536,03
Técnico legislativo	R\$ 16.460,29	R\$ 24.475,93

Nota

- ✓ Os cargos dividem-se em várias atribuições, que podem ser consultadas no portal da Câmara.
- ✓ Na Câmara, a carreira contempla dez padrões.



Nota

- ✓ Área política: órgãos vinculados diretamente a um deputado; área legislativa: órgãos que assessoram diretamente a atividade parlamentar; e área administrativa: demais órgãos da Casa.

Saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho

A Câmara executa ações de vigilância epidemiológica e avaliação dos riscos presentes no ambiente de trabalho, com vistas a identificar os fatores que geram adoecimento e empreender ações de controle e de redução dos riscos. Também faz campanhas educativas e de detecção precoce de doenças, exames periódicos de saúde, programas de educação e acompanhamento específicos, etc.



5

Dependência química e Tabagismo

Preparação para aposentadoria

Educação financeira

Acompanhamento funcional

Promoção da atividade física

Orientação para lotação

Consultoria em Gestão de Pessoas

Equidade

Outros

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Lives/Visualizações

Atendimentos

-

6

1/445

-

2/597

70

1/446

178

1/276

28

23

5

15

17

Nota

- ✓ Ações realizadas pelo Programa de Valorização do Servidor (Pró-Ser).

Com a ocorrência da pandemia da Covid-19, o ano de 2020 trouxe a necessidade de uma atuação diferenciada da Câmara para proteger e atender aos servidores e colaboradores.



Enfrentamento da Pandemia

1. Aquisições de equipamentos de proteção individual – EPIs e de testes rápidos sorológicos e de detecção de antígeno para auxílio no diagnóstico da Covid;
2. Elaboração de escala única (*pool* de atendimento) na emergência voltada para atendimento aos casos suspeitos de Covid;
3. Instituição da teleconsulta e teleorientação em diversas especialidades médicas e de profissionais de saúde (atendimento por vídeo e Whatsapp *business*);
4. Elaboração de procedimentos operacionais padrão – POP em áreas específicas para implementação em toda a Casa (POP de limpeza e desinfecção e POP de uso de equipamentos de proteção individual), além do POP de atendimento ao paciente suspeito de Covid, exclusivo para o Demed;
5. Participação do Demed na execução dos protocolos de condutas de segurança como meio de evitar a disseminação da infecção pelo Coronavírus na Câmara dos Deputados;
6. Treinamento dos colaboradores da limpeza, em parceria com a Engenharia de Segurança do Trabalho;
7. Implementação da vigilância epidemiológica aos parlamentares e servidores acometidos por Covid, desenvolvida pelo Programa de Saúde no Trabalho;
8. Adequação arquitetônica dos espaços de recepção e *hall* de circulação no Demed, bem como colaboração nas sinalizações e fluxo seguro para o Plenário Ulisses Guimarães.

Números de pacientes atendidos x atendimentos (emergenciais, ambulatoriais e exames)

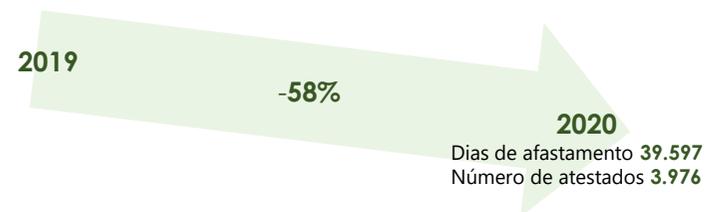
Tipos de atendimentos		Pacientes	
Emergenciais	8.461	Pacientes com vínculo com a Casa (servidores efetivos, aposentados e dependentes legais)	3.520
Exames	7.744	Parlamentares e seus dependentes legais e ex-parlamentares	653
Ambulatório (incluindo teleconsultas)	20.927	CNE, secretário parlamentar e requisitados	3.494
		Autorizados (Ato da Mesa nº 109/2003)	1.942

Números de programas e campanhas voltados à saúde preventiva e laboral e à qualidade de vida no trabalho - atendimentos

Campanhas		Programas	
Outubro Rosa	157	Programa Exame Periódico de Saúde	144
Palestras <i>on-line</i> realizadas por meio da plataforma <i>Skype</i> pelos profissionais da saúde da Câmara (psicólogos, nutricionistas, médicos, enfermeiros)	7	Programa de imunização influenza – por meio de <i>drive thru</i>	5.774
		PRISMA - obesidade	58⁽¹⁾

⁽¹⁾ Número de consultas realizadas pelos 19 participantes

ABSENTÉISMO – Número de atestados



Houve a diminuição de 58% no número de atestados apresentados, e redução de 13% no total de dias de afastamento em relação a 2019.

Principais doenças relacionadas:

- Doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo - grupo M do CID 10 - e lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas. - grupo S do CID 10;
- Transtornos mentais e comportamentais – grupo F do CID 10;
- Fatores que influenciam no número do estado de saúde e do contato com serviços de saúde – grupo Z do CID 10;
- Doenças infecciosas e parasitárias – outras doenças por vírus – grupos A e B do CID 10*;
- Doenças do aparelho respiratório - grupo J do CID 10.

OBS*: 69% do total deste grupo por infecção pelo Sars-Cov 2 – Covid -19.

SAÚDE NO TRABALHO¹



- **144** atendimentos no programa **Exame Periódico de Saúde-EPS**. Redução de 82% relacionada a pandemia Covid-19 que alterou a organização do trabalho na CD.
- **10** juntas médicas de saúde ocupacional para adequação de jornada de trabalho.
- **77** atendimentos remotos em saúde laboral para pacientes em adoecimento relacionado ao trabalho.
- **76** consultas de exame de retorno ao trabalho.
- **591** monitoramentos em Covid-19.

Nota

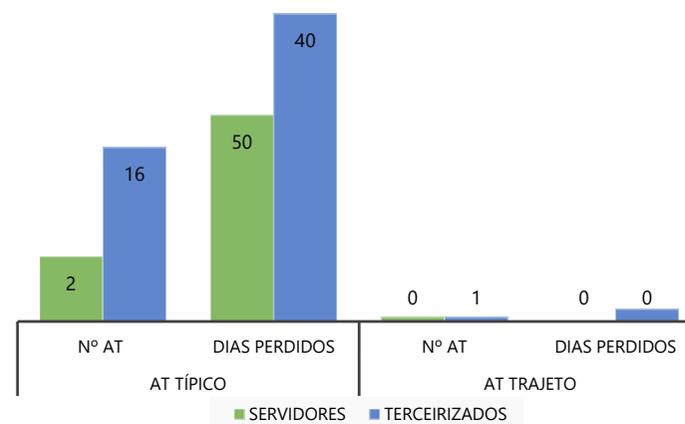
(1) Essas ações têm como objetivo conhecer a atividade do trabalho e seu contexto laboral para identificar possíveis fontes de adoecimento e, através desse diagnóstico, produzir recomendações para melhoria do bem-estar no trabalho e serviços.

Ações promotoras de saúde e segurança do trabalho

A Câmara dos Deputados gerencia os riscos nos ambientes de trabalho por meio da adoção de diversas ações que visam à mitigação desses riscos a níveis de segurança aceitáveis. As medidas adotadas variam conforme a gradação do risco ocupacional e o sujeito alvo de atuação, podendo ser este o ambiente físico, o processo ou a organização do trabalho e o comportamento do grupo ou do indivíduo. Em decorrência da pandemia causada pela Covid-19, houve necessidade de reformulação das ações na área de saúde no trabalho. Tais ações se caracterizaram pela implantação do serviço de vigilância epidemiológica dos casos suspeitos e confirmados de Covid-19 e do exame de retorno ao trabalho para os servidores efetivos que se encontravam em trabalho presencial. Destacam-se ainda ações vinculadas ao novo ambiente de trabalho do servidor (*home office*) tais como: as orientações em ergonomia; a ginástica laboral (a distância); *live* em parceria com o Cefor intitulada *Trabalho remoto e saúde ocupacional: aspectos práticos* e a criação do Prosat Remoto, para atender semanalmente servidores em processo de adoecimento relacionado ao trabalho. Nesse sentido, em 2020, foram adotadas 1.058 ações com o objetivo de reduzir os acidentes de trabalho, cuja tendência é a diminuição a patamares próximos a zero, à medida que a cultura de segurança do trabalho seja absorvida pela instituição. Em 2020, os trabalhadores da Câmara dos Deputados sofreram dezenove acidentes de trabalho, que resultaram em noventa dias de afastamento.



ACIDENTES DE TRABALHO (AT)



Nota

No período de 1º/1/2020 até 20/4/2020, as medidas provisórias nºs [905, de 2019](#) e [955, de 2020](#) desconsideraram o acidente de trajeto como acidente de trabalho (AT).

Capacitação e desenvolvimento de pessoas

A Câmara dos Deputados tem como um de seus propósitos promover a educação legislativa e prover a Casa de um quadro de servidores qualificados, com vistas ao fortalecimento da democracia com foco no Poder Legislativo. A educação legislativa é realizada de forma sistemática com base em três funções educacionais integradas e coordenadas: a **educação continuada do corpo funcional**, a **produção e disseminação de conhecimento acerca do Poder Legislativo** e a **educação para a democracia**. Suas diretrizes de atuação encontram-se descritas no Ciclo de Gestão Estratégica 2012-2023 da Casa, na Política de Recursos Humanos, no Projeto Pedagógico Institucional e no Regulamento do Cefor.

Educação continuada do corpo funcional



CAPACITAÇÃO EXTERNA

Notas

- (1) Afastamento integral.
- (2) Dispensa de ponto para as aulas.



CAPACITAÇÃO INTERNA

Produção e disseminação do conhecimento



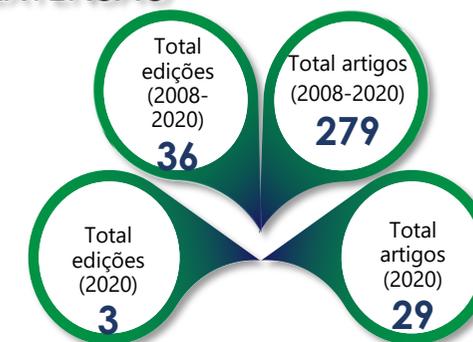
MESTRADO



* Sendo 9 da Câmara dos Deputados e 28 do Senado, TCU, Presidência da República, CGU e Secretaria do Tesouro Nacional

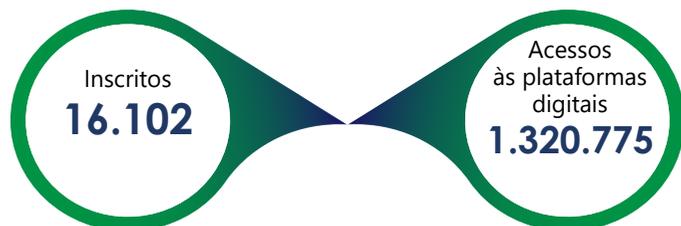
ESPECIALIZAÇÃO

PESQUISA E EXTENSÃO



Educação a distância

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



A Câmara conta com uma área de **educação a distância** que atua nas três funções educacionais acima mencionadas e, além disso, disponibiliza conteúdos e cursos abertos à população em geral por meio das seguintes plataformas página da [Escola Virtual da Cidadania](#) – EVC –, [portal de Educação a Distância – Eleve](#) – e dois canais no *Youtube*: [Cefor](#) e [EVC](#).

Gestão de riscos e/ou controles

Acumulação de cargos

Os controles disponíveis atendem satisfatoriamente ao propósito de identificar casos de acumulação vedados pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, que já existam no momento da posse do servidor. Ao identificar a situação de acumulação de cargos, imediatamente é iniciado processo para verificação de sua licitude. Os servidores cuja acumulação de cargos já foi declarada lícita apresentam anualmente declarações de horário de trabalho/carga horária e de recebimento de auxílios alimentação, creche e transporte, emitidas pelos outros órgãos públicos, a fim de que seja verificada a compatibilidade

Principais ações e resultados

Projeto Saúde Integral

Com foco no combate ao adoecimento no ambiente de trabalho, o projeto está no seu nono ano, promovendo palestras, *lives* e debates para trazer informações e novos pontos de vista que ampliem a visão no cuidado à saúde e a promovam em todos os seus aspectos: físico, emocional, mental, social e espiritual.

Programa de Valorização do Servidor (Pró-Ser)

Conta com equipe técnica especializada, formada por profissionais das áreas de psicologia, gestão de pessoas e educação física que atua nas seguintes áreas: educação financeira, prevenção e controle do tabagismo, prevenção e orientação em dependência química, adaptação funcional, consultoria interna em gestão de pessoas, preparação para aposentadoria, promoção da atividade física, apoio à lotação de pessoal e apoio à pesquisa de clima organizacional. Realizou 342 atendimentos; 5 participações em *lives* da série *Saúde e Qualidade de Vida*, no canal do Cefor, nas temáticas ligadas à preparação para a aposentadoria, educação financeira, saúde mental e incentivo à atividade física, com um total de 1.764 visualizações; 1 entrevista sobre o condicionamento físico durante o teletrabalho, no Programa Fator de Risco da Rádio Câmara; 10 ações publicitárias e (26) matérias informativas nas comunidades na intranet. Mais detalhes no tópico “Saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho”.

Pesquisa de clima organizacional

Em 2020 não foi realizada pesquisa de clima organizacional, devido à necessidade do isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19.

Pós-Graduação (ensino, pesquisa e extensão)

Mestrado profissional em Poder Legislativo – classificado pela Capes/MEC na área de ciência política e relações internacionais com nota **quatro**, abriga pesquisadores e alunos com interesse em estudar esse Poder como um campo de saber próprio e distinto dos padrões disciplinares estabelecidos em cursos e departamentos tradicionais da academia. Iniciado em 2013, recebeu **127** alunos regulares até o final de 2020. Desses, **103** já obtiveram o título de mestre.

Curso de especialização em avaliação de políticas públicas – desenvolvido em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com o Senado Federal (SF), com o objetivo de capacitar servidores para analisar políticas públicas e avaliar programas governamentais. Foram **37** alunos formados, sendo nove da Câmara dos Deputados e o restante do Senado, TCU, Presidência da República, CGU e Secretaria do Tesouro Nacional.

Grupos de pesquisa e extensão – instituídos para levantar dificuldades relacionadas a questões próprias do Poder Legislativo e, em consequência, propor soluções em um processo de análise e organização dos conhecimentos inerentes à função legislativa. Em 2020, havia **12** grupos ativos, com **79** pesquisadores entre servidores da Câmara dos Deputados e membros externos.

Ciclo de palestras – atividades periódicas com objetivo de levar a alunos, a professores e ao público do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados informações relativas às diferentes temáticas do Poder Legislativo. Além de ampliar o escopo de conhecimento, as palestras também incentivam a pesquisa e o pensamento crítico ao divulgarem estudos e possibilidades de atuação diversas das tratadas em sala de aula. Em 2020, foi promovida uma palestra em ambiente virtual e transmissão ao vivo (Live) com **85** visualizações até 11/12/2020 e duas aulas inaugurais, uma presencial com **114** inscritos e outra em ambiente virtual e transmissão ao vivo (Live) que, até 11/12/2020, apresentava **401** visualizações.

Ciclo de Oficinas – novos olhares a partir de diferentes práticas - cursos para aprimoramento dos trabalhos de pesquisa de alunos do Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Foram realizadas **4** oficinas virtuais durante o ano de 2020, com o total de **84** inscritos.

AMPLIAR – rede de alunos regulares, professores e egressos do mestrado profissional em Poder Legislativo e do doutorado interinstitucional em ciência política, com o objetivo de ampliar laços, redes, contatos, conhecimentos, pesquisas e resultados. Busca, ainda, propiciar comunicação mais eficaz entre os participantes e fortalecer a colaboração em pesquisa e ensino sobre o Poder Legislativo. Foi realizado um encontro em ambiente virtual com transmissão ao vivo (live) em dois dias, sendo que, até 11/12/2020, apresentava 404 visualizações. Para maiores informações acesse o [LinkedIn](#).

Revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688) – publicada quadrimestralmente, é o veículo em que são divulgados resultados de pesquisas voltadas para temas relevantes sobre o Legislativo. Com tradução para os idiomas inglês e espanhol, é classificada como Qualis B2 na área de ciência política. Em 2020, alcançou seu **33º** número regular, que, se somado a três edições especiais, totaliza **36** edições da revista.

Jornadas de pesquisa e extensão – evento anual voltado à discussão de ideias a respeito do parlamento brasileiro, com o objetivo de disseminar o conhecimento que é produzido não apenas pela Câmara dos Deputados – no âmbito do mestrado, das especializações e dos grupos de pesquisa –, mas também por outros órgãos parceiros e demais pesquisadores. Devido ao cenário causado pela pandemia da Covid-19, a XI Jornada de Pesquisa e Extensão, que tinha como tema *Informação no Legislativo – ampliando as fronteiras da democracia*, foi suspensa em abril e sua realização transferida para 2021.

Redução de despesas

Saúde

Não houve novas aquisições de equipamentos em 2020, entretanto foi concluído o processo de compras do nasofibrolaringoscópio iniciado no ano anterior. Assim, o orçamento foi destinado para aquisição de equipamentos de proteção individual e testes rápidos sorológicos e de antígeno para diagnóstico de coronavírus, preferencialmente por suprimento de fundos, após as devidas pesquisas de preço.

Capacitação e desenvolvimento de pessoas

No ano de 2020 houve redução das despesas relacionadas à capacitação e desenvolvimento de pessoas na Câmara dos Deputados, em parte devido à necessidade do isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, mas também devido à política de contenção de despesas adotada pela administração da Casa, explicitada por meio do Memorando nº 59, de 2020, do Gabinete da Presidência, que determinou a limitação dos gastos à manutenção dos processos críticos e daqueles relacionados diretamente às atividades e à nova realidade. O número de atividades remotas e na modalidade a distância cresceu quase 300% e novas possibilidades de aprendizagem foram adotadas, como *lives*, webnários, aulas remotas síncronas e objetos de aprendizagem autoguiados.

Principais desafios

Diante dos desafios ao enfrentamento da pandemia Covid-19 e do cenário que se apresenta, de reformas econômicas e administrativas, os principais desafios da área de saúde da Câmara são manter uma prestação de serviços com qualidade, bem como corresponder às demandas de seus usuários em quantidade e diversidade de serviços, equivalentes aos últimos anos, a partir da otimização dos recursos humanos e da infraestrutura disponíveis. Outro aspecto importante é a valorização do cuidado com a saúde mental, principalmente na prevenção de doenças ou sofrimento mental agravado com os riscos da pandemia para os trabalhadores e familiares e também pela necessidade de *home office* compulsório. Ainda assim, continua necessário dedicar atenção aos fatores relacionados ao ambiente de trabalho: organização do trabalho, natureza das tarefas, respeito às diferenças, adequação do perfil profissional ao local de trabalho, etc., para que se evite, de forma geral, um aumento nos casos de sofrimento mental, assédio, adoecimento e suicídio. Há um imenso desafio pela frente, diante das incertezas da pandemia e do grande *déficit* de servidores no órgão, uma vez que muitos estão afastados ou obedecem ao revezamento presencial de atividades determinado na Casa.

No tocante à capacitação e desenvolvimento de pessoas, os principais desafios referem-se à continuidade das ações de capacitação diante do novo contexto do trabalho na Câmara dos Deputados. Com a nova realidade do trabalho remoto e a possível continuidade do distanciamento social no ano de 2021, a Câmara precisará estar preparada, envidando esforços para a aquisição de ferramentas que possibilitem o planejamento (comunicação, acesso à informação e discussões) e a execução de ações de capacitação remotas, não só dos servidores, mas do corpo de educadores para esse fim, além do aumento de capacidades para a elaboração de novos programas e produtos a distância, com vistas ao incremento das ações de educação legislativa em termos de relevância e alcance.

3.3 Gestão do Patrimônio, Infraestrutura, Compras e Contratações Públicas

Neste item, são apresentados as principais informações e os números sobre a gestão da infraestrutura administrativa, do patrimônio imobiliário, da frota de veículos própria e terceirizada, e das compras e contratações públicas na Câmara dos Deputados.

Principais números da área de imóveis (incluindo os funcionais, destinados ao uso por parlamentares)

461 Imóveis da União sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados				
Classe	Tipo	Quant.	Local	Valor (R\$)
Imóveis da União para uso administrativo	edifícios administrativos	6		631.452.000,48
	salas comerciais	7		1.110.618,46
	terrenos	2	Brasília	91.821.460,29
	casa (residência oficial)	1		8.874.617,85
Imóveis funcionais da União para uso por parlamentares	apartamentos (13 integram a reserva técnica)	445		850.282.948,01
Total		461	Total	1.583.541.645,09
Imóveis da União em uso pela Câmara registrados na unidade gestora SPU-DF (Ato da Mesa nº 67/2015) ⁽¹⁾	apartamentos funcionais da reserva técnica	2	Brasília	N/A ⁽²⁾

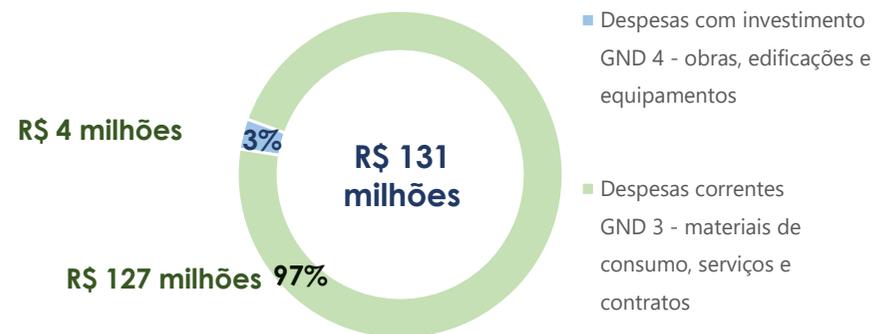
Notas:
 (1) Assim que desocupados, serão restituídos à SPU.
 (2) A Unidade Gestora é a SPU-DF. Valores não disponíveis.

Fonte: Demap/Dirad

CONFORMIDADE LEGAL

Constituição Federal de 1988.
 Leis nºs [8.666, de 1993](#); [10.520, de 2002](#) e [4.320, de 1964](#).
 Resolução CD nº [18, de 1971](#).
 Atos da Mesa nºs [61, de 2015](#) e [148, de 2020](#).
 Portaria da Primeira-Secretaria nº [69, de 2007](#).

DESPESAS COM IMÓVEIS ADMINISTRATIVOS



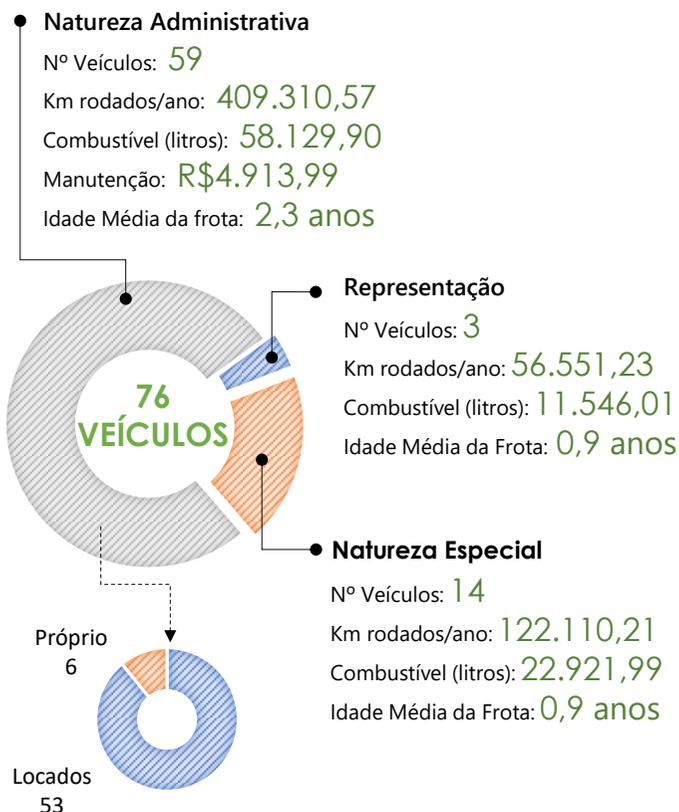
Despesas com manutenção
 Dos R\$ 131 milhões (GND 3 e GND 4), **R\$ 43 milhões (33%)** referem-se a despesas com manutenção, exceto imóveis funcionais.

Fonte: Sistema Siorc

Transportes

Conforme [Ato da Mesa nº 63, de 2005](#), os veículos são classificados em:

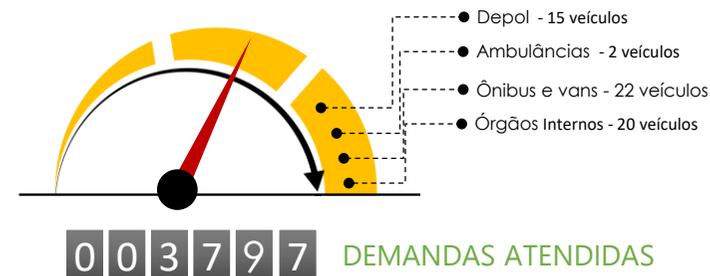
- **Representação** – presidente da Câmara dos Deputados e escolta;
- **Natureza especial** – membros da Mesa, Procuradoria Parlamentar, Ouvidoria Parlamentar, Procuradoria Especial da Mulher, Conselho de Ética, Corregedoria Parlamentar, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa;
- **Serviços de natureza administrativa** – apoio às unidades administrativas da Casa.



Demanda e utilização da frota de natureza administrativa para atendimento de eventos e serviços gerais

Os veículos de natureza administrativos da frota da Câmara atenderam 3.797 demandas de transporte ao longo do ano de 2020.

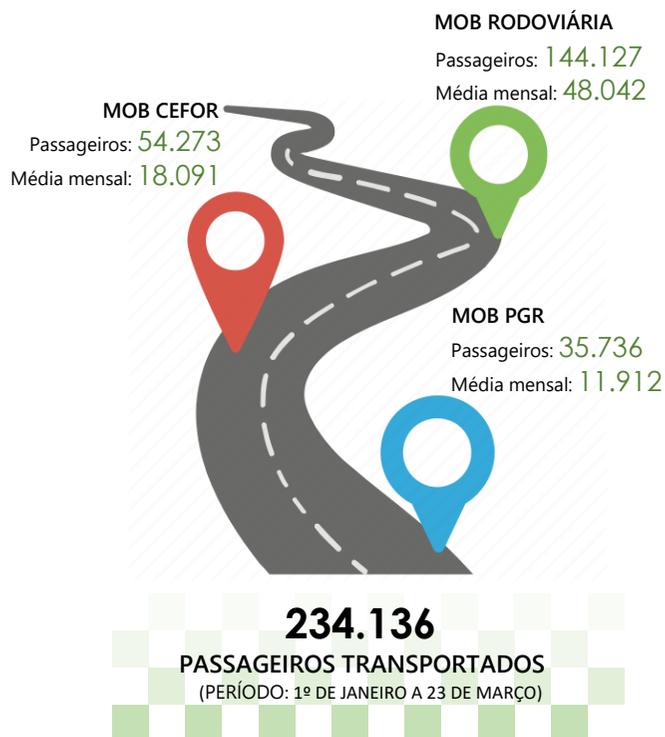
DISTRIBUIÇÃO DOS VEÍCULOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA



Programa Mobilidade Sustentável (MOB)

Programa criado para facilitar a locomoção de servidores e colaboradores da Câmara para fins funcionais e também possibilitar a melhor utilização dos estacionamentos. Dispõe de vans e ônibus que interligam a rodoviária do Plano Piloto e estacionamentos remotos ao Palácio do Congresso Nacional, diminuindo o impacto do trânsito na região da Praça dos Três Poderes e Setor de Administração Federal Sul. Em 2020, o fluxo de passageiros registrado foi o seguinte:

FLUXO DE PASSAGEIROS DO PROGRAMA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL (MOB)



Com a pandemia da Covid-19 houve redução significativa dos serviços prestados por esse programa. Assim, os motoristas dos MOB's foram realocados para a área de transporte e para atender às escalas da área médica, fortemente impactada com o afastamento de cinco dos seis motoristas por fazerem parte do grupo de risco.

Compras e contratações públicas



Notas

- ✓ A maioria das contratações diretas ou processos de dispensa ocorreram devido ao enquadramento como despesa de baixo valor (incisos I e II do art. 24 da [Lei nº 8.666, de 1993](#)), em respeito ao princípio da eficiência e da economicidade, observando os aspectos legais desse tipo de contratação, para realização dos fins administrativos. Em termos quantitativos, destacam-se as assinaturas de periódicos, revistas e bases de dados.
- ✓ Nas contratações por dispensa, com fundamento diverso daquele dos incisos I e II do artigo 24, da Lei nº 8.666, de 1993, destacam-se o pleito referente à contratação de entidades sem fins lucrativos como a Cefete (para a prestação de serviços continuados por pessoa com deficiência intelectual, postos de trabalho nas áreas de auxiliar de digitalização de documentos, auxiliar de expediente em biblioteca e auxiliar de expediente em arquivo) e as aquisições em virtude da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (aquisições de álcool gel).
- ✓ Outras informações sobre as licitações e compras diretas realizadas pela Câmara encontram-se disponíveis na área de transparência do [portal da Câmara](#).
- ✓ Em relação às contratações por inexigibilidade de licitação, destaca-se o convênio firmado com a Caixa Econômica Federal para o aprimoramento dos respectivos planos de saúde e compartilhamento da rede credenciada.

Contratos de mão de obra terceirizada



Todos os contratos, editais e propostas podem ser acessados no [portal da Câmara](#).

DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

Área de atuação	Quantidade de empregados terceirizados	Percentual	Valor anual	Percentual
Apoio administrativo	125	3,93%	10.022.681,62	3,77%
Comunicação Social	219	6,88%	26.439.797,77	9,96%
Copa	278	8,74%	15.020.909,56	5,66%
Elevadores	63	1,98%	3.780.503,65	1,42%
Gráfica	71	2,23%	5.715.509,98	2,15%
Informática	264	8,30%	31.136.801,22	11,73%
Jardinagem	35	1,10%	2.325.325,52	0,88%
Limpeza	761	23,92%	43.789.209,80	16,49%
Logística	167	5,25%	8.705.566,05	3,28%
Manutenção	479	15,05%	46.144.958,50	17,38%
Operação de equipamentos	141	4,43%	13.389.184,50	5,04%
Orçamentistas	66	2,07%	9.785.205,00	3,68%
Recepção	65	2,04%	6.327.028,38	2,38%
Transporte	112	3,52%	10.225.428,48	3,85%
Vigilância e brigadistas	336	10,56%	32.746.158,71	12,33%
Total Geral	3182	100,00%	265.554.268,74	100,00%

A Câmara dos Deputados publica em seu site uma relação de todos os seus empregados terceirizados com informações como nome, CPF, categoria, lotação,

empresa contratada e número do contrato correspondente. As informações estão disponíveis na área de transparência do [portal da Câmara](#).

Imóveis

Registro, atualização e reavaliação (inclui imóveis funcionais, destinados a uso por parlamentares)

A Câmara dos Deputados observa as normas e orientações da Secretaria de Patrimônio da União e atualiza os dados dos imóveis registrados sob sua responsabilidade no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet –, nos termos da [Portaria Conjunta SPU-STN nº 703, de 2014](#), e do [Ato da Mesa nº 63, de 1997](#).

Locação

A Câmara dos Deputados é locatária de galpão situado no endereço SAAN Quadra 1, lote 105. O imóvel foi locado por meio do Contrato nº 2012/284.7 e está sendo utilizado para armazenagem de bens de responsabilidade da Coordenação de Habitação.

Cessão de espaço físico em imóvel da União

A cessão de espaço físico a título oneroso ou não é regulada pelo [Ato da Mesa nº 61, de 2005](#), e a cobrança é feita segundo metodologia estabelecida pela [Portaria da Primeira-Secretaria nº 69, de 2007](#). Em 2020, foram cedidos espaços a 20 entidades externas em imóvel da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados. Os valores arrecadados decorrentes dessa cessão constituem receitas do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, conforme dispõe o inciso XV do art. 2º da [Resolução da Câmara dos Deputados nº 18, de 1971](#). Essas receitas são registradas com obediência ao disposto no art. 35 da [Lei nº 4.320, de 1964](#). Sua contabilização é realizada conforme parâmetros definidos no *Manual Siafi, Macrofunção 020331 – Guia de Recolhimento da União (GRU)*.

Política de ocupação de imóveis funcionais e auxílio-moradia

A gestão dos imóveis funcionais é regulada pelo [Ato da Mesa nº 5, de 2011](#). Ele consolida os critérios para uso e distribuição destes imóveis aos deputados federais e suplentes, alinhado à orientação expressa pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 2.438, de 2009 – Plenário. O referido Ato, em conjunto com as demais normatizações acerca do tema, disponíveis no Portal da Transparência da Câmara dos Deputados, define a sistematização na distribuição e na ocupação dos imóveis funcionais, as regras de desocupação e a padronização de manutenção dos apartamentos e cobranças de despesas aos ocupantes. Os deputados não contemplados na distribuição dos imóveis funcionais podem requerer a concessão do auxílio-moradia, cumpridas as normas específicas de concessão do benefício. Informações gerais sobre o assunto podem ser consultadas no [portal da Câmara](#).

Percentual de ocupação de imóveis em 2020						Número de pagamentos de auxílio-moradia aos parlamentares em 2020	
Mês	Apartamentos		Reservados para Reforma Geral (C)	Total (A+C)	Ocupação imóveis funcionais (B/A)	Mês	Quantidade
	Em ocupação (A)	Ocupados (B)					
Janeiro	384	353	48	432	92%	Janeiro	133
Fevereiro	384	355	48	432	92%	Fevereiro	136
Março	384	354	48	432	92%	Março	134
Abril	384	356	48	432	93%	Abril	129
Maiο	384	356	48	432	93%	Maiο	126
Junho	384	356	48	432	93%	Junho	132
Julho	384	357	48	432	93%	Julho	126
Agosto	384	358	48	432	93%	Agosto	125
Setembro	384	358	48	432	93%	Setembro	126
Outubro	384	357	48	432	93%	Outubro	127
Novembro	384	357	48	432	93%	Novembro	123
Dezembro	384	358	48	432	93%	Dezembro	113

Fonte: Sistema de Habitação – Habit

Mudanças e desmobilizações relevantes

Reordenamento dos espaços do complexo arquitetônico principal da Câmara dos Deputados

- Reorganização de unidades administrativas nos edifícios Anexos ao Palácio do Congresso Nacional, de modo a viabilizar a requalificação do Anexo III, aprovada pela Mesa Diretora, em reunião realizada em 4/6/2019, que inclui a reforma das instalações destinadas aos gabinetes parlamentares, resgatando a vocação original da edificação para uso da área política.
- Realocação de terminais eletrônicos de atendimento bancário instalados no Edifício Principal, edificação tombada como patrimônio cultural brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com o objetivo de dedicar o espaço para acolhimento, no Hall das Secretarias da Mesa, dos visitantes e demais usuários do Palácio do Congresso Nacional, podendo ser concedido para abrigar loja para comercialização de objetos de memória vinculados ao Congresso (livros, canetas, entre outros). A ação integra uma das etapas de execução do Plano de Preservação do Patrimônio Edificado da Câmara dos Deputados, aprovado junto ao Iphan.

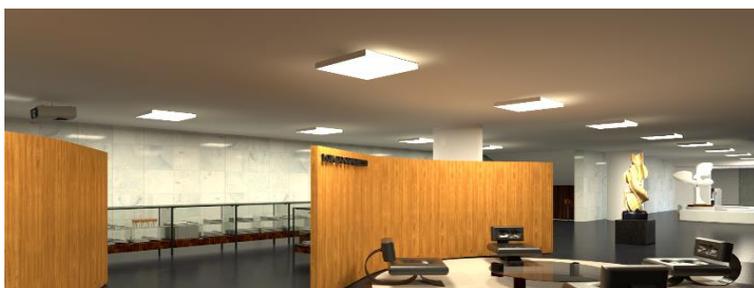
Infraestrutura e equipamentos

Principais investimentos

Destacam-se a continuidade das ações de intervenções que visam potencializar a vocação institucional de uso de cada edifício, inseridas no Plano de Preservação e Conservação do Patrimônio Edificado da Câmara dos Deputados, como a requalificação do Edifício Anexo III e do Hall das Secretarias da Mesa, no Edifício Principal, e espaços adjacentes, além dos investimentos destinados à instalação de três usinas fotovoltaicas.

Plano de Preservação e Conservação do Patrimônio Edificado

O Palácio do Congresso Nacional, tombado como Patrimônio Cultural do Brasil desde 2007, foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e, historicamente, adaptou-se às demandas existentes. O Plano de Preservação objetiva recuperar a clareza da circulação e a setorização de áreas vocacionais legislativas do Palácio. Em 2020, de forma a celebrar os 60 anos de Brasília, foram entregues mais 800m² de requalificação: hall das secretarias e o espaço da Lojinha da Câmara. Ambos se configuram como espaços de acolhimento à sociedade brasileira, visitantes institucionais, servidores e parlamentares. Essa ação foi escolhida pela Comissão da Superintendência do Iphan/DF para representar Brasília na seletiva nacional na categoria patrimônio material/agente público ou privado no 33º Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2020.



Conclusão do Hall das Secretarias da Mesa e espaço para acolher visitantes.



Adequação das instalações às normas de segurança de combate a incêndio e pânico e de acessibilidade

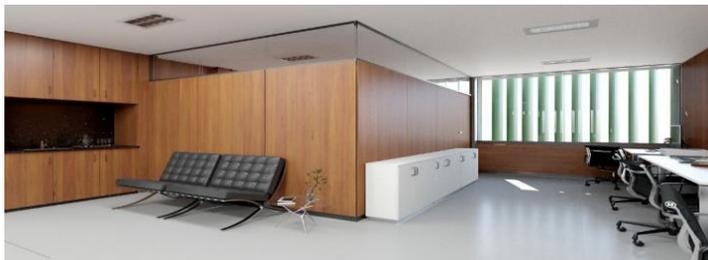
Como algumas das edificações desse complexo são contemporâneas à inauguração de Brasília e tombadas com os reconhecidos valores histórico e artístico nas esferas cabíveis, as medidas necessárias para adequação de suas instalações devem ser projetadas de modo a garantir a segurança do público em geral, alinhadas, tanto quanto possível, à preservação do patrimônio. Já foram executadas sete novas rotas de fuga nas edificações de forma a garantir a saída das pessoas com segurança em caso de eventual incêndio ou pânico.

Requalificação das instalações do Edifício Anexo III

A reforma dos gabinetes parlamentares localizados no Edifício Anexo III visa dotá-los de condições e área útil similares aos gabinetes localizados no Anexo IV, com a resolução dos seguintes problemas: falta de isolamento acústico, ausência de sanitário privativo e acessível, ar condicionado ineficiente e mobiliário e espaços pouco otimizados.



Requalificação das instalações do Anexo III, incluindo a reforma de gabinetes parlamentares.



Instalação de usinas fotovoltaicas

Foi iniciada a instalação de três usinas fotovoltaicas nas coberturas de edificações da Câmara dos Deputados, com o intuito de diminuir o montante de energia elétrica demandado do sistema elétrico e, portanto, reduzir despesas com energia. Além do benefício energético-econômico, há que se mencionar os aspectos de sustentabilidade dessa fonte alternativa. A energia solar é renovável e com disponibilidade infinita, bem como não emite poluição ou gases de efeito estufa. Essa iniciativa vai ao encontro do disposto na [Portaria n. 53, de 2018](#), a qual instituiu o Plano de Logística Sustentável – PLS da Câmara.

Alienação de bens

A Câmara dos Deputados promoveu alienações de bens móveis considerados inservíveis para a Casa, com o objetivo principal de reduzir o custo de armazenagem.



Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Transportes

O [Ato da Mesa nº 80, de 2001](#), que regulamenta os procedimentos licitatórios da Câmara dos Deputados, prevê a realização de leilões para alienação de bens de propriedade da Casa, desde que tal ato seja devidamente justificado e precedido de avaliação de seu valor. A frota própria remanescente – seis veículos – está em perfeitas condições de uso e, primando pelo princípio da economicidade dos recursos públicos, não há previsão de aliená-los.

Gestão de riscos e/ou controles

Imóveis

O principal risco relacionado à gestão de imóveis consiste na possibilidade de perda de informações devido à ausência de um sistema de gestão de imóveis na Câmara dos Deputados.

Imóveis funcionais

Existem inúmeros riscos afetos à gestão dos imóveis funcionais. Esses riscos já contam com mecanismos idealizados para reduzi-los e são reavaliados periodicamente, na tentativa de identificar oportunidades reais de melhoria. O controle dos imóveis funcionais é regulado pelo [Ato da Mesa nº 5, de 2011](#). No [portal da Câmara](#), podem-se consultar os riscos identificados e as medidas para mitigá-los.

Doação

A Câmara fez o levantamento, estudo e análise de ações para mitigação dos principais riscos envolvidos no processo de doação de bens móveis. Ao longo de 2021 será implementado o plano de ação.

Transportes

A movimentação de veículos (origem e destino dos percursos, quilometragem percorrida, horários, número de usuários atendidos, nomes dos motoristas, locais de abastecimento, quantidade de litros e tipos de combustível, etc.) é monitorada com o auxílio dos sistemas de gerenciamento de controle de frotas. Utiliza-se também o sistema de abastecimento por cartão com *chip*, em que a liberação de combustível na bomba está condicionada ao cadastramento de senha para o veículo e para o motorista.

Principais ações e resultados

Compras e contratações públicas

No ano de 2020, foram desenvolvidos os trabalhos relativos ao projeto denominado eSupre, que objetiva alcançar instrumento suficiente para promover a adoção de solução de tecnologia da informação capaz de instrumentalizar a realização material dos Sistemas de Administração de Material e de Administração Patrimonial. Dentro do escopo do projeto, foram aprovados o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência – o qual foi submetido à consulta pública – e elaboradas as minutas de edital e contrato para aquisição de solução de TI. Encontram-se na fase de revisão propostas de aperfeiçoamento dos processos de trabalho envolvendo as áreas de compras, armazenamento e contratos.

Modelo de contratação de prestação de serviços por postos de trabalho

Foi adotado o modelo de contratação de prestação de serviços por postos de trabalho com fornecimento de materiais e serviços sob demanda para as áreas de manutenção de edificações civis, de instalações elétricas, hidrossanitárias e de sistemas de ar condicionado. Essa ação reduziu a demanda por aquisições de materiais de consumo e serviços de terceiros destinada àquelas áreas de manutenção, tornando-a residual. O modelo vigente torna mais eficaz a manutenção predial, uma vez que o material e a mão de obra são de responsabilidade de um só contratado, gerando menos incertezas quanto ao seu fornecimento simultâneo para execução de um serviço.

Imóveis, equipamentos e infraestrutura

Além dos principais investimentos de infraestrutura e em equipamentos, houve ainda ação no sentido de rever a sinalização interna e externa dos edifícios, o que beneficiará o cidadão que visita as dependências da Câmara, melhorando a circulação e a segurança. Associado a um sistema de leitura de QR *code*, a nova sinalização possibilitará ao visitante orientar-se por meio da visualização dos mapas em seu próprio telefone. Foram reformados os vestiários dos edifícios Anexos III e IV, para comportar o atendimento aos ciclistas, com intuito de incentivar o uso da mobilidade sustentável. No tocante à infraestrutura de comunicação e informação, destacam-se a distribuição de 18 mil correspondências e documentos, a postagem nos Correios de 500 mil objetos (Contrato n° 2017/44.4) e a substituição de 62 mil periódicos impressos por 974 acessos digitais.

CONTRATO Nº
2016/207.4



62 mil

periódicos impressos
substituídos por 974
acessos digitais



economia de
recursos públicos
e
sustentabilidade
ambiental

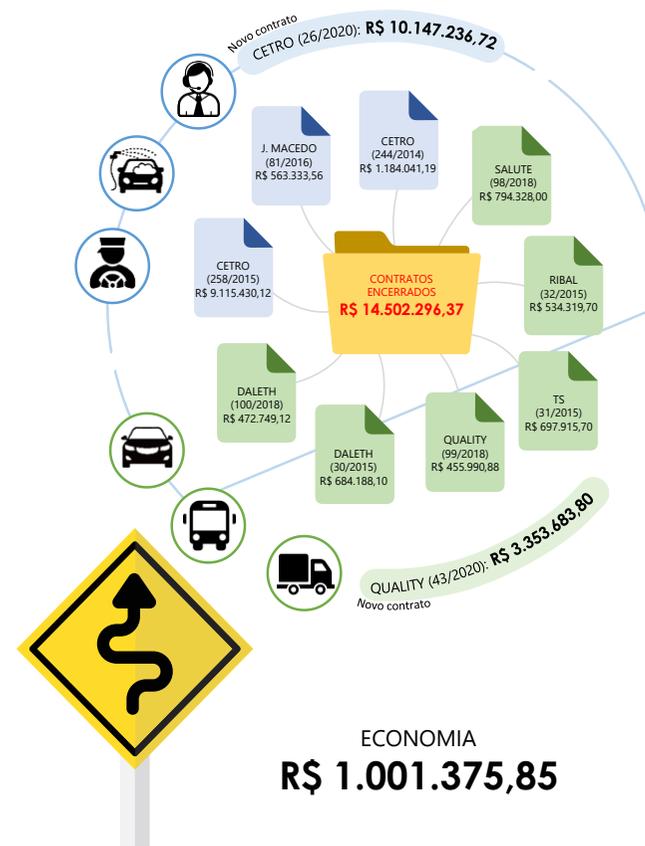


2 mil

processos digitais, em
substituição aos
processos físicos

Transportes

ECONOMIA NOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA



Destacam-se as seguintes ações:

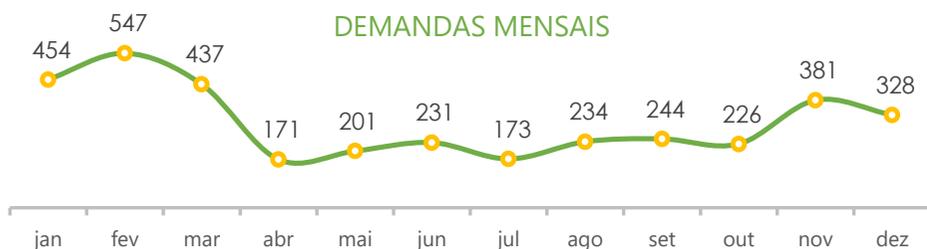
- ✓ Racionalização de nova contratação de veículos locados para unificar seis antigos contratos gerando uma economia de R\$ 285.807,70.
- ✓ Racionalização na contratação de funcionários terceirizados para unificar três contratos resultando numa economia de R\$ 715.568,15.

Demanda e Utilização do Táxi Leg

TáxiLeg é o serviço de agenciamento de transportes por meio de aplicativo, ou via web, usado pela Câmara dos Deputados. Em pleno funcionamento no ano de 2020, foram 3.627 demandas atendidas pelo TáxiLeg. Seguem ilustrações sobre demanda média e economia alcançada considerando os mesmos atendimentos no modelo de veículos locados.

DEMANDA E UTILIZAÇÃO DO SISTEMA TÁXILEG

TáxiLeg é um serviço de agenciamento de transportes por meio de aplicativo, ou via *web*, usado pela Câmara dos Deputados.



MÉDIA DE DEMANDAS MENSAIS
302



DURAÇÃO MÉDIA DAS VIAGENS
00:24:13



QUILOMETRAGEM MÉDIA DAS VIAGENS
14,99 km



CUSTO MÉDIO MENSAL
R\$ 14.518,03



TOTAL FATURADO
R\$ 174.216,41



Fonte: Ctran/Dirad

Redução de despesas

Compras e contratações públicas

Tendo em vista o contexto da pandemia, a Câmara dos Deputados adotou o teletrabalho e, por consequência, reduziu os gastos com o consumo de materiais e equipamentos ao longo de 2020. Apresentam-se a seguir exemplos de despesas programadas e não executadas:

Item programado	Estimativa de despesa R\$	Valor executado R\$	Saldo do item R\$
Material de expediente e impressos.	4.000.000,00	270.800,75	3.729.199,25
Material para copa e cozinha.	550.000,00	140.714,27	409.285,73
Eletrodomésticos de uso geral.	900.000,00	56.528,54	843.471,46
Móveis de uso geral, cadeiras, poltronas, sofás, mesas e armários.	2.400.000,00	288.591,76	2.111.408,24

Fonte: Demap/Dirad

Imóveis funcionais

A ação de maior relevância executada em 2020 foi a troca de quatorze elevadores dos prédios funcionais da Asa Sul (SQS 111 – Blocos G e I; e SQS 311 – Blocos A, B e I). Os elevadores substituídos encontravam-se bem desgastados pelo tempo de uso. Essa ação trará, a curto e médio prazos, redução nos custos de manutenção dos prédios.

Outras economias de despesas



Fonte: Ctran/Dirad

Infraestrutura

Medidas de redução no consumo de recursos naturais

Foi dada continuidade na ação para construção de sete poços profundos, que visam diminuir o consumo de água potável do órgão ao utilizar água bruta captada do lençol freático para usos menos nobres, onde ainda hoje se emprega água tratada. Com essa ação, espera-se reduzir em mais de 95% a despesa para manter as atividades de irrigação, paisagismo, resfriamento do ar-condicionado central e lavagem de veículos. As despesas operacionais e de manutenção dos sistemas prediais com os imóveis administrativos da Câmara dos Deputados foram reduzidas de R\$ 141 milhões em 2019 para R\$ 131 milhões em 2020, em parte devido à redução do consumo de energia elétrica e de água e esgoto, respectivamente, cerca de 44% e de 29%, em razão do afastamento imposto pela pandemia da Covid-19, e outra parcela em razão dos mecanismos de controle e eficiência implementados.

Principais desafios

O cenário econômico atual – em que se faz necessário o ajuste das contas públicas –, ainda mais agravado pela pandemia de Covid-19, aliado à escassez de recursos humanos, impõe mais articulação entre os órgãos da administração no intuito de aumentar a eficácia e a eficiência na gestão das finanças, dos serviços administrativos, dos contratos e das aquisições promovidas pela Câmara dos Deputados. Entre as ações promovidas e que podem ser ampliadas estão: otimização e automatização dos processos de trabalho; integração dos sistemas de informações administrativas; uso eficiente de ferramentas de comunicação; e atualização de normativos internos.

3.4 Gestão da Tecnologia da Informação

CONFORMIDADE LEGAL

Resolução CD nº [14, de 2020](#).

Atos da Mesa nºs [215, de 2017](#) e [47, de 2012](#).

Portarias nºs [321, de 2020](#), [261, de 2020](#), [214, de 2020](#), [88, de 2019](#) e [406, de 2013](#).

A gestão de inovação e tecnologia da informação responde pelo provimento dos serviços digitais da Câmara dos Deputados e envolve as ações voltadas à inovação digital, governança e planejamento de TI, infraestrutura, atendimento aos usuários, projetos e desenvolvimento de soluções digitais.

Modelo de governança de TI

A governança de TIC corresponde a um conjunto de regras para assegurar que as decisões e ações relativas à gestão organizacional e ao uso da TIC mantenham-se alinhadas às necessidades institucionais. [O modelo de Governança de TIC](#) da Câmara dos Deputados foi estabelecido por meio da [Portaria DG nº 406, de 2013](#), que criou dois comitês gestores de TIC: o Comitê Estratégico de TIC (Ceti) e o Comitê Diretivo de TIC (CDTI).



Principais n\u00fameros da \u00e1rea



Montante de recursos aplicados em TI

	Or\u00e7amento	Empenhado	Liquidado	Pago
Investimentos (milh\u00f5es R\$)	32,3	30,53	23,2	23,2
Custeio (milh\u00f5es R\$)	54,1	48,6	39,0	38,9

Fonte: Sistema de Gest\u00e3o Or\u00e7ament\u00e1ria da C\u00e2mara dos Deputados (SIORC) e Datac\u00e2mara.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

Investimentos

Aquisição de computadores de mesa para estações de trabalho padrão	R\$ 19.134.848,94
Atualização e ampliação da solução de backup corporativo	R\$ 3.910.311,79
Plataforma de desenvolvimento rápido de aplicações	R\$ 1.917.000,00
Solução para rede sem fio corporativa	R\$ 1.616.441,25
Sistema informatizado de processo administrativo eletrônico e gestão arquivística de documentos	R\$ 1.138.499,35
Continuidade dos serviços de rede wi-fi	R\$ 663.865,23
Contratação de fábrica de software para o desenvolvimento de novos sistemas	R\$ 612.279,11
Aquisição de computadores com capacidade de processamento diferenciada das estações de trabalho padrão	R\$ 455.636,24

Despesas

Prestação de serviços de apoio ao desenvolvimento, suporte e atendimento ao usuário e à infraestrutura, e documentação e operação de informática	R\$ 38.592.593,21
Aquisição de subscrições dos softwares de prateleira da Adobe	R\$ 1.928.464,00
Prestação de serviços de impressão monocromática e colorida	R\$ 1.366.516,62
Prestação de serviços de impressão monocromática	R\$ 1.059.171,86
Prestação de serviço de garantia de funcionamento de Rede Corporativa	R\$ 827.230,35
Prestação de serviço de processamento de dados em nuvem no modelo de subscrição para utilização do sistema de gestão de relacionamento (CRM)	R\$ 609.787,63
Serviços de conexão de unidades remotas	R\$ 584.404,20
Prestação de serviços de suporte técnico e atualização de licenças dos softwares da ORACLE	R\$ 570.261,81
Aquisição de fitas para backup corporativo de dados	R\$ 500.162,84

Fonte: Sistema de Gestão Orçamentária da Câmara dos Deputados (SIORC)

Gestão de riscos e/ou controles

Segurança da informação



As principais ações foram direcionadas ao robustecimento da segurança digital e mitigação dos riscos oriundos da migração para o modelo de trabalho remoto, ocasionada pela pandemia da Covid-19, de modo a oferecer condições para que um contingente expressivo de colaboradores pudesse dar continuidade aos processos de trabalho com segurança. Foram realizadas as seguintes atividades: adoção de ferramentas de videoconferência e colaboração quanto às questões de segurança da informação; implantação do acesso remoto aos recursos de TIC da Casa, implicando escalonamento progressivo de modo a reduzir o risco de descontinuidade e de eventuais atividades maliciosas; votação remota via aplicativo móvel, permitindo a participação segura dos atores no processo legislativo e reduzindo drasticamente a possibilidade de eventual descontinuidade e/ou fraude e publicação de artigos voltados à orientação e conscientização de temas relacionados à segurança da informação e segurança digital.

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados

Plenário Virtual



Em atendimento à [Resolução da Câmara dos Deputados nº 14/2020](#), foi implantado o Sistema de Deliberação Remota (SDR) para viabilizar o funcionamento das sessões plenárias durante a emergência de saúde pública de abrangência global decorrente da Covid-19. O Plenário Virtual se constituiu em uma solução que permitiu acomodar os 513 deputados

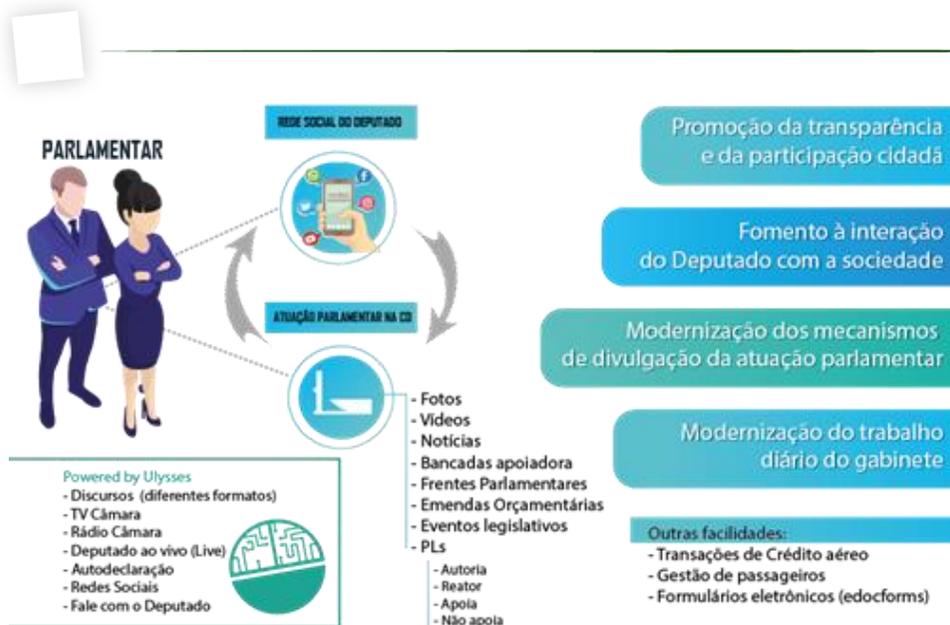
em uma sessão plenária remota (videoconferência) de modo integrado ao serviço de radiodifusão, aos sistemas relacionados com o portal institucional, ao processo legislativo digital, ao aplicativo Infoleg-Móvel e ao sistema de autenticação de documentos, sendo que duas funcionalidades críticas foram plenamente atendidas pelo SDR para permitir o bom funcionamento do Parlamento: o voto e o registro de presença dos parlamentares para ampliar a atuação parlamentar. Além da sessão plenária, sistemas internos e o aplicativo Infoleg foram ajustados para que as deputadas e os deputados possam submeter de qualquer lugar uma proposta de lei e emendas, seguindo o trâmite processual até a proposição ser votada no Plenário virtual, onde tudo é transmitido pela *TV Câmara*, pelo [canal YouTube da Casa](#) e pelo [site institucional](#). Os dados envolvidos no trâmite legislativo são publicados no [portal de dados abertos](#). A figura a seguir demonstra a efetividade das ações implementadas para assegurar a continuidade das sessões plenárias na Câmara.



A solução digital do Plenário virtual da Câmara dos Deputados foi considerada inovadora por reunir várias funcionalidades integradas e necessárias à atuação parlamentar no processo legislativo. Seu reconhecimento internacional resultou em convite para nove eventos internacionais. Também foram publicados dois artigos internacionais: [Virtual parliaments in times of Coronavirus: flattening the authoritarian curve?](#) e [Preserving parliament's functionality during the Covid-19 pandemic: Brazil's experience](#).

Gabinete Digital

Plataforma digital de atuação parlamentar que promove a transparência e a participação cidadã ao fomentar a interação dos deputados com a sociedade por meio das redes sociais. Permite aos deputados a utilização do conteúdo digital da Câmara em suas redes sociais e integra as postagens dos deputados no portal da Câmara, em tempo real.



Liderança Digital

Plataforma digital responsiva, acessível em qualquer lugar e disponível a qualquer momento, por meio de dispositivos móveis. Consolida informações de diversas fontes em uma única ferramenta que objetiva facilitar a atuação das lideranças no plenário e nas comissões. Dentre as diversas funcionalidades, em breve, serão incluídas: a composição da liderança e dos membros das comissões; as indicações de líder, vice-líder e membros das comissões e a geração de requerimentos e ofícios da liderança.



Ulysses: a inteligência artificial da Câmara dos Deputados



Ulysses é um conjunto de iniciativas da Câmara dos Deputados baseadas em um ramo da inteligência artificial denominado aprendizagem de máquina (*machine learning*), que entrega uma série de funcionalidades de ponta, tais como categorização automática, tradução automática de proposições e reconhecimento facial.

Ações viabilizadoras do trabalho remoto durante a pandemia



A pandemia da Covid-19 impôs à tecnologia da Câmara dos Deputados o desafio de implementar uma rápida resposta para atender ao distanciamento social necessário e viabilizar o trabalho remoto de toda a Casa. No âmbito dos trabalhos administrativos, a solução implementada pela área de tecnologia para a continuidade plena dos trabalhos é composta por várias

ferramentas, desde soluções colaborativas, com o uso de *software* livre, para troca de mensagens em grupos, até soluções para facilitação de oficinas e *workshops on-line*, com destaque para o acesso remoto às estações de trabalho, a plataforma de vídeo conferências e a nuvem privada da Câmara, um repositório remoto seguro e de edição colaborativa de arquivos.



Principais desafios

A Câmara dos Deputados tem aumentado suas expectativas em desenvolver uma estratégia digital com intuito de tornar mais simples, práticos, integrados e concisos os processos de trabalho e as atividades que agreguem valor ao Legislativo nacional e internacional. Essas ações impõem uma agenda diuturna de inovação impactante em todo o processo produtivo de serviços digitais e resultam em grandes desafios à tecnologia da informação. Igualmente desafiante é a conciliação com foco em produtos que viabilizem a gestão de todo o ciclo de vida de um produto ou serviço digital. Amplia-se a perspectiva de tal desafio quando se considera a realidade de restrição orçamentária e de não reposição de seu quadro de pessoal.

3.5 Gestão da informação

CONFORMIDADE LEGAL

[Constituição Federal de 1988](#), art. 23 e § 2º do art. 216.

[Lei nº 12.527, de 2012](#).

[Resolução CD nº 29, de 1993](#).

Atos da Mesa nºs [62, de 1985](#), [15, de 1999](#), [83, de 2001](#), [45 a 50, todos de 2012](#), [78, de 2013](#), [147, de 2014](#) e [33, de 2015](#).

Portarias nºs [101, de 2013](#), [71, de 2014](#), [158, de 2015](#), [234, de 2017](#), [32, de 2018](#), [285, de 2020](#), e demais normas aplicáveis.

A gestão da informação envolve organização, tratamento e disseminação da informação produzida ou custodiada pela Câmara dos Deputados para subsidiar as atividades legislativas, parlamentares e administrativas. Assim, promove-se não só a garantia, mas também a ampliação do acesso da sociedade às informações do acervo bibliográfico, às publicações oficiais da Casa e ao acervo arquivístico da Câmara dos Deputados, formado por documentos que datam do início dos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil até os dias atuais, em variados formatos e suportes, como papel, áudio, vídeo, manuscritos, mapas, fotografias, com destaque para os documentos oriundos do processo legislativo (autos das CPIs, dossiês das proposições legislativas e de audiências públicas diversas, etc.) e da gestão administrativa da Casa. Mais informações sobre os acervos e o acesso aos serviços e produtos de informação oferecidos podem ser consultadas no portal da Câmara nos *links*: [Arquivo Histórico](#), [Biblioteca Digital](#), [Biblioteca Pedro Aleixo](#) e [Livraria da Câmara](#).

Principais números da área

ACERVOS DA CÂMARA

Mais de 23 mil metros lineares

Livros **201.521**

Revistas **2.060**

Documentos manuscritos **1 milhão**

Livros raros **7.798** itens

Objetos museológicos **2.000**

Vídeos e fotografias **800 mil**

Painéis de grandes dimensões incorporados à arquitetura do Palácio do Congresso Nacional



Principais ações e resultados

Preservação

Compreende o conjunto de ações voltadas para o prolongamento da vida útil dos bens culturais, o que permite sua permanência em meios físicos e digitais para as futuras gerações. A conservação preventiva abrange um conjunto de estratégias elaboradas para prever e evitar possíveis riscos que ameacem o patrimônio cultural. As principais ações são: higienização de livros, documentos, materiais audiovisuais e objetos museológicos, monitoramento das condições ambientais, iluminação, acondicionamento e controle de pragas, procedimentos de manutenção, planejamento de desastres e atividades voltadas para a educação patrimonial.

358.759

Itens de acervo atendidos com ações de conservação preventiva

147.241	24.448	183.560	2.863	647
Páginas de livros trinchadas ¹	Caixas e livros higienizados ¹	Prateleiras e livros higienizados	Tratamento em material audiovisual	Documentos, plantas arquitetônicas e objetos museológicos

Nota:

Atividade desenvolvida por aprendizes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal

Restauração

A restauração compreende um conjunto de medidas que objetivam o restabelecimento, a estabilização ou a reversão de danos incidentes sobre bens culturais. Os procedimentos visam restituir, tanto quanto possível, os valores históricos e estéticos dos objetos que representam esses bens, com base no respeito à sua originalidade e nas referências documentais, de acordo com as normas técnicas e princípios éticos reconhecidos na área de preservação

62

Documentos, plantas arquitetônicas, livros e objetos restaurados



Restaurações Paineis Athos Bulcão 79,80 m x 7,68m:

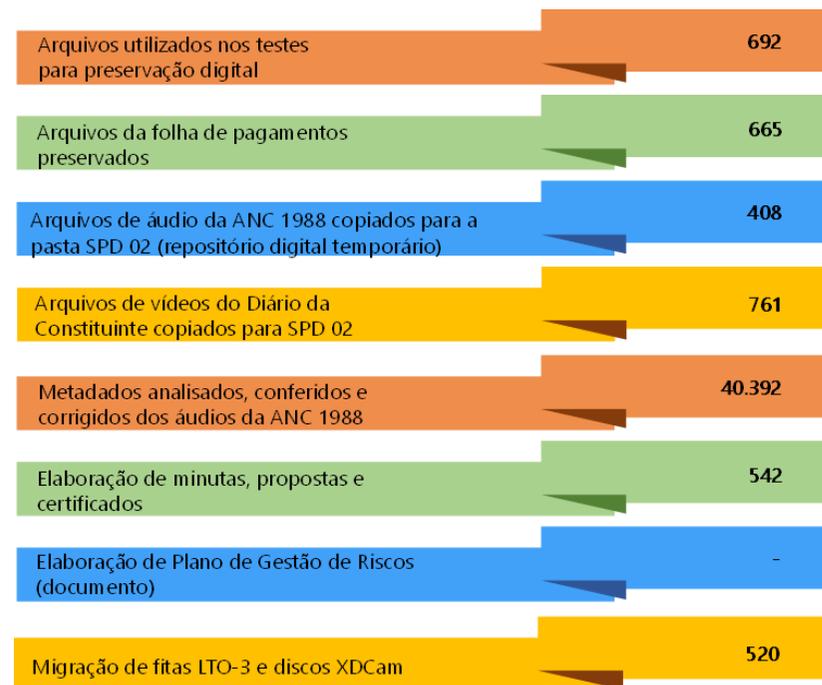
Finalização área da 1ª Secretaria, início etapa 2, área da Presidência.



Serviço de Preservação Digital – SPD

No intuito de garantir o acesso à informação independente de suporte ou de sistema em que os documentos foram produzidos, a Casa implementou o Serviço de

Preservação Digital – SPD –, com procedimentos de captura, preservação de documentos digitais e migração de suporte. Dentre as ações realizadas, destacam-se:



Gestão dos acervos arquivísticos

Todos os anos novos documentos são recebidos das diversas unidades administrativas após terem cumprido suas funções iniciais e, a cada ano, mediante lavratura de termo próprio para descarte, parte do acervo arquivístico é eliminada conforme prazos de guarda e descarte previstos na Tabela de Temporalidade da Câmara dos Deputados, aprovada pela Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo – CADAR. Nesse novo escopo tecnológico, parte dos esforços da instituição voltou-se à gestão de documentos natos digitais. Foi publicada a Portaria nº 285, de 2020, que regulamenta os procedimentos de descarte de documentos arquivísticos praticados pela instituição. O Arquivo da Câmara promoveu mais de 100 reuniões e

discussões técnicas *online* com universidades, instituições arquivísticas e de pesquisa e grupos de trabalho sobre as práticas de preservação digital, regras de digitalização e autenticidade e requisitos de gestão de documentos digitais.



Nota

Cada uma com capacidade de armazenamento de 10cm de documentos.

Gestão do acervo bibliográfico

A Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados tem como missão institucional fornecer suporte informacional às atividades legislativa, fiscalizatória e de representação dos parlamentares e de seus órgãos colegiados, bem como às atividades de apoio técnico-administrativo desta Casa legislativa. Possui um acervo aberto ao público, em dias úteis, das 9h às 19h, e disponibiliza um salão de leitura com computadores e rede *wi-fi*, sala de estudo e acessibilidade equipada com uma linha braile e *software* de leitura de tela para pessoas com deficiência visual. Devido às medidas de prevenção contra a Covid-19, foram impostas restrições de acesso às dependências desta Casa, inclusive da biblioteca, que suspendeu as atividades normais de atendimento presencial e intensificou o uso nas redes sociais, com a promoção de eventos virtuais. Assim, o perfil da biblioteca no *Instagram* saltou do patamar de 1.800 seguidores para 3.180, com 6.527 visualizações.

Acervo da Biblioteca - 2020



Movimento da Biblioteca - 2020



Disseminação da informação

As digitalizações realizadas em 2020 tiveram como objetivo facilitar o acesso à informação, preservar os documentos originais de caráter histórico e/ou permanente, disseminar informações no *site* da Câmara, atender às demandas de pesquisas e de processos judiciais, bem como a substituição de suporte por meio da microfilmagem.



360.128 páginas digitalizadas

Digitalização para substituição de suporte e disponibilização da informação em meio digital

233.153

Digitalização para atendimento à Lei de Acesso a Informação - LAI

72.110

Digitalização para preservação e divulgação

54.865

Páginas microfilmadas

1.335.016

A [Biblioteca Digital](#) da Câmara dos Deputados é mais um canal de disseminação da informação. Trata-se de um repositório integrado do conhecimento legislativo produzido pela Casa. Possui um vasto acervo, disponível para a comunidade em

geral, para consultas e *downloads*, que engloba as publicações produzidas pela Edições Câmara, trabalhos de órgãos técnicos da Casa, obras raras, produção acadêmica de servidores da Câmara dos Deputados, estudos e notas técnicas das consultorias legislativa e de orçamento.

OBRAS MAIS ACESSADAS NA BIBLIOTECA DIGITAL EM 2020

- Constituição da República Federativa do Brasil
- Lei nº 8.112/1990 em áudio
- O Federalista – Hamilton, Alexander
- Tributação em tempos de pandemia – Correia Neto, Celso de Barros et al
- Subsídios para sistema de informação em saúde sobre a pandemia de Covid-19: o caso da vigilância epidemiológica nos EUA – Gomes, Fábio de Barros Correia



AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO - 2020



Atendimento aos pedidos de informação e pesquisa do público interno

Deputados, servidores e colaboradores da Câmara dos Deputados, na intenção de subsidiar com informação de qualidade o processo legislativo, as ações administrativas e os estudos de temas relevantes para a Casa e para a sociedade, utilizaram-se dos serviços de atendimento e pesquisa nos quantitativos que seguem abaixo.



Organização da informação legislativa

A Câmara dos Deputados disponibiliza para o cidadão as proposições em discussão e as matérias que tramitam na Casa, além das normas federais (lei ordinária, lei complementar, emenda constitucional e outras) e normas internas (resolução, ato da mesa, portaria e outras), desde o tempo do Império. Seguem números da inclusão destes conteúdos para a recuperação no [portal da Câmara](#).

Novas proposições indexadas	5605
Legislações citadas em novas proposições	14811
Inclusão, correção e atualização de proposições anteriores a 1988	4576
Atos normativos indexados	5267
Normas Atualizadas	1110
Novas Normas	1215
Informações sobre cadastro parlamentar, biografia e movimentação parlamentar	53170

Produção editorial

A Câmara atende ao público por meio de sua livraria física, localizada no Anexo II da Câmara dos Deputados, e a todo o Brasil pela livraria [virtual](#).

74
NOVAS PUBLICAÇÕES
Diversos formatos



Produção Editorial em 2020

A Câmara dos Deputados participou de vários projetos sociais e ações humanitárias, doando livros para proporcionar cultura, educação e entretenimento a várias pessoas impactadas pelos efeitos econômicos e sociais causados pela pandemia do coronavírus. Além disso, disponibiliza *e-books* com diferentes temáticas que podem ser baixados gratuitamente [no portal](#) e nas lojas Amazon, Google, Apple e Kobo.

4,9 mil exemplares



1 livro na Cesta Básica

Parceria Academia Brasileira de Letras, Câmara dos Deputados e Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida

-  Bibliotecas comunitárias
-  Bibliotecas do sistema prisional
-  Comunidades
-  Comunidades quilombolas
-  Instituições de longa permanência para idosos
-  Entidades de assistência social
-  Profissionais de saúde



3,6 mil exemplares



 **12** Encontros

 **4 mil** Visualizações



EBOOKS BAIXADOS em 2020

1,8 milhão

 Aumento de **282%** em relação a 2019

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES BAIXADAS



A comercialização dos livros impressos foi suspensa desde o início da pandemia da Covid-19.

Principais desafios

A complexidade do mundo atual e a velocidade com que ele vem se transformando têm gerado uma explosão informacional e uma avalanche de dados, especialmente em meio digital. Na Câmara dos Deputados, onde a informação – na forma de leis, propostas legislativas, documentos administrativos e históricos, etc. – é o principal produto da instituição, é necessário garantir sua preservação. Um grande desafio é a curadoria das informações com agilidade, de forma a subsidiar melhor o processo legislativo, o que é relevante para a tomada de decisão. Ainda há o desafio da melhoria da qualidade da informação, não só para que seja rapidamente recuperada, independentemente de como ou quando foi criada, mas também para dar sustentação às iniciativas de inovação digital. Essas iniciativas buscam suprir as necessidades informacionais dos parlamentares e despertar o interesse do cidadão a respeito do que é produzido no Parlamento, bem como facilitar o seu acesso para que tenha condições de exercer a cidadania de maneira mais ativa. Cabe mencionar que, mesmo diante do aumento das demandas de informação e da necessidade de implantar novos processos de trabalho, há um cenário de restrição orçamentária e de diminuição dos recursos humanos.

3.6 Sustentabilidade na Câmara

CONFORMIDADE LEGAL

[Constituição Federal de 1988](#) e legislação aplicável, disponíveis no [portal do EcoCâmara](#).

Atos da Mesa n°s [4, de 2011](#); [34, de 2015](#) e [79, de 2019](#).

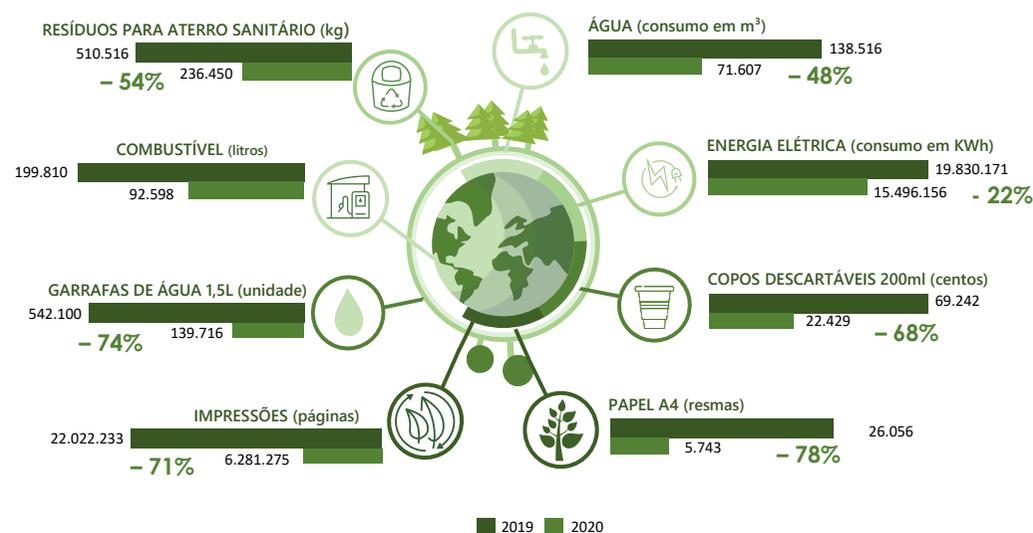
Portarias n°s [336, de 2010](#); [227, de 2014](#); [251, de 2016](#); [53, de 2018](#); [1, de 2019](#) e [336, de 2019](#).

Agenda 2030, da ONU, que institui os [Objetivos do Desenvolvimento Sustentável](#).

A gestão sustentável da Câmara dos Deputados, pela sua característica de transversalidade, é desenvolvida de forma sistêmica visando integrar valores relacionados à sustentabilidade – abrangendo aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais – como estruturantes para ações, projetos e processos atinentes à gestão. Em 2020, a Câmara manteve funcionamento normal até meados de março, quando foram publicados atos normativos que trataram da restrição de acesso às dependências da Casa e da concessão do regime de trabalho remoto aos servidores e colaboradores, em função da pandemia de Covid-19. Ainda assim, foi dada continuidade às ações estratégicas de fortalecimento da sustentabilidade denominadas [As sete metas de sustentabilidade para o biênio 2019-2020](#), com o objetivo de dar direcionamento às ações de gestão da Casa. Mais informações e outras iniciativas sobre a gestão sustentável na Câmara dos Deputados podem ser consultadas no [portal da Câmara](#).

Principais números da área

O Relatório Anual de Desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS) de 2020 traz a apuração do desempenho da Casa com relação a seus objetivos de sustentabilidade. Além disso, sinaliza o comprometimento da instituição com a gestão sustentável e com uma atuação que seja exemplo para a gestão pública e para a sociedade. No âmbito dos eixos temáticos abordados, apresentam-se a seguir os resultados mais relevantes:



Critérios de sustentabilidade nas compras e contratações

As licitações sustentáveis na Câmara dos Deputados são disciplinadas por meio do [Ato da Mesa nº 4, de 2011](#), que dispõe sobre a adoção de critérios socioambientais na aquisição de bens, contratação, execução e fiscalização de serviços e obras, regulamentado pela [Portaria nº 227, de 2014](#), que traz de forma objetiva os requisitos ambientais a serem observados na aquisição de diversos produtos e serviços comuns. Os resultados de 2020 foram os seguintes:



Nota:

Considerados apenas os editais de licitação, não verificados os Termos de Referência (TR) de dispensa e de inexigibilidade.

As principais exigências ambientais relacionaram-se ao descarte correto de resíduos oriundos da contratação, à logística reversa, à comprovação da origem legal da matéria-prima, ao Cadastro Técnico Federal/Ibama, a requisitos relacionados à eficiência energética de aparelhos e à eficiência hídrica de equipamentos hidrossanitários, em conformidade com as normas legais pertinentes. Já os critérios sociais referem-se às contratações exclusivas com microempresas e empresas de pequeno porte e associações de entidade de pessoas com deficiência.

Gestão de riscos e/ou controles

Principais ações e resultados



Publicação da 2ª edição do Plano de Logística Sustentável da Câmara dos Deputados, para o biênio de 2020-2021

O PLS 2020-2021 foi elaborado com a participação das diversas áreas da Casa responsáveis pelos eixos temáticos abordados no plano.



Criação do Painel de Sustentabilidade

Ferramenta tecnológica que apresenta resultados de sustentabilidade com objetivo de propiciar à alta gestão acesso a dados atualizados sobre a gestão sustentável.



Realização da V Jornada de Boas Práticas em Contratações Públicas, em evento virtual com transmissão ao vivo pela internet

Dentre os eventos da jornada, a mesa-redonda *Sustentabilidade e Contratações Pós-Covid* alcançou audiência de 81 pessoas ao vivo e 444 visualizações até 31/12/2020.



Inauguração da feira de produtos orgânicos nas dependências da Câmara dos Deputados

Com realização semanal, voltada ao público interno, conforme [Edital de Credenciamento nº 1, de 2019](#).



Projeto de Revitalização da Coleta Seletiva

O projeto abrangeu estabelecimento de nova metodologia de coleta dos resíduos, com retirada dos coletores individuais; atualização da comunicação visual; realização de visitas de conscientização em todos os ambientes de trabalho e de reuniões de orientação aos colaboradores da limpeza; monitoramento mensal dos resíduos gerados; visitas à cooperativa de catadores e fechamento do pátio de resíduos para pessoas estranhas ao serviço.



Compostagem de resíduos orgânicos dos restaurantes

Contratação de empresa para o encaminhamento dos resíduos orgânicos gerados no restaurante para compostagem.



Aquisição de copos biodegradáveis

Aquisição de copos de papel e de amido de milho visando substituir copos plásticos descartáveis consumidos na Casa.

Rede Legislativo Sustentável

A [Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo](#) criada em 2019, por Acordo de Cooperação Técnica firmado entre Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União, tem por objetivo promover o intercâmbio de boas práticas de sustentabilidade entre órgãos e instituições do Poder Legislativo e dos Tribunais de Contas nas esferas municipal e estadual. Em 2020, foram desenvolvidas as seguintes atividades: participações em evento presencial na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro com adesões de diversas Câmaras municipais deste estado à rede; realização de eventos virtuais; elaboração e publicação do regulamento e do Plano de Trabalho para 2021.

Redução de despesas

As restrições de circulação devido à pandemia causada pelo coronavírus ocasionou uma queda expressiva no consumo de recursos e produtos utilizados na manutenção da estrutura e dos trabalhos na Casa, trazendo, como consequência, a economia de recursos na ordem de R\$ 8 milhões, conforme tabela a seguir:

	Gasto 2019	Gasto 2020	Economia	Percentual%
Água tratada	3.533.274,00	1.925.534,00	1.607.740,00	46%
Energia elétrica	16.263.267,00	11.585.518,00	4.677.749,00	29%
Copos descartáveis	120.467,00	39.314,00	81.153,00	67%
Garrafas água mineral 1,5l	551.741,00	147.516,00	404.225,00	73%
Papel A4	334.207,00	76.426,00	257.781,00	77%
Impressões	2.883.638,00	2.389.480,00	494.158,00	17%
Combustível	817.414,00	365.448,00	451.966,00	55%
Envio de resíduos para aterro sanitário	104.089,00	47.290,00	56.799,00	55%
Total de redução de gastos			R\$ 8.031.571	

Fonte: Painel de Sustentabilidade



Principais desafios

A sustentabilidade, ao longo dos últimos anos, tornou-se tema central das discussões mundiais em função da urgente necessidade de preservação dos recursos naturais. A Agenda 2030, criada pela ONU, que trata dos objetivos do desenvolvimento sustentável, da qual o Brasil é signatário, impõe a todos um comprometimento cada vez mais efetivo com o tema. Nesse sentido, a Câmara dos Deputados tem como desafio dar continuidade à Rede Nacional do Legislativo Sustentável e ampliá-la, com a finalidade de compartilhar iniciativas sustentáveis de sucesso e de auxiliar no desenvolvimento de uma gestão pública sustentável em âmbito nacional. Além disso, os desafios relacionam-se à melhoria da gestão de resíduos, à consolidação do Painel de Sustentabilidade como instrumento de auxílio à gestão, ao robustecimento do plano de logística sustentável, ao aprimoramento das contratações e, especialmente, ao avanço do reconhecimento da sustentabilidade como um valor estruturante para ações, projetos e processos atinentes à gestão.

3.7 Acessibilidade na Câmara

CONFORMIDADE LEGAL

Leis nºs: [10.048, de 2000](#); [10.098, de 2000](#); [10.436, de 2002](#); [11.126, de 2005](#); [12.319, de 2010](#); [12.527, de 2011](#); [13.146, de 2015](#); [13.460, de 2017](#); entre outras.

Decretos nºs: [3.298, de 1999](#); [5.296, de 2004](#); [3.956, de 2001](#); [5.626, de 2005](#); [5.904, de 2006](#); [186, de 2008](#); [6.949, de 2009](#); [9.508, de 2018](#); [9.546, de 2018](#); entre outros.

Resoluções CD nºs: [26, de 2013](#); [1, de 2015](#); [19, de 2016](#).

Atos da Mesa nºs: [4, de 2011](#); [151, de 2014](#); [149, de 2017](#).

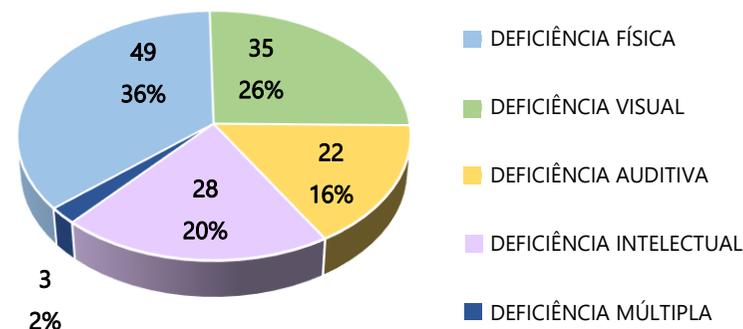
A Câmara dos Deputados busca desde 2004 tornar-se uma instituição mais acessível e inclusiva às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida – parlamentares, colaboradores, visitantes, telespectadores e internautas – que frequentam seus espaços ou buscam seus produtos, serviços e informações. Considerando que a “Responsabilidade Social” é um dos valores definidos no planejamento estratégico, e com o objetivo de atender à legislação federal vigente, diversos setores da Casa atuam em parceria no planejamento, promoção e execução de ações integradas para suprir as necessidades de pessoas com limitações físicas, auditivas, visuais e intelectuais e, assim, eliminar barreiras atitudinais, físico-arquitetônicas, tecnológicas e de comunicação. Mais informações podem ser consultadas no portal da Câmara, na página [A acessibilidade na Câmara dos Deputados](#).

Panorama atual

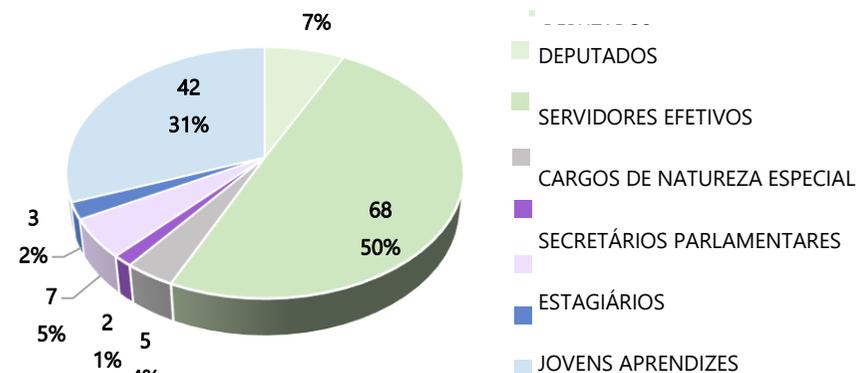
Além dos projetos de adaptação arquitetônica e urbanística, merecem destaque as ações voltadas a garantir que as pessoas com deficiência consigam se comunicar e obter as informações de seu interesse. Entre elas, as adaptações de TIC melhoram a cada dia a qualidade do acesso de pessoas com limitações diversas ao conteúdo das

páginas do portal da Câmara e de aplicativos e sistemas. A capacitação e a sensibilização de colaboradores das mais diferentes áreas da Casa também são essenciais para aprimorar o atendimento e a prestação de serviços, mudar a cultura institucional, criar atitudes positivas e permitir que as pessoas com deficiência possam ter participação social cada vez mais inclusiva e igualitária.

Quantitativo de pessoas com deficiência que trabalham na Câmara dos Deputados – Por tipo de deficiência



Quantitativo de pessoas com deficiência que trabalham na Câmara dos Deputados – Por categoria funcional



Principais ações e resultados

De 2004 até hoje

-  Reforma com adaptações de acessibilidade em **17** plenários (inclusive o Plenário Ulysses Guimarães), **3** auditórios, **36** apartamentos funcionais, cerca de **20** gabinetes parlamentares, **57** sanitários e **3** balcões de atendimento nas portarias. Construção de **10** rampas de acesso.
-  Instalação de corrimãos e de **87** metros lineares de piso tátil de alerta nas principais escadas e rampas do Edifício Principal e dos Anexos II, III e IV
-  Substituição ou modernização de **22** elevadores.
-  Intervenções nos estacionamentos, com adequação de calçadas, travessias e vagas reservadas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, idosos e gestantes.
-  Frota de veículos com **5** ônibus e **1** micro-ônibus com sistema de acesso para pessoas com dificuldade de locomoção.
-  Aquisição de **10** triciclos motorizados e **29** cadeiras de rodas manuais para disponibilização nas portarias, além de mais de **30** equipamentos de tecnologia assistiva.
-  Instalação de [sistema de aro magnético](#) em **9** plenários e **19** balcões de atendimento.
-  Atendimento em Libras nas portarias e na visita guiada desde **2009**.
-  Construção e montagem de **3** estúdios para transmissão remota de interpretação de Libras em eventos realizados nos plenários e auditórios da Câmara.
-  Transmissão da programação da TV Câmara com janela de Libras desde **2009**, legendas ocultas (*closed caption*) desde **2012** e audiodescrição desde **2016**.
-  Instalação da Maquete Tátil do Congresso Nacional no Salão Verde em **2008**.
-  Publicação de livros e [leis em formatos alternativos acessíveis](#) desde **2006**.
-  Adaptações na Biblioteca desde **2015** para promover o acesso ao ambiente e ao acervo físico e digital.
-  Interpretação simultânea de Libras em eventos presenciais, semipresenciais e virtuais, legislativos ou não (audiências, reuniões, videoconferências, cursos, palestras e cerimônias).
-  Avaliação, correção e desenvolvimento de sistemas e páginas do Portal da Câmara na internet e na intranet para garantir interfaces e conteúdos acessíveis e com boa usabilidade, seguindo as recomendações do W3C, desde **2005**.
-  Adaptações de acessibilidade nos postos e sistemas de votação eletrônica, registro de presença e informações legislativas (Plenário Virtual, Pauta Eletrônica, Gabinete Digital, Liderança Digital, Processo Legislativo Digital, INFOLEG Parlamentar) desde **2011** para atendimento a deputados com deficiência física e visual.
-  Publicação de [Dicionário com mais de 1.200 termos em Libras](#) e, desde **2019**, disponibilização do avatar VLibras no Portal da Câmara para tradução automática de conteúdos digitais, em parceria com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia e com a Universidade Federal da Paraíba.
-  Capacitação de colaboradores em **18** turmas de Libras e **6** turmas de audiodescrição.
-  Realização de mais de **100** palestras, cursos e eventos de capacitação e sensibilização interna, e de mais de **50** palestras, cursos e consultoria oferecidos a outras instituições.
-  Criação da Rede de Acessibilidade na Administração Pública desde **2017** para promover a cooperação técnica entre as principais instituições legislativas e judiciárias federais (SF, CD, TCU, STF, STJ, TST, TSE, STM e TJDF) e publicação da cartilha [Como construir um ambiente acessível nas organizações públicas](#).
-  Celebração de **2** contratos pioneiros com a APAE-DF em **2008** e **2017** para inserção profissional de pessoas com deficiência intelectual por meio do trabalho apoiado (serviços de higienização de livros e documentos e serviços de apoio administrativo).

Os números da acessibilidade em 2020

3

Planos de Atendimento em Acessibilidade para colaboradores com deficiência em teletrabalho



TECNOLOGIA ASSISTIVA

Contratação de manutenção preventiva e corretiva para **22** cadeiras de rodas manuais

Cessão de equipamentos para viabilizar o teletrabalho a colaboradores com deficiência



ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

Novos sistemas de informação acessíveis (Plenário Virtual, Pauta Eletrônica, Gabinete Digital, Liderança Digital, Processo Legislativo Digital, Emissão de Passagens Aéreas e Infoleg Parlamentar)

Melhoria da acessibilidade de sistemas de informação pré-existentis

Verificação da implementação das páginas do novo portal da Câmara com foco em acessibilidade, usabilidade e linguagem simples

Atendimento sistemático a demandas de desenvolvedores web, com base em recomendações de acessibilidade e usabilidade do W3C

Desenvolvimento de sistemas e páginas web com interfaces acessíveis e boa usabilidade, conforme recomendações do W3C

Evolução de protocolo com especificação de requisitos de acessibilidade e usabilidade para contratação de serviços de desenvolvimento e aquisição de software diversos, inclusive ferramenta de videoconferência

Análise e atendimento de sugestões e demandas de acessibilidade relatadas por usuários do Portal institucional por intermédio da Ouvidoria

Customização de acesso remoto à rede da Câmara e fornecimento/preparação de equipamentos para viabilizar ambiente de teletrabalho a servidores com deficiência visual

Revisão do manual de orientação dos provedores de conteúdo do Portal institucional para melhorar a acessibilidade de conteúdos digitais

ACESSIBILIDADE FÍSICA



Correção de desníveis internos no piso

Instalação de sinalização tátil de alerta em escadas

Reforma em portarias com construção de balcão acessível

Construção de sanitário unissex acessível

Instalação de equipamentos de audiovisual nos estúdios para transmissão remota de interpretação de Libras

Intervenções de acessibilidade em estacionamento



ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO

Postagens diárias nas redes sociais sobre as publicações da Edições Câmara com texto alternativo nas próprias imagens

34 E-books publicados no formato acessível ePub com texto alternativo em todas as imagens

Publicação de **298** e-mails marketing com conteúdo acessível



ACESSIBILIDADE EM EVENTOS E CURSOS

92 horas de interpretação simultânea de Libras em **44** eventos virtuais ou semipresenciais não legislativos

4 horas de audiodescrição em eventos virtuais ou semipresenciais não legislativos

Produção e publicação de **4** PDFs dos cursos EaD com descrição de imagens, sumário navegável, hierarquização de informações para leitores de tela e melhor contraste

Publicação de **5** palestras dos cursos EaD no formato alternativo PDF

Publicação de **3** vídeos da série de cursos EaD com interpretação de Libras e legendas, e respectivos podcasts

Disponibilização de curso EaD com descrição de imagens



SENSIBILIZAÇÃO / CAPACITAÇÃO

Lançamento de página no site Plenarinho com **13** postagens relacionadas a acessibilidade e deficiência

Palestras realizadas em **2** eventos virtuais internacionais e em **6** eventos virtuais nacionais sobre acessibilidade e deficiência

Participação de servidores em **19** eventos relacionados a acessibilidade e inclusão



ACESSIBILIDADE NA TV CÂMARA

1.367 horas de transmissão com janela de Libras

8.784 horas de transmissão com legendas ocultas

1.580 horas de programas com audiodescrição



ACESSIBILIDADE NO CANAL NO YOUTUBE

100% das sessões plenárias com janela de Libras

100% dos vídeos off-line com legendas geradas automaticamente pela plataforma

Playlist com **67** vídeos com audiodescrição

Playlist com **26** vídeos com janela de Libras



INTERAÇÃO EXTERNA

Apresentação do manual "Como construir um ambiente acessível nas organizações públicas", elaborado pela Rede de Acessibilidade, em videoconferência promovida pelo MPT

Participação no 1º Hackaton de Acessibilidade e Inclusão da Microsoft Brasil

Participação em Consulta Pública do Arquivo Nacional sobre a Política de Gestão de Documentos de Arquivo



Principais desafios

Um dos grandes desafios durante a pandemia da Covid-19 foi viabilizar a discussão e votação de projetos de lei importantes para o enfrentamento da crise, o que foi alcançado com a implementação e a modernização dos sistemas informatizados da Casa para que parlamentares pudessem atuar remotamente utilizando plataformas *Mobile* e cidadãos pudessem acompanhar os projetos em andamento. Esses sistemas foram desenhados para incluir requisitos de acessibilidade para pessoas com deficiência. Em decorrência da pandemia e do isolamento social, aumentaram os números de reuniões, conferências, seminários, cursos e palestras de forma remota, logo foi primordial inserir recursos de acessibilidade, como audiodescrição, legendas em tempo real, interpretação de Libras e interface acessível nos aplicativos para possibilitar a compreensão dos conteúdos desses encontros virtuais, *online* ou *off-line*.

4 ATIVIDADE LEGISLATIVA

CONFORMIDADE LEGAL

[Constituição Federal de 1988](#), arts. 44 a 75.

Resolução CD nº 17, de 1989 ([Regimento Interno da Câmara dos Deputados](#)), alterada até a [Resolução nº 30, de 2018](#)

Resolução CD [nº 29, de 2018](#), [Ato Conjunto nº1, de 2018](#), [14, de 2020](#)

Ato da Mesa nº [80, de 2019](#), [123, de 2020](#), [126, de 2020](#) e [129, de 2020](#)

A força do Parlamento está na participação dos cidadãos, na pluralidade dos interesses que perpassam os debates e as votações no plenário e nas comissões, bem como na autonomia de suas decisões. Essa interação com a sociedade é uma característica indissociável das atividades da Câmara dos Deputados, que dispõe de variados serviços de suporte aos trabalhos legislativos, além de oferecer ao cidadão diferentes mecanismos de acesso à informação e de interação com os seus representantes. No entanto, a pandemia causada pelo coronavírus teve um impacto significativo nos parlamentos de todo o mundo ao restringir essa congregação e participação de pessoas. A velocidade na realização das ações foi fundamental para o Parlamento Brasileiro. Em 17 de março de 2020, a Câmara aprovou a Resolução nº 14, de 2020 e várias medidas de adaptação à nova realidade foram intensificadas, inclusive a de autorizar os parlamentares a votar a distância e de prover as diretrizes para o lançamento de um Plenário Virtual. Assim, no dia 25 de março de 2020, foi acionado o funcionamento do Plenário Virtual apoiado pelo Sistema de Deliberação Remota – SDR. As informações sobre a atividade legislativa e aquelas relacionadas com a atuação dos deputados encontram-se permanentemente disponíveis para a consulta nos diversos canais institucionais de comunicação – [portal da Câmara dos Deputados](#), [Mídias Sociais](#), [Rádio Câmara](#), [TV Câmara](#), [Diário da Câmara dos Deputados](#), [relatórios técnicos](#) e [publicações oficiais](#) entre outros.

Propostas legislativas aprovadas na Câmara em 2020

Dentro do escopo de matérias aprovadas pela Câmara dos Deputados, várias já compõem o ordenamento jurídico brasileiro e impactam diretamente a vida da população. A relação de propostas apreciadas e aprovadas pela Casa pode ser acessada no [portal da Câmara](#).

Plenário e Comissões

A Câmara dos Deputados realizou, em 2020, 140 sessões no Plenário Ulysses Guimarães – 36 sessões presenciais e 104 sessões virtuais – e votou 1.130 matérias, entre elas: quatro propostas de emenda constitucional, 53 medidas provisórias, nove projetos de lei complementar, 81 projetos de lei, 22 projetos de decreto legislativo, cinco projetos de resolução e seis objetos de deliberação. No exercício, não foram realizados eventos e reuniões nas comissões permanentes devido às medidas de emergência de saúde pública de importância internacional relacionadas à Covid-19. Todavia, houve o registro de 199 eventos técnicos nas comissões temporárias – 50 reuniões e 149 eventos. Os dados apresentados relacionam-se aos macroprocessos finalísticos “Elaborar diplomas legais”, “Representar o povo brasileiro” e “Fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes” Merecem destaque também outros itens relativos aos macroprocessos finalísticos, tais como [estatística dos trabalhos da Casa](#), atividades do [Conselho de Ética e Decoro Parlamentar](#), do [Centro de Estudos e Debates Estratégicos](#), da [Procuradoria Parlamentar](#) e da [Corregedoria Parlamentar](#).

Principais ações

Comissões

Realização de Eventos Técnicos

Realização de eventos por videoconferência, com transmissão e gravação disponibilizadas ao público em geral, destinados a debates de temas relevantes ao país, com a participação de parlamentares e convidados (com a possibilidade de

interação do cidadão pela internet), tendo em vista a suspensão de reuniões de comissões da Câmara dos Deputados, por força do §1º do art. 2º da Resolução nº 14, de 2020, durante a emergência de saúde pública.

Apoio ao Sistema de Deliberação Remota do Plenário – SDR

Apoio à Secretaria-Geral da Mesa para a realização de sessões virtuais, nos termos da Resolução nº 14, de 2020, com equipes técnicas alocadas nas áreas de assessoramento legislativo, sistema de videoconferência e sistema de votações.

Implementação do Sistema “Gerenciador de Destaques e Requerimentos Procedimentais – GDR

As Comissões temporárias já dispõem do GDR, sistema que provê informações essenciais (de destaques e requerimentos), de forma ágil e sistematizada, destinadas a tornar mais eficientes a condução do Presidente e o assessoramento do Secretário-Executivo em reuniões deliberativas de comissões. O sistema divulga as informações ao público em geral, pelo aplicativo “Infoleg Móvel” e pelo portal da Câmara dos Deputados, de forma democrática, promove a transparência, bem como provê o assessoramento de lideranças e de parlamentares.

Substituição dos terminais do Pauta Eletrônica

Atualização tecnológica dos terminais utilizados pelos parlamentares nos plenários de comissão, permitindo uma melhor experiência de interação durante as reuniões, com o reparo de elevadores das telas, melhor desempenho dos processadores e maior sensibilidade ao toque.

Instalação dos painéis de exibição da Agenda dos Plenários

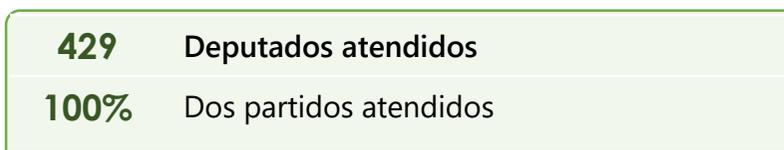
Conclusão da instalação de painéis informativos da agenda dos plenários das comissões, orientando deputados e visitantes quanto às sessões plenárias e às reuniões de comissões convocadas e em andamento.

Glossário do Departamento de Comissões

Elaboração de Glossário, em parceria com área responsável pela gestão da informação da Casa, de termos regimentais e usuais utilizados pelas comissões, disponível na Intranet (Camaranet) para todos os servidores e parlamentares com o propósito de aprimorar a comunicação na Casa e apoiar a definição de metadados.

Números referentes a assessoramento institucional parlamentar

A Câmara dos Deputados conta com uma estrutura especializada de consultoria e assessoramento que elabora estudos, notas técnicas, minutas de proposições e pareceres, relatórios e pronunciamentos parlamentares, entre outros trabalhos destinados aos Deputados, à Mesa, às Comissões e à Administração da Casa.



Números referentes a estudos legislativos publicados pelo assessoramento institucional parlamentar



Dado que a pandemia ocupou o centro dos debates em 2020, foram elaborados vários estudos, sob diferentes perspectivas, a respeito da [Covid-19](#). Além disso, foram produzidas notas descritivas e quadros comparativos sobre outros importantes temas: [Reforma Tributária](#), [Reforma Administrativa](#), [Cabotagem](#), [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação \(Fundeb\)](#), com intuito de contribuir para a compreensão desses assuntos e a sua discussão no Parlamento.

Números do assessoramento institucional a parlamentares e às comissões sobre orçamento e fiscalização financeira e orçamentária

Comissão sobre orçamento

Devido ao funcionamento especial do Plenário Virtual não houve processo legislativo do PPA e da LOA. Ao longo do ano, somente foram registradas emendas apresentadas à LDO.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Tipo de emenda	Quantidade de emendas analisadas
Corpo da lei	1.537
Anexo I	2
Anexo II	37
Anexo III	354
Anexo IV	18
Prioridades e Metas	257
Total	2.205

Fonte: Relatório Final da LDO 2021.

Comissões de fiscalização financeira orçamentária

Em 2020, a Câmara produziu 1.351 trabalhos referentes à matéria orçamentária e financeira e relativos ao controle e fiscalização financeira.



Número de pronunciamentos e debates registrados na Câmara

A Câmara realiza o registro e a redação final dos pronunciamentos e debates ocorridos no plenário, nas comissões temáticas e nos demais eventos legislativos ocorridos nas dependências. São registrados também os discursos e debates realizados nas sessões conjuntas e nas comissões mistas do Congresso Nacional. Em 2020, as sessões plenárias foram realizadas por meio do SDR e as reuniões de

comissões e eventos legislativos ocorreram de forma virtual. Ressalta-se que as comissões permanentes não foram instaladas, o que causou impacto direto no volume de reuniões passíveis de registro.

Sessões em plenário¹

688,8 horas
taquigrafadas

Reuniões em comissões e outros eventos²

1.087,7 horas taquigrafadas

Notas

¹ Sessões em plenário: plenário da Câmara e sessões conjuntas do Congresso.

² Reuniões em comissões e outros eventos: comissões temáticas da Câmara, eventos legislativos e comissões mistas do Congresso

Gestão de riscos e/ou controles

Comissões

Projeto Sistema de Deliberação Remota das Comissões

Definição de procedimentos e sistemas a serem utilizados caso o Congresso Nacional ou a Câmara dos Deputados resolva pela realização de reuniões deliberativas de comissões no formato virtual, semelhante ao Plenário.

Preparação de Plenários de Comissões para Reuniões Virtuais

Instalação, nos plenários de 1 a 14 do Anexo II, de equipamentos e infraestrutura necessárias à realização de reuniões virtuais deliberativas pelas comissões.

Participação no Manual de Elaboração Legislativa

Parceria das áreas de consultoria, de comissões e de documentação para elaboração de manual que estabeleça regras padronizadas de redação de proposições e documentos legislativos. A iniciativa apoia a atuação parlamentar, mitigando os riscos de apresentação de matérias que não atendam a requisitos legais ou regimentais.

Redução de despesas

Comissões

Reuniões Técnicas de Comissões Externas

Adequação dos procedimentos de acompanhamento e assessoramento e das rotinas de trabalho das secretarias das Comissões Externas de “Enfrentamento à Covid-19” e “Queimadas de Biomas Brasileiros”, a fim de viabilizar reuniões técnicas de forma virtual. A iniciativa reduziu as despesas com deslocamento e hospedagem de convidados, bem como os deslocamentos de parlamentares entre os estados de origem e o Distrito Federal.

Principais desafios

O desafio da pandemia definiu 2020 como um ano de disrupção e inovação para a Câmara dos Deputados. Impactada como tantas outras organizações e instituições da Câmara, instituição democrática basilar e também responsável pela resposta do país aos enormes sofrimentos e privações enfrentados pelos cidadãos, obrigou-se a se reinventar para continuar realizando suas funções. O elemento central do funcionamento a contento do Plenário foi o SDR. O uso do sistema consistiu na conjugação de esforços e inovações gerenciais, tecnológicas e políticas para o adequado funcionamento de um modelo híbrido e semi-presencial de sessão deliberativa que leva a um novo desafio para a atividade legislativa – adaptar o sistema para apoiar a realização das reuniões deliberativas das Comissões.

5 PARTICIPAÇÃO, INTERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA ATIVIDADE LEGISLATIVA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Leis n°s: [12.527, de 2011](#); [13.460, de 2017](#).
 Resoluções CD n°s: [45, de 2012](#), [78, de 2013](#), [4, de 2015](#), [247, de 2018](#), [5, de 2019](#), [6, de 2019](#).
 Atos da Mesa n°s: [43, de 2009](#), [35, de 2019](#), [63, de 2019](#), [64, de 2019](#).
 Atos do Presidente de [5/4/2019](#) (ST), [5/4/2019](#) (SPIMD), [9/4/2019](#) (SC), [24/5/2019](#), [22/8/2019](#) e [de 10/06/2020](#).
 Portarias n°s: [101, de 2013](#); [111, de 2013](#).

A Câmara não parou. A pandemia da Covid-19 acelerou a digitalização da comunicação da Câmara dos Deputados, levando ao mundo virtual mais conteúdos e mais informações para que a sociedade pudesse acompanhar tudo sobre a Instituição. Programas e reportagens da TV e da Rádio Câmara, eventos, exposições e visitação institucional passaram por mudanças, garantindo voz aos parlamentares e participação da sociedade. Em 2020, a equipe de jornalismo da Câmara realizou cobertura completa das atividades da Casa, com destaques da agenda do Plenário e das propostas aprovadas, além de matérias especiais sobre a Covid-19 e também sobre a aprovação do Auxílio Emergencial e do Orçamento de Guerra (EC nº 106, de 2020), que impactaram diretamente a vida de milhões de brasileiros. Tudo isso em diversas plataformas, com o máximo de alcance. A presença virtual da Câmara dos Deputados, por meio das diferentes redes sociais, de canais e ferramentas de interação e participação, transmissão de sessões pelo canal no YouTube, foi de grande relevância no cenário nacional nesse período. Com a cobertura integral de coletivas em diferentes redes sociais, além dos canais tradicionais (TV e Rádio), com a promoção de seminários virtuais com a possibilidade de participação pelo envio de perguntas aos palestrantes e deputados presentes, com a abertura de enquetes em todas as proposições em tramitação e com uma agência interna de checagem de notícias publicadas sobre a Casa, a população conta com uma Câmara cada vez mais transparente e aberta à interação e à participação popular.

Principais números da transparência na Câmara dos Deputados

Portal da Câmara

O portal da Câmara dos Deputados reúne dados, informações, conteúdos e serviços com a finalidade de divulgar as atividades legislativas, administrativas, educacionais e culturais da Câmara dos Deputados, promove a transparência e a prestação de contas à sociedade e oferece mecanismos de manifestação e participação do cidadão por meio de plataformas multilaterais de interação. Seguem abaixo os principais dados sobre o acesso ao portal da Câmara dos Deputados em 2020 e suas novas soluções implementadas no escopo do Projeto Corporativo Virada Digital ([item 1.3 deste Relatório](#)).

SERVIÇOS DISPONÍVEIS NO PORTAL DA CÂMARA



Órgão de Ouvidoria

A [Ouvidoria Parlamentar](#) realiza a gestão dos tipos de demanda “reclamação”, “elogio”, “sugestão administrativa” e “denúncia”, cujos dados de atendimento constam no início desta seção, e da elaboração da [Carta de Serviços ao Cidadão](#). As demandas de gestão da Ouvidoria são recebidas via Central de Comunicação Interativa (CCI) – 0800/Fale Conosco, da Câmara dos Deputados.

Atendimento ao cidadão

A Câmara dos Deputados oferece aos cidadãos diferentes mecanismos para interação com a instituição. A Central de Comunicação Interativa, responsável pelo Disque-Câmara (0800 619 619) e Fale Conosco (faleconosco.camara.leg.br), realiza os procedimentos necessários ao atendimento das demandas e responde ao cidadão de acordo com a área de atuação. A seguir, são apresentados os dados de atendimento ao cidadão em 2020¹:

	60.869 demandas atendidas ¹
Lei de acesso à informação	30.062
Manifestação	9.717
Solicitação de serviços e produtos	2.723
Sugestão legislativa	3.380
Reclamação	741
Sugestão administrativa	113
Elogio	108
Denúncia	323
Subtotal	47.167
Fora do escopo ²	13.702

Notas

(1) Dados extraídos do Sistema Prisma. Última extração de dados: 4 de janeiro de 2021.

(2) Na categoria “Fora do Escopo” estão agrupados pedidos de informação sobre outros órgãos da administração pública, mensagens não pertencentes à Câmara e demandas em que o atendimento não pode ser concluído, por exemplo, as ligações interrompidas.

Em relação às demandas atendidas, houve um decréscimo de 45% em comparação com 2019. A pandemia gerada pelo coronavírus foi o principal motivo para a queda nos números, visto que a Câmara suspendeu, desde março de 2020, a entrada de visitantes na instituição, impactando o número de atendimentos presenciais. Diante deste cenário de crise, foi fundamental a manutenção do serviço, na modalidade *home office*, para atender às demandas dos cidadãos. As solicitações de acesso à informação permanecem como as mais expressivas (49%) em relação às demais tipologias. Houve também um decréscimo de 45% das Manifestações em relação ao ano de 2019, devido à migração automática desse tipo de demanda pelo Fale Conosco para a área de [Enquetes](#), tornando o posicionamento da sociedade em relação às matérias em andamento na Casa mais transparente e acessível aos cidadãos. Para atendimento aos requisitos da [Lei 12.527, de 2011](#) (Lei de Acesso à Informação – LAI), em 2020, a Câmara dos Deputados apresentou o [Relatório consolidado da Lei de Acesso à Informação](#), de 2019.

Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar

A Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP) é uma cota única mensal destinada a custear os gastos dos deputados exclusivamente vinculados ao exercício da atividade parlamentar (regulada pelo [Ato da Mesa nº 43, de 2009](#)). O valor máximo mensal da cota depende da unidade da federação (UF) pela qual o parlamentar foi eleito. No que se trata da utilização dos recursos da CEAP, há ainda o Sistema de Gestão de Passagens Aéreas (SIGEPA), que viabiliza a compra direta de passagens, bem como o credenciamento das companhias aéreas, proporcionando assim economia de recursos públicos e maior transparência. Segue quadro com dados sobre as compras diretas:


SIGEPA
 Sistema de Gestão de Passagens Aéreas

Economia gerada

BILHETES
 Emitidos entre
 jan a nov/2020

 Custo sem o acordo
 do SIGEPA
R\$ 8.503.894

 Custo com o acordo do
 SIGEPA
R\$ 8.021.354

economia

R\$ 482.540

**Economizado na
 Cota CEAP**
5,67%
**% de economia em
 relação ao custo sem
 Sigepa**

Para aprimorar os gastos com o uso da Cota CEAP, a Câmara dos Deputados editou o [Ato da Mesa nº 133, de 2020](#), para vedar o reembolso de despesa com a aquisição ou a contratação de serviços utilizados em benefício de contas em sites, redes sociais ou plataformas digitais que resultem em monetização, lucro, rendimento, patrocínio ou receita de qualquer espécie em favor do respectivo parlamentar ou de terceiros. Mais informações sobre a CEAP podem ser consultadas na [área de transparência do portal da Câmara](#).

Principais números da participação e interação com a sociedade na Câmara dos Deputados

¹ Interações: compreende-se como toda e qualquer manifestação feita na postagem, a saber: reações, comentários, compartilhamentos e cliques nos links disponíveis. A Câmara dos Deputados não adota, desde 2019, o impulsionamento pago de suas publicações.

Redes Sociais


Facebook – @camaradeputados

1.300 posts e vídeos geraram um volume de **1.562.877** interações¹, e **596.026** seguidores. Em relação a 2019, houve aumento de **15,5%**. Em 2020, destacam-se os três links das postagens com maior interação: [Expectativa de votação da MP 1.000](#); [Projeto de enfrentamento do Coronavírus no Brasil](#) e [Expectativa de votações em plenário](#).


Twitter – @camaradeputados

7.853 posts geraram um volume de **2.073.679** interações e **971.108** seguidores. Em relação a 2019, aumentou **15%**.


Instagram – @camaradeputados

782 posts geraram um volume de **290.759** interações e **102.460** seguidores. Em relação a 2019, aumentou **77,39%**.


Youtube – Câmara dos Deputados

3.323 vídeos geraram um volume de **23 milhões** de interações e **513,4 mil** seguidores, um aumento de **50%** em relação a 2019. Em 2020, destacam-se algumas postagens com maior interação: [Plenário deve votar nessa terça a PEC do novo Fundeb](#) e [Pronunciamento completo - Rodrigo Maia responde a declarações do presidente Jair Bolsonaro](#)

Enquete

A ferramenta de [enquetes legislativas](#) permite participação em todas as propostas legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados. O sistema utilizado possibilita ao cidadão votar apenas uma vez em cada enquete proposta. As enquetes legislativas receberam mais de **1,5 milhão** de votos e quase **170 mil** comentários, um aumento de 98% e 97% em ambos os indicadores em relação à média mensal de 2019. Dentre as propostas legislativas com maior participação nas suas enquetes destacam-se: o [Projeto de Lei nº 3019, de 2020](#), que altera a Lei Antiterrorismo, a [Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020](#), que altera as disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa, e o [Projeto de Lei nº 4425, de 2020](#), que criminaliza a apologia ao nazismo e comunismo, e dá outras providências.

Portal e-Democracia

Busca ampliar a participação social no processo legislativo e aproximar cidadãos e seus representantes por meio da interação digital. Dentro dele temos as seguintes formas de participação: [Pauta Participativa](#); [Audiências Interativas](#) com **185** salas criadas ao longo de 2020. Em decorrência da pandemia, atrelada ao funcionamento atípico das comissões temáticas, as salas foram utilizadas para acompanhamento de audiências de comissões externas, seminários e reuniões de comissões especiais de especialista e contaram com a participação de **2.468** pessoas que geraram **6.954** mensagens enviadas, sendo **2.204** perguntas sobre o tema em discussão na audiência.

Visite o Congresso

Essa iniciativa objetiva proporcionar experiências e informações acerca do papel do Congresso Nacional e de sua importância. A Câmara dos Deputados, em conjunto com o Senado Federal, manteve o programa "[Visite o Congresso](#)", na modalidade presencial até o mês de março e por conta da pandemia da Covid-19 passou a funcionar de forma virtual.

VISITAÇÃO INSTITUCIONAL

35.264 cidadãos conheceram um pouco a história, o funcionamento e os principais ambientes do Congresso Nacional de forma presencial ou virtual

RECEPTIVO NAS PORTARIAS

111.016 visitantes recepcionados e identificados nas portarias da Câmara



Principais números da divulgação da atividade legislativa por meio de veículos de comunicação da Câmara

Portal Câmara Notícias

O [portal](#) veicula matérias jornalísticas sobre as votações de projetos no Plenário e nas comissões, descrição dos projetos em tramitação, apresentação de eventos a serem realizados e cobertura de audiências públicas e outros eventos. Em 2020, foram moderados 22.967 comentários nas matérias publicadas, o que significou um aumento de 128% em relação ao ano de 2019.

NOTÍCIAS NO PORTAL

5.777 Matérias publicadas no Câmara Notícias

39.675.514 Visualizações de páginas de notícias

6.610 Menções a deputados

17 Páginas especiais aprofundando os temas em debate



Rede legislativa de rádio e TV

A [Rede Legislativa](#) de TV é a primeira rede de televisão a se formar no Brasil com o recurso digital da multiprogramação, que possibilita o uso de um mesmo transmissor para quatro emissoras independentes. Em 2020, a Rede Legislativa continuou seu programa de ampliação de cidades atendidas.

REDE LEGISLATIVA DE TV DIGITAL

79 milhões

(em 233 cidades / 25 estados)

Cidadãos alcançados

111

Canais em implantação

365

Canais em estudo técnico

REDE LEGISLATIVA DE RÁDIO

11 milhões

(em 18 cidades / 10 estados)

Cidadãos alcançados

151

Canais em implantação

309

Canais em estudo técnico

AMPLIAÇÃO DE TV E RÁDIO EM 2020

TV Birigui/SP, Caruaru/PE, Curitiba/PR, Pelotas/RS, Porto Velho/RO, Rio de Janeiro/RJ, São José/SC

RÁDIO Barreiras/BA, Brumado/BA, Parauapebas/PA, Sete Lagoas/MG



TV Câmara

A [TV Câmara](#) tem a missão de transmitir as discussões e votações que ocorrem no Plenário Ulysses Guimarães e nas comissões, dando transparência à elaboração das leis que regem o dia a dia da sociedade e ao trabalho de fiscalização realizado pelo Parlamento.

PLENÁRIO E COMISSÕES

Programação anual com **8.784h**, incluindo:

776 Horas de sessões plenárias

2.804 Horas de reunião nas comissões, frentes e eventos parlamentares



PROGRAMAS

729

Programas de entrevistas e debates, a maior parte realizada de forma remota



JORNALISMO - TV

Plenário

Cobertura completa da atuação da Câmara dos Deputados durante a pandemia com:

- **5** Reportagens diárias
- Destaques da agenda do Plenário
- Destaques das propostas aprovadas

+ Informação

- Matérias especiais sobre o **Coronavírus** no Brasil
- Cobertura completa sobre a aprovação do **Auxílio Emergencial** e do **Orçamento de Guerra*** (EC 106/2020)

Coberturas Especiais

- Abertura da Segunda Sessão da 56ª Legislatura
- Eleições Municipais: 1º e 2º turnos



Rádio Câmara

A [Rádio Câmara](#) oferece aos ouvintes do Distrito Federal, das rádios da Rede Legislativa e parceiras em todo o país a transmissão ao vivo das votações em Plenário, a cobertura jornalística das atividades parlamentares, programas voltados à formação de cidadania, campanhas de utilidade pública, além de uma programação cultural e musical, também em formato de podcast.

JORNALISMO – RÁDIO

3.430 boletins de notícias, com **1.310** reportagens e **93** notas informativas

A VOZ DO BRASIL

252 edições, totalizando + de **83h** de programação, com a participação de **417** deputados e o total de **5.820** inserções

PODCASTS

1.762 podcasts jornalísticos
1.410 podcasts culturais
 + de **90** mil *downloads* e
 + de **160** mil *visualizações* na página da Rádio, além dos ouvintes das principais plataformas de *streaming*

RADIO AGÊNCIA

+ de **1.300** matérias na página da Rádio Agência, que conta com **2.789** rádios parceiras, retransmitindo as matérias jornalísticas do portal.



Fotografia Institucional

As atividades legislativas da Câmara são cobertas por um serviço de fotografia. O material produzido está à disposição do público, sem custo e sem necessidade de autorização, bastando apenas que sejam dados os créditos de autoria. As fotos estão disponíveis no [Banco de Imagens](#).

FOTOGRAFIA INSTITUCIONAL

2.068	Pautas cobertas
259.236	Fotos tiradas
11.659	Fotos inseridas no Banco de Imagens
177.210	Acessos ao Banco de Imagens



Eventos institucionais

A Câmara dos Deputados anualmente realiza diversos [eventos](#) que objetivam ampliar a discussão dos temas em debate no parlamento e aproximar a instituição da sociedade, reafirmando a vocação da Casa em acolher e representar a pluralidade dos interesses do povo brasileiro. Em 2020, destaque para os eventos híbridos de modo a evitar a aglomeração e segurança de servidores, convidados e participantes.

GESTÃO DE EVENTOS

118 eventos virtuais/híbridos de **195** eventos efetivamente realizados, em resposta à nova realidade imposta pela pandemia de COVID-19

CERIMONIAL

Apoio especial de Cerimonial e Protocolo em **16** Sessões Solenes



Cultura na Câmara

A Câmara disponibiliza à sociedade rico [acervo](#) histórico e artístico. São exposições artísticas, fotográficas, históricas e corporativas, gabinetes de arte, apresentações musicais, lançamentos de livros, eventos literários e institucionais, além de iniciativas nas áreas museológica, museográfica e histórico-parlamentar. O objetivo é valorizar a história parlamentar, a cultura nacional, a arte e o acervo museológico, elementos essenciais para constituição da identidade brasileira, e do papel institucional e histórico do Poder Legislativo. Em 2020, a Câmara inaugurou sua primeira exposição virtual "[Saúde Preta Importa](#)", adaptando-se à nova realidade imposta pela pandemia.

HISTÓRIA, ARTE E CULTURA

- 2** Exposições Históricas e Artísticas
- 2** Exposições Institucionais
- 5** Exposições Externas
- 3** Oficinas de leitura

MUSEU

Em 2020, foram **9** obras de arte incorporadas ao acervo e **46** restauradas



Educação para a cidadania

O fomento da educação pública e da cidadania ativa são mais do que conceitos na realidade da Câmara dos Deputados. Para isso são desenvolvidos e aperfeiçoados diferentes programas institucionais de educação política para os públicos interno e externo. Todos são pensados e executados com o objetivo de favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, a legislação vigente, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados.

Escola Virtual de Cidadania (EVC)

A Escola Virtual de Cidadania é um espaço com conteúdos educacionais dirigidos a jovens e adultos que desejam entender melhor a dimensão política da cidadania, por meio de vídeos, cartilhas, tutoriais, jogos e outros formatos atrativos e didáticos, sempre desenvolvidos por especialistas. Em 2020, foram desenvolvidos produtos como e-books ([Registro de candidatura](#); [Planejamento de campanha eleitoral](#); [Financiamento de campanha](#)); *podcasts* ([Dicas de comunicação para campanhas eleitorais](#); [Conversas democráticas](#)); radionovela ([O que faz um vereador](#)); folder ([O papel do vereador](#)); curso ([Mulheres na Política](#)); além de [textos acadêmicos](#) de palestras veiculadas pelo canal do Youtube.

Estágio-Participação

O Estágio Participação – Circuito Pedagógico – é destinado a professores de escolas públicas da Educação Básica e para o ecossistema de educação para democracia (Escolas do Legislativo de Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais e outras entidades) e tem o objetivo de oferecer às participantes condições metodológicas que contribuam para conectar e inspirar pessoas a exercer uma cidadania mais ativa e consciente. Em 2020, não foi realizada nenhuma edição devido à pandemia da Covid-19.

Estágio-Visita

O Programa Estágio-Visita de Curta Duração visa estimular a participação democrática dos jovens universitários e promover o desenvolvimento de valores de cidadania, permitindo a aproximação desse público com o Parlamento Brasileiro. Em 2020 não foi realizada nenhuma edição devido à pandemia da Covid-19.

Missão Pedagógica no Parlamento

O programa Missão Pedagógica no Parlamento é uma formação em educação para democracia voltada para educadores (professores, coordenadores e orientadores pedagógicos) da rede pública de ensino brasileira. Em 2020, inscreveram-se 1.701 interessados; 444 participantes no curso EaD “Educação para Democracia e o Parlamento” com 2 encontros síncronos. Presença de 80 pessoas na live sobre “Isolamento Físico e Coletividade”. Além disso, foram realizados 8 encontros síncronos com os educadores, totalizando 16h. Participação de cerca de 200 pessoas na live de lançamento da I Web Seminário Educar para Democracia: Caminhos para a Formação Cidadã.

Oficina de Atuação no Parlamento

Programa presencial destinado à sociedade civil organizada, que contempla educação política e o exercício da cidadania coletiva. Conduzido pela Câmara, com o apoio da Comissão de Legislação Participativa (CLP), o programa busca contribuir para uma maior participação desses atores nos debates e nas decisões em curso no Parlamento. Em 2020, houve a abertura de inscrições, mas devido à pandemia o evento não foi realizado. Houve 3 encontros síncronos com representantes de entidades que realizam *advocacy* no Parlamento para prospecção de conteúdos e formatos para a transição do programa para a modalidade de EaD em 2021.

Parlamento Jovem Brasileiro

O [programa](#) simula uma jornada parlamentar em que os jovens estudantes participam de debates e votações como se fossem deputados federais. Para participar, o estudante precisa elaborar um projeto de lei, propondo mudanças para melhorar a realidade do país. Em 2020, foram recebidas 1.064 inscrições. Em virtude da pandemia, o formato do programa foi alterado de presencial para virtual, sendo realizadas 9 *aulives* no canal do *youtube* e 35 *lives* no Instagram. Também foram realizados 3 encontros síncronos com os parlamentares jovens.

Plenarinho

Em 2020, o Plenarinho alcançou mais de um milhão de visualizações de páginas. O número de usuários aumentou em 51% e o número de comentários respondidos, em 67% em relação ao ano de 2019. Uma série de materiais, em diversos formatos, estão disponíveis no [portal do Plenarinho](#).

Politéia

Em função da pandemia de coronavírus, a edição de 2020 foi cancelada.

Escola na Câmara

O programa Escola na Câmara oferece a professores e estudantes do segundo ciclo do ensino fundamental a chance de conhecer, de perto, como funciona o Poder Legislativo. Ele é voltado a escolas públicas do Distrito Federal, preferencialmente, àquelas localizadas nas regiões de maior vulnerabilidade social e mais baixa renda, com menor acesso ao turismo cívico.

Principais ações e resultados

Transparência

Atendimento ao cidadão

A Central de Comunicação Interativa, responsável pelo Disque-Câmara (0800 619 619) e pelo Fale Conosco (faleconosco.camara.leg.br), atende as demandas do cidadão. Para mensurar a satisfação da sociedade, foi aplicada a pesquisa de satisfação a todos os tipos de demandas, dando cumprimento ao art. 23 da Lei nº [13.460, de 2017](#). Trata-se de instrumento de monitoramento da qualidade do atendimento prestado, por meio do qual os cidadãos podem atribuir uma nota que vai de 1 (muito insatisfeito) a 5 (muito satisfeito), além de permitir o registro de um comentário. Segue o resultado:



De modo a promover a transparência ativa e se antecipar às demandas da sociedade, foram disponibilizadas informações estratégicas sobre o combate ao coronavírus no [portal da Câmara](#). Também conforme preceitua o referido normativo, em seu art. 7º, foi disponibilizada a [Carta de Serviços ao Cidadão](#), no portal da Câmara dos Deputados, com orientações sobre acesso e uso dos serviços oferecidos pela Câmara.

Órgão de Ouvidoria

Em 2020, a Ouvidoria promoveu o aperfeiçoamento da transparência e a participação popular no parlamento mediante:

- Participação no Conselho Consultivo de Comunicação Social da Câmara dos Deputados – dentre os temas discutidos, destaca-se a apresentação do [Projeto de Lei nº 619, de 2020](#), de autoria conjunta dos membros do conselho, que estabelece a gratuidade de acesso aos conteúdos digitais produzidos pelos poderes públicos, em todas as esferas de governo.
- Prorrogação do Acordo de Cooperação Técnica com Senado e TCU para implementação da Rede Nacional de Ouvidorias do Legislativo no prazo de 5 anos.
- Realização de campanha interna para divulgação do canal institucional “Fale com a Ouvidoria”.
- Coordenação do Grupo de Trabalho -GT de Articulação Legislativa na Rede Nacional de Ouvidorias, cujas principais entregas do grupo foram a [elaboração de estudo sobre Legislação e Proposições sobre Ouvidoria e Tratamento de Denúncias na Administração Pública](#) e a realização de [pesquisa nacional com as 385 ouvidorias públicas de todos os poderes e esferas da União](#) para orientar o desenvolvimento de normas-modelo pela Rede Nacional de Ouvidorias.

Canal Câmara dos Deputados no Telegram

Em novembro de 2020, foi lançado o canal da [Câmara dos Deputados](#) no aplicativo Telegram, uma lista de transmissão cujo objetivo é divulgar notícias, programação dos veículos, campanhas publicitárias, resultados de participação e outras informações institucionais da Casa para o público externo em geral. Foram registradas **1211** inscrições e **298** postagens realizadas.

Divulgação da atividade legislativa

Em 2020, a Câmara dos Deputados focou no principal palco de debates da Casa – o Plenário Ulysses Guimarães –, buscou dar mais voz aos parlamentares, especialmente por conta da dinâmica das sessões virtuais e do não funcionamento regular das comissões, e apostou na digitalização dos serviços para ampliar o seu alcance. Entre os principais ganhos e ações, destacam-se:

- **Plenário** – Priorização da cobertura ao vivo das sessões plenárias, com o máximo de informação e participação dos parlamentares antes, durante e depois das sessões, levando aos usuários dos veículos de comunicação da Casa a expectativa das votações e os comentários e desdobramentos posteriores a cada votação.
- **Informação** – Cobertura completa da atuação da Câmara dos Deputados durante a pandemia, com jornalismo diário produzindo reportagens e matérias especiais explicando tudo em discussão e votação na Casa.
- **Alcance** – Em dezembro, a Câmara incluiu o sinal da Rádio Câmara FM na faixa 4 da multiprogramação do canal digital de TV em Brasília (canal 9.4). Mais uma opção para que a sociedade acompanhe as atividades da Casa e a programação especial da Rádio.

Palavra Aberta – [Programa de entrevista](#) em que os parlamentares falam sobre projetos de lei e discussões em pauta nas comissões ou no Plenário. Recorde de gravações em 2020 com participação a distância dos deputados: acréscimo de 46% em relação a 2019.

Eventos híbridos – Adequações nos processos de trabalho permitiram a realização de eventos com convidados e público participando de forma virtual, com recursos de acessibilidade e interpretação simultânea.

Comprove – é o canal pelo WhatsApp ((61) 99660 2003) de checagem de notícias relacionadas à Câmara dos Deputados. Neste canal, o cidadão pode tirar dúvidas sobre a veracidade de conteúdos recebidos pelas redes sociais ou divulgados em sites da internet. Em 2020, foram apuradas **82** informações sobre a Câmara, sendo publicadas **50** respostas na página do Comprove.

Redução de despesas

Em 2020, dentre as principais iniciativas de redução de despesas, destacam-se:

Redução da força de trabalho terceirizada – Em função da pandemia e da consequente redução das atividades legislativas da Casa, os principais contratos de serviços técnicos com alocação de mão de obra na área de comunicação tiveram seus valores reduzidos nos limites da legislação e suprimidos de alguns postos de trabalhos. Também foram readequadas as especificações dos postos de trabalho na instrução processual da licitação em andamento, o que, ao final, representará uma economia de 27,43% ao ano a partir de 2021, ou cerca de 9 milhões de reais.

Renegociação do contrato de *uplink* – o serviço de *uplink* é responsável por enviar os sinais da TV e da Rádio Câmara para o segmento espacial (satélite). Em 2020, houve renegociação do contrato vigente, com redução de 44% no valor total, o que representa economia de mais de 270 mil reais ao ano.

Principais desafios

Diante da experiência vivida em 2020, a melhoria de instrumentos de escuta da população, bem como um aumento da capilaridade de distribuição de informações sobre os trabalhos legislativos, resultando em maior visibilidade do Parlamento junto à sociedade, estão como desafios da comunicação a serem superados nos próximos anos. Quanto aos desafios nos processos internos, destacam-se: continuidade da otimização e automatização dos processos de trabalho; melhor integração dos sistemas de informações administrativas; uso eficiente de ferramentas para a comunicação institucional; e atualização de normativos internos.

6 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DA GESTÃO

6.1 Resumo do Processo para determinar a Materialidade das Informações constantes do Relatório de Gestão de 2020

A Câmara dos Deputados adota, desde 2016, medidas para aperfeiçoar sua Prestação de Contas Anual (PCA). Para definir a materialidade, foram consideradas informações relevantes que podem vir a afetar a capacidade da Câmara de gerar valor, ou seja, de representar o povo brasileiro, elaborar diplomas legais e de fiscalizar. Além disso, foram destacadas informações da Câmara, tais como: missão institucional, visão, organização, estratégia, governança, prioridades da gestão, principais resultados, riscos, redução de despesas e desafios. O modelo de prestação de contas estruturado por áreas temáticas, contendo as regras de linguagem e para imagens e tabelas, implantado em 2019, atendeu às expectativas da Administração nos aspectos de concisão, clareza, coerência e transparência, e também está alinhado as regras do relato integrado, exigidas nos normativos vigentes do Tribunal de Contas da União – TCU.

6.2 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU em 2020

No exercício de 2020, as deliberações do TCU dirigidas à Câmara totalizaram 321 processos de auditoria ou ações de fiscalização recebidas, por intermédio do sistema ConectaTCU. Essa plataforma foi instituída para centralizar as informações referentes às deliberações, processos e recursos e, também, visa aprimorar o relacionamento entre o TCU e órgãos da Administração Pública, no envio das respostas às comunicações processuais, determinações e recomendações. Assim, dentre estas deliberações, apresentamos três acórdãos acerca da Transparência nos Portais da Internet dos órgãos da Administração Pública, que resultaram em determinações à Câmara, conforme resumo apresentado a seguir.

PROCESSO	ACÓRDÃO	SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES NO EXERCÍCIO			
		ASSUNTO	ITENS ATENDIDOS	ITENS PENDENTES	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA/ PROCESSO/CD
027.946/2019-3	1.890/19, 1.832/18 e 798/20 – todos do TCU- Plenário	Acompanhamento Transparência no Portal da Internet	1.6.5 e 1.6.6 do Acórdão 798 /20 9.1.1.1, 9.1.1.2, 9.1.1.3, 9.1.1.4 e 9.1.3, 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 1.832/18-TCU- Plenário;	9.1.2 do Acórdão 1.832/18	Sistema Conecta TCU. Proc. 307.960/2020

Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores

As deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores estão apresentadas na tabela a seguir, que demonstra a situação das recomendações ao longo do exercício de 2020.

Processo TC	Acórdão	Situação das deliberações no exercício			
		Assunto	Tipo/item	Itens atendidos	Comunicação expedida/ processo CD
025.730/2017-7	1.411/2019-TCU-2ª Câmara	Prestação de Contas -2016	Recomendações 1.7.1.1 e 1.7.1.2	-	Processo 298.406/2019 arquivado.
025.092/2013-8	3.048/2019 e 1.312/2014 ambos TCU-Plenário	Cota para o exercício da atividade Parlamentar	Recomendações 9.1 (9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8)		Processo 645.265/2019 em tramitação

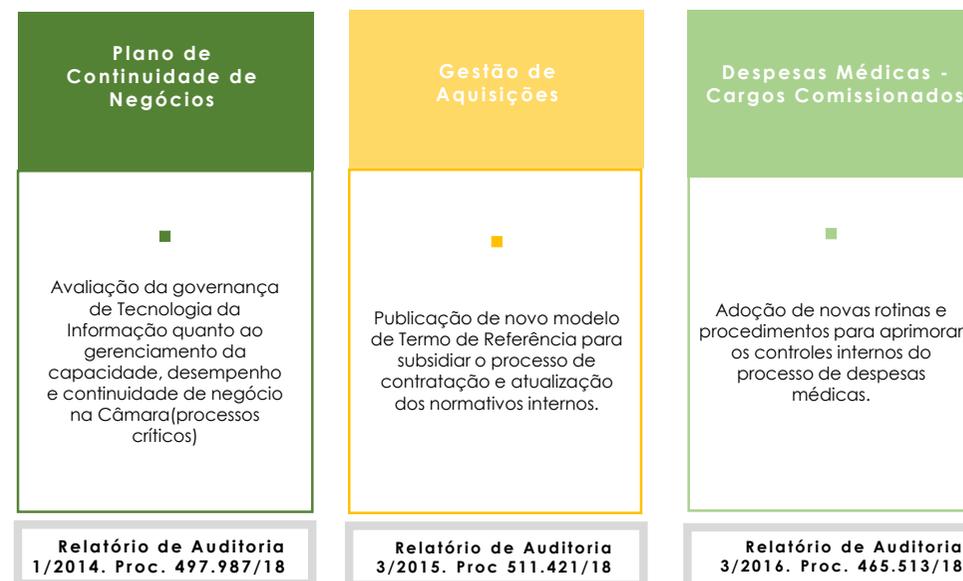
Avaliação dos reflexos da desoneração da folha de pagamento nos contratos com a Administração Pública Federal

Conforme determinação constante nos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.859/2013-TCU-Plenário (item 9.3 do Acórdão 671/2018 – TCU – Plenário, TC 013.515/2013-6), informa-se que a Câmara dos Deputados deu prosseguimento aos procedimentos para cobrança administrativa em desfavor da empresa IOS Informática, Organização e Sistemas S.A., referente à desoneração do Contrato nº 266/2009. Informa-se que o valor atualizado do débito é de R\$ 6.001.831,02. Em relação ao reequilíbrio dos contratos que não envolvem mão de obra residente, os órgãos internos da Casa prosseguiram na instrução do processo de apuração dos valores referentes a contratações de Tecnologia da Informação, conforme metodologia adotada pela Caixa Econômica Federal.

6.3 Tratamento de Recomendações da Unidade de Auditoria Interna

Em 2020, há 28 processos de auditoria com recomendações expedidas em exercícios anteriores, dos quais 6 foram encerrados com todas as recomendações atendidas, e 22 estão na situação em atendimento. Dentre os processos encerrados destacam-se os seguintes:

AUDITORIAS INTERNAS



7 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CONFORMIDADE LEGAL

Lei Complementar nº [101, de 2000](#).
 Leis nºs: [4.320, de 1964](#) e [10.180, de 2001](#).
 Decreto-Lei nº [200, de 1967](#).
 Resolução CD nº [20, de 1971](#).
 Portaria DG nº [62, de 2017](#).

Principais informações da área contábil

A estrutura da unidade de Contabilidade está prevista no art. 71 da [Resolução da CD nº 20, de 30/11/1971](#).

Principais competências	Perfil dos servidores						
 Execução da despesa orçamentária	 Contabilidade patrimonial						
 Demonstrações contábeis	 Controle de adiantamentos e ressarcimentos						
<h3>Contador da Câmara dos Deputados – exercício de 2020</h3> <table border="1"> <tr> <td>Francisco Glauber Lima Mota</td> <td>Titular</td> </tr> <tr> <td>Rógeres da Silva Marques</td> <td>1º substituto</td> </tr> <tr> <td>Mariângela Lobato Correia Veiga</td> <td>2º substituto</td> </tr> </table>		Francisco Glauber Lima Mota	Titular	Rógeres da Silva Marques	1º substituto	Mariângela Lobato Correia Veiga	2º substituto
Francisco Glauber Lima Mota	Titular						
Rógeres da Silva Marques	1º substituto						
Mariângela Lobato Correia Veiga	2º substituto						
 22 com formação contábil							
29 servidores 17 Analista Legislativo (79%) 12 Técnico Legislativo (21%)							

Acesse o detalhamento das competências da Coordenação de Contabilidade no [Portal da Câmara](#).

Principais dados extraídos das demonstrações contábeis*

Balanco patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público.



*Todos os valores apresentados neste subtópico foram arredondados. Para maiores informações, consulte as demonstrações contábeis publicadas no [Portal da Câmara](#).

Ativo Circulante = R\$ 1,5 bilhão



Caixa e Equivalentes de Caixa

R\$ 1,47 bilhão



Recursos da Conta Única Aplicados

Recursos aplicados decorrentes de receitas diretamente arrecadadas pelo Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

31/12/2020	31/12/2019
793,4 milhões	726,9 milhões



Varição positiva de **9,1%** que decorre dos rendimentos auferidos com essa aplicação.



Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

31/12/2020	31/12/2019
676,4 milhões	602,4 milhões



Varição positiva de **12%**, pois os ingressos de recursos foram maiores que os desembolsos.

Especificação	2020	
	Ingressos	Desembolsos
Fluxo de caixa das atividades operacionais	5,97 bilhões	5,79 bilhões
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	610 mil	39,59 milhões
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	140,48 milhões	



Bancos Conta Movimento - CEF

R\$ 631,4 mil



Créditos a Curto Prazo

R\$ 19,42 milhões

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

R\$ 26,83 milhões



Principais valores a receber

R\$ 18,76 milhões	de créditos por dano ao patrimônio - folha de pagamento
R\$ 3,45 milhões	de bancos públicos federais em virtude da cessão de direitos de operacionalização da folha de pagamento
R\$ 1,99 milhão	de infrações legais e contratuais
R\$ 1,37 milhão	de remuneração da Conta Única a receber

Principais variações

Detalhamento	31/12/2020	31/12/2019	Fatos mais significativos
461% Créditos por danos ao patrimônio	R\$ 19,59 milhões	R\$ 3,49 milhões	Apropriação e atualização de créditos
89% Adiantamento concedidos	R\$ 145 mil	R\$ 1,3 milhão	Recebimento de valores devidos pela Funpresp



Estoques

R\$ 9,32 milhões



Manutenção de bens imóveis e instalações	R\$ 2,16 milhões
Elétrico e eletrônico	R\$ 2,13 milhões
Expediente	R\$ 1,3 milhão
Tecnologia da informação	R\$ 1 milhão
Acondicionamento e embalagens	R\$ 419,15 mil
Outros	R\$ 1,52 milhão



VPDs pagas antecipadamente

R\$ 1,59 milhão



Para maiores informações, veja as notas explicativas às Demonstrações Contábeis no [Portal da Câmara](#).

Ativo Não Circulante = R\$ 1,78 bilhão



Ativo Realizável a Longo Prazo

R\$ 6,62 milhões



Imobilizado

R\$ 1,76 bilhão



Intangível

R\$ 13,48 milhões

O valor total é formado exclusivamente de aquisições de licenças de *softwares*



Bens imóveis

R\$ 1,57 bilhão



Depreciação acumulada	
Saldo em 31/12/2019	9,78 milhões
Encargo de depreciação	402,4 mil
Reversão da depreciação acumulada	-
Saldo em 31/12/2020	10,18 milhões

Bens móveis

R\$ 291 milhões



	31/12/2020	31/12/2019	
8%	291 milhões	270 milhões	Varição positiva decorrente de aquisição de microcomputadores e reavaliação de bens móveis

Depreciação acumulada	
Saldo em 31/12/2019	104,2 milhões
Encargo de depreciação	22,5 milhões
Reversão da depreciação acumulada	17,2 milhões
Saldo em 31/12/2020	109,5 milhões

Passivo Circulante = R\$ 54,89 milhões

Pessoal a pagar

82%

Férias a pagar, salários, remunerações e benefícios → **R\$ 44,9 milhões**

Demais obrigações

11%

→ **R\$ 6,2 milhões**

- Consignações: R\$ 2,18 milhões
- Depósitos judiciais e não judiciais: R\$ 3,24 milhões
- Outras obrigações: R\$ 771 mil

Fornecedores e contas a pagar

7%

→ **R\$ 3,8 milhões**

Principais variações

Detalhamento	31/12/2020	31/12/2019	Fatos mais significativos
37% ↑ Créditos por danos ao patrimônio – apurados em TCE	R\$ 9,62 milhões	R\$ 7,04 milhões	Apropriação e atualização de créditos
100% ↓ Adiantamento de contribuições futuras - Funpresp	R\$ 0,00	R\$ 12,85 milhões	Transferência de valores para o curto prazo em decorrência de sua restituição

Para maiores informações, veja as notas explicativas às Demonstrações Contábeis no [Portal da Câmara](#).

Balanço orçamentário

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas, com as receitas realizadas, de despesas fixadas com as despesas executadas.

LOA
Lei nº 13.978/2020
Estima a receita e fixa a despesa de 2020

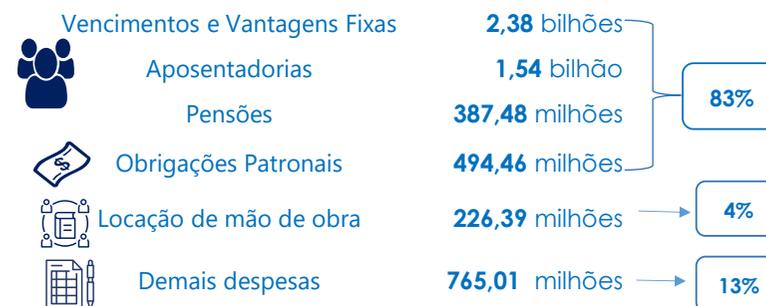
	Receita			
	Especificação	Prevista atualizada (a)	Realizada (b)	Saldo (c) = (b) – (a)
	Receitas Correntes	R\$ 57,77 milhões	R\$ 73,92 milhões	R\$ 16,15 milhões
	Receitas de Capital	R\$ 130,01 mil	R\$ 609,71 mil	R\$ 479,70 mil
	Soma	R\$ 57,90 milhões	R\$ 74,53 milhões	R\$16,63 milhões

	Despesa			
	Especificação	Dotação atualizada (a)	Empenhada (b)	Saldo da dotação (c) = (a) – (b)
	Despesas Correntes	R\$ 6,08 bilhões	R\$ 5,75 bilhões	R\$ 323,40 milhões
	Despesas de Capital	R\$ 81,33 milhões	R\$ 40,21 milhões	R\$ 41,12 milhões
	Reserva de Contingência	R\$ 6,21 milhões	-	R\$ 6,21 milhões
	Soma	R\$ 6,16 bilhões	R\$ 5,79 bilhões	R\$ 370,73 milhões

Despesa Empenhada (R\$ bilhões)



Detalhamento da despesa

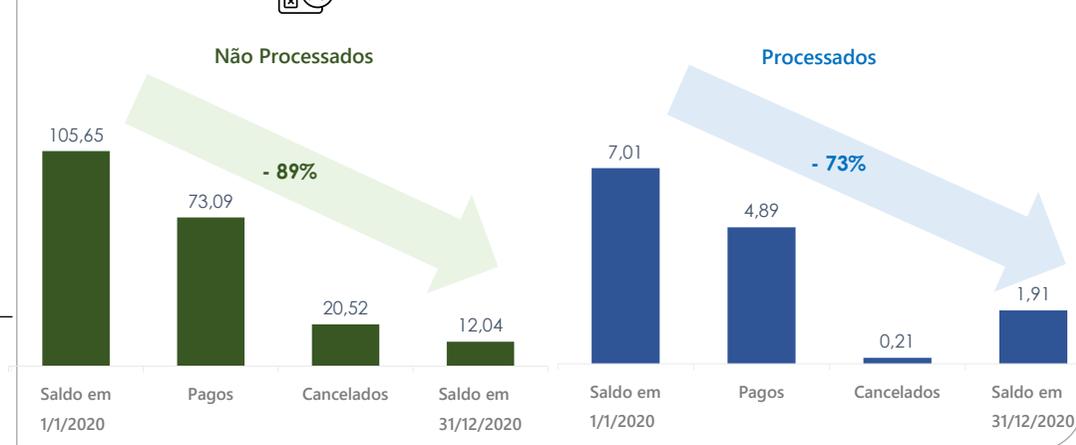


Receita realizada **R\$ 74,53 milhões**



Para maiores informações, veja as notas explicativas às Demonstrações Contábeis no Portal da Câmara.

Execução de Restos a Pagar (R\$ milhões)



Outras informações podem ser consultadas no [Relatório Contábil – Nota explicativa 30 – Execução orçamentária dos restos a pagar.](#)

Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais é o demonstrativo que evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.



Variações Patrimoniais							
Aumentativas			R\$	Diminutivas			R\$
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			35,86 bilhões	Pessoal e Encargos			3,15 bilhões
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			60,30 bilhões	Benefícios Previdenciários			1,95 bilhão
Transferências e Delegações Recebidas			5,86 bilhões	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			504,74 milhões
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			14,65 bilhões	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			182 mil
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			18,55 bilhões	Transferências e Delegações Concedidas			71,42 milhões
				Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			17,51 milhões
				Tributárias			461 mil
				Custo – Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados			85 mil
				Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			153,72 milhões
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)			5,99 bilhões	Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)			5,85 bilhões
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)				Superávit			147 milhões

Principais variações patrimoniais aumentativas



Para maiores informações, veja as notas explicativas às Demonstrações Contábeis no [Portal da Câmara](#).

Principais variações patrimoniais diminutivas

Total = R\$ 5,85 bilhões



Pessoal e Encargos

R\$ 2,41 bilhões

Remuneração a Pessoal

R\$ 515,47 milhões

Encargos Patronais



Benefícios previdenciários e assistenciais

R\$ 1,54 bilhão

Aposentadorias e reformas

R\$ 388,35 milhões

Pensões



Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo



Balanço financeiro

O Balanço financeiro é o demonstrativo que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Especificação	Ingressos	Dispêndios
Receitas orçamentárias	74,53 milhões	-
Despesas orçamentárias	-	5,79 bilhões
Transferências financeiras	5,86 bilhões	67,35 milhões
Extraorçamentários	144,12 milhões	80,89 milhões
Total	6,08 bilhões	5,94 bilhões
Resultado financeiro		140 milhões
Saldo do exercício anterior		1,33 bilhão
Saldo para o exercício seguinte		1,47 bilhão



Relatório contábil do encerramento do exercício de 2020



O relatório contábil contendo a declaração do contador, as demonstrações contábeis e notas explicativas poderão ser consultadas no [Portal da Câmara dos Deputados](#).

Apontamentos dos Órgãos de Controle

Em 2020, a unidade de controle interno realizou auditoria financeira (Relatório de Auditoria 1/2020/Nacop, de 6/7/2020) para emitir opinião quanto à adequação dos demonstrativos financeiros do exercício de 2019 às normas contábeis nacionais e internacionais. Em que pese o relatório ter trazido pontos de melhoria na explicitação das informações contábeis, não foi apontado impropriedade no citado relatório.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.



Especificação	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido
Fluxo das atividades operacionais	5,97 bilhões	5,79 bilhões	179 milhões
Fluxo das atividades de investimentos	610 mil	39,59 milhões	(39 milhões)
Fluxo das atividades de financiamentos	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			140 milhões
Caixa e Equivalentes de caixa inicial			1,33 bilhão
Caixa e Equivalentes de caixa final			1,47 bilhão



Para maiores informações, veja as notas explicativas às Demonstrações Contábeis no [Portal da Câmara](#).

8 ANEXOS E APÊNDICES

8.1 Declaração de Integridade do Relato Integrado

A Câmara dos Deputados, no cumprimento do seu dever de prestar contas, conforme o art. 70 da Constituição Federal, apresenta seu Relatório de Gestão, relativo ao exercício de 2020, que contém a síntese dos resultados das ações empreendidas no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais, bem como evidenciar a regular aplicação dos recursos públicos.

A preparação e a elaboração deste documento foram apoiadas nas diretrizes e nos elementos do Relato Integrado. O Comitê de Gestão Estratégica (CGE) procurou apresentar uma visão estratégica desta Casa com foco nos seus objetivos no curto, médio e longo prazos, bem como o gerenciamento dos recursos orçamentários, humanos, tecnológicos, entre outros, sob o ponto de vista da eficiência e conformidade.

Nesse sentido, o CGE, formado pelos titulares das unidades administrativas representantes da governança desta Casa, declara que o Relatório de Gestão do exercício de 2020 está alinhado ao novo modelo de prestação de contas e que suas informações são íntegras.

Celso de Barros Correia Neto
Diretor-Geral (DG)

Ruthier de Sousa Silva
Secretário-Geral da Mesa (SGM)

Mauro Limeira Mena Barreto
Diretor-Geral Adjunto (DGA)

Virgínia Queiroz Alves
Secretária-Geral da Mesa Adjunta
de Planejamento da Atividade
Legislativa (SGMA)

Aline Moraes Machado
Diretora Executiva de Comunicação
Social (Direx/Secom)

Milton Pereira da Silva Filho
Diretor de Recursos Humanos
(DRH)

Rômulo de Sousa Mesquita
Diretor Administrativo
(Dirad)

Luciana da Silva Teixeira
Diretora Legislativa
(Dileg)

Sebastião Neiva Filho
Diretor de Inovação e Tecnologia
da Informação
(Ditec)

Maria Raquel Mesquita Melo
Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão
(Aproge)